

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ROSIANE FERREIRA DE CASTRO

O MOVIMENTO NEGRO E A BIBLIOTECA MARIA FIRMINA DOS REIS:
orientações, ações e proposições para a revitalização da Biblioteca do Centro de Cultura
Negra do Maranhão

São Luís
2018

ROSIANE FERREIRA DE CASTRO

O MOVIMENTO NEGRO E A BIBLIOTECA MARIA FIRMINA DOS REIS:
orientações, ações e proposições para a revitalização da Biblioteca do Centro de Cultura
Negra do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Maranhão – UFMA, para obtenção do grau de
Bacharelado em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Mse. Marcia Cordeiro
Costa

São Luís

2018

ROSIANE FERREIRA DE CASTRO

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Ms. Márcia Cordeiro Costa

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Profa. Márcia Cordeiro Costa (Orientadora)

Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Valdirene Pereira da Conceição

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Maria da Gloria Serra Pinto de Alencar

Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

São Luís

2018

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus por estar aqui, viva, com saúde e mudando minha história. Só Ele sabe o quanto foi difícil trilhar esse caminho. Quantos “nãos” a vida me deu, mas o Senhor foi o meu refúgio. Ele me guiou, acolheu nos momentos mais difíceis e me deu forças para continuar e não desanimar. Quando iniciei esta graduação, o momento não era o dos melhores: recém-separada, mãe de duas crianças e condição financeira desfavorável. Não foi fácil escolher estudar. Mas, hoje, sei que fiz certo e que até aqui me ajudou o Senhor.

À Universidade Federal do Maranhão, por permitir, por meio de políticas públicas de Estado, como a política de cotas, a inserção da massa popular no ensino superior, através do Enem.

À minha orientadora, Professora Mestra Marcia Cordeiro, pela forma que orienta, compreendendo as particularidades cognitivas de seus alunos no desenvolvimento de suas atividades e por acreditar no potencial dos mesmos.

Ao Departamento e à Coordenação do Curso de Biblioteconomia.

Às minhas Professoras do Curso de Biblioteconomia da UFMA, Georgete Freitas, Valdirene Pereira, Aldinar Bottentuit, Diana Rocha, Márcia Pimenta, Cássia Furtado, Mary Ferreira, Glória Alencar, Jaciara Januário, Raimunda Marinho, Claudia Pecegueiro, Roosewelt Lins, Leoneide Brito, Francilene Cardoso, Fátima Braga, Cesar Castro. Agradeço, ainda, aos Professores Sergio Pereira (Sociologia), Cesar Frederico (Lógica), Edson Diniz (Estatística), Álvaro Carneiro (Antropologia), Cesar Roberto (Inglês) e Carla Emília (Teorias da Administração). Quero dizer que este trabalho, bem como meu perfil profissional são constituídos, em certa parte, por cada um deles.

Ao Centro de Cultura Negra do Maranhão, que viabilizou o acesso ao acervo documental e ao espaço físico da instituição CCN e da Biblioteca Maria Firmina dos Reis, fundamentais na composição desta pesquisa.

À minha mãe, “D. Rosa”, uma grande mulher, que me ensinou a não desistir, a passar pelas dificuldades, a entender que há dias ruins, mas que são passageiros. Minha mãe é uma guerreira. Teve uma educação rígida, mas é uma mulher cujo coração é enorme e tem uma mentalidade aberta ao novo. Passou por muitas lutas para que, hoje, nós, seus filhos, pudéssemos contar nossas histórias. Obrigada, mãe, por me amar, por estar comigo nesta caminhada, amparando-me em tudo, cuidando de mim e dos meus filhos. Obrigada por nunca desistir de mim, por acreditar que eu sempre poderei ser mais. Eu te amo.

Aos meus filhos, Caio Isaac e Luiz Tiago. Vocês e minha mãe são a razão da minha vida. Todas as vezes que desanimei, diante das dificuldades, voltei meu pensamento a vocês. Lembrei-me do quanto eu os amo e sou amada por vocês. Sei que acreditam em meu potencial e que sentem orgulho de ser o que sou. A mãe de vocês está dando o primeiro passo para a nossa vitória, meus amores.

Ao meu pai, Benedito Gomes de Castro (*em memória*), pelo amor dado e por ter sido um grande pai.

Às minhas irmãs, Neta Castro e Regina Célia, Profa. Dra. da Universidade Estadual do Maranhão. Vocês são anjos de Deus na minha vida. Estiveram ao meu lado nesta longa caminhada, dando suporte em minha vida pessoal e acadêmica. Sinto-me feliz, minhas irmãs, por contar com vocês sempre e por me amarem assim como amo vocês.

A toda minha família, que, junto comigo, percorreu esta longa jornada de vida.

Ao Josymarcio dos Santos, por hoje ser um pai maravilhoso para nossos filhos.

Aos meus sobrinhos Felipe Gabriel, Paulo Vinícius e Luiza Fernanda, pelo amor e pelo cuidado comigo.

Às Políticas Públicas do Governo PT, à Assistência Social, aos Programas de Profissionalização, como o PRONATEC e às Políticas de Cotas, que, muitas vezes, são desconhecidos e discriminados por uma pequena parte da população brasileira que não sabe o que é estar em minoria, não ter oportunidades iguais, não ter uma visão de crescimento e não ter uma estrutura que permita a concretização desta visão. Políticas públicas, eu faço parte de vocês.

Aos meus colegas de turma do Curso de Biblioteconomia, em especial àqueles que se tornaram amigos, transpassando os muros da Universidade: Marcia de Fátima, Amâncio Parga, Jacqueline Abrantes, Maíra de Jesus, Josicléia Cardoso, Cinthia Regiane Almeida e Ana Lúcia Cunha Paixão.

RESUMO

O estudo aborda a temática O Movimento Negro e a Biblioteca Maria Firmina dos Reis: orientações, ações e proposições para a revitalização da Biblioteca do Centro de Cultura Negra do Maranhão, fazendo um breve relato do processo escravista no Maranhão e, posteriormente, do Movimento Negro, em âmbito de Brasil e de Maranhão, neste último, a partir do movimento institucionalizado Centro de Cultura Negra. Outrossim, enfatiza que o CCN-MA tem como missão a conscientização política, cultural e religiosa, a fim de resgatar a identidade étnico-cultural e a autoestima do povo negro e viabilizar ações que contribuam com a promoção de sua organização em busca de cidadania, de modo a combater todas as formas de intolerância causadas pelo racismo e promover os direitos da população negra no Maranhão. Para atingir esse objetivo, o centro desenvolve projetos como “Vida Negro”, “Akô Erês” e “Bloco Akomabu.” Ressalta-se que o Akomabu é visto pelo CCN-MA como um forte elo entre este e a comunidade, além de instrumento mediador da cultura de matriz africana. Destaca-se que o CCN possui uma Biblioteca - Biblioteca Maria Firmina dos Reis, aparelho cultural e lugar de memória, que se encontra desativada. Desse modo, propõe-se, neste trabalho, a revitalização da mesma. O objetivo geral está focado em analisar como a Biblioteca Maria Firmina pode contribuir na missão do Centro de Cultura Negra do Maranhão. Esta análise se deu mediante a visita técnica à Biblioteca e ao CCN, descrição do ambiente Biblioteca e identificação do conceito ‘Biblioteca’ para o CCN-MA. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura, pesquisa documental e pesquisa de campo. Os instrumentos de coleta de dados, na pesquisa de campo, foram entrevistas com militantes do CCN-MA, aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas para os sujeitos da pesquisa (ver apêndices A e B, no final deste trabalho), aos usuários em potencial da Biblioteca e os militantes do Centro. Quanto ao objetivo desta pesquisa, é classificada como descritiva, e se emprega nas análises dos resultados a abordagem quantitativa e qualitativa. Conclui-se neste que a revitalização da Biblioteca Maria Firmina dos Reis tem grande relevância para o Centro de Cultura Negra, por ser um lugar de memória, um equipamento cultural, um espaço de informação democrática e um canal de comunicação entre CCN e a comunidade. Essa comunicação acontece por meio de ações desenvolvidas pelo Bibliotecário enquanto agente social, responsável por gerenciar as Bibliotecas e mediar os serviços prestados por ela como dispõe a Lei 4.084 de 1962. (BRASIL, 1962).

Palavras-chave: Biblioteca Maria Firmina dos Reis. Movimento Negro. Centro de Cultura Negra - MA. Processo de Revitalização - Biblioteca Maria Firmina dos Reis.

ABSTRACT

The study deals with the theme The Black Movement and the Maria Firmina dos Reis Library: guidelines, actions and proposals for the revitalization of the Library of the Black Culture Center of Maranhão, making a brief report on the slave process in Maranhão and later on the Black Movement, in the scope of Brazil and Maranhão, in the latter, from the institutionalized movement Centro de Cultura Negra. It also emphasizes that the CCN-MA's mission is political, cultural and religious awareness in order to rescue the ethnic-cultural identity and self-esteem of the black people and to enable actions that contribute to the promotion of their organization in search of citizenship, in order to combat all forms of intolerance caused by racism and to promote the rights of the black population in Maranhão. In order to reach this goal, the center develops projects such as "Black Life", "Akô Erês" and "Akomabu Block." It is emphasized that the Akomba is seen by the CCN-MA as a strong link between this and the community, as well as an instrument mediator of the African matrix culture. It should be noted that the CCN has a Library - Maria Firmina dos Reis Library, a cultural apparatus and a place of memory, which is deactivated. In this way, it is proposed, in this work, the revitalization of the same. The overall objective is focused on how the Maria Firmina Library can contribute to the mission of the Maranhão Black Culture Center. This analysis was done through a technical visit to the Library and the CCN, description of the Library environment and identification of the concept 'Library' for the CCN-MA. The methodology used was the bibliographical research, with literature review, documentary research and field research. The data collection instruments, in the field research, were interviews with CCN-MA activists, questionnaire application with open and closed questions for the subjects of the research (see appendices A and B, at the end of this work), users in potential of the Library and the militants of the Center. As for the purpose of this research, it is classified as descriptive, and quantitative and qualitative approaches are used. It is concluded that the revitalization of the Maria Firmina dos Reis Library has great relevance for the Center for Black Culture, as it is a place of memory, a cultural equipment, a democratic information space and a communication channel between the CCN and the community. This communication happens through actions developed by the Librarian as a social agent, responsible for managing the Libraries and mediate the services provided by it as provided by Law 4.084 of 1962. (BRAZIL, 1962).

Key words: Maria Firmina dos Reis Library. Black Movement. Center of Black Culture - MA. Revitalization Process - Maria Firmina dos Reis Library.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Censo IBGE/ São Luís –MA, segundo Cor/Raça (1960).....	35
Gráfico 2 - Censo IBGE/São Luís -MA, segundo Cor/Raça (1980)	35
Gráfico 3 – Cor/Raça, segundo a Região (1960)	39
Gráfico 4 - Cor/Raça, segundo a religião (1980)	39
Gráfico 5 – População maranhense, segundo a região e religião (1960)	40
Gráfico 6 – População maranhense, segundo a região e religião (1980)	40
Gráfico 7 – População Maranhense segundo a cor ou raça (comparativos dos anos, 1960;1980;2000e 210).....	55
Gráfico 8 – População Maranhense segundo a religião (comparativos dos anos, 1960;1980;2000e 210).....	55
Quadro 1 – Questionário sobre representatividade do Bloco Afro Akomabu para a comunidade em torno do CCN-MA.	63
Imagem Fotográfica 1- Espaço Biblioteca MFR.....	87
Imagem Fotográfica 2- Espaço físico /NBR 9050.....	88
Figura 1- largura livre nos corredores entre estantes de livros.....	88
Figura 2- Alcance manual frontal/Pessoa em pé	89
Figura 3 - Alcance manual, lateral/cadeirante	89
Figura 4- Mesas para sala de estudo.....	89
Imagem Fotográfica 3- Corredor e Porta de entrada da BMFR	90
Figura 5- Símbolo de indicação de local acessível para cadeirante.	91
Figura 6- Símbolo de indicação de local acessível para pessoas com deficiência visual.....	92
Figura 7- Símbolo de indicação de local acessível para pessoas com deficiência auditiva.	92
Imagem fotográfica 4- Espaço Biblioteca / NBR 12693.....	92
Imagem Fotográfica 5 – Fachada do CCN-MA	93
Imagem Fotográfica 6- Entrada Principal do CCN-MA	94
Quadro 2- Equipamentos Tecnológicos – CCN-MA	96
Quadro 3- Mobiliários e Equipamentos – BMFR	96
Figura 8 – Notação Pura	101
Figura 9 - Notação mista	101
Figura 10 – Número de Chamada.....	101
Quadro 4 - Análise Swot na Biblioteca Maria Firmina dos Reis	104
Figura 11 - Organograma – CCN	107
Quadro 5- Relação da 15ª Diretoria do CCN-MA (2017-2019).....	108

Figura 12 – Organização de livros nas estantes conforme a NBR 9050	120
Imagem Fotográfica 9 – Mesa de estudo coletivo	120
Figura 13 - Cabines de estudo individual	120
Figura 14 - Layout (atual) da Biblioteca Maria Firmina dos Reis.....	124
Figura 15 – Proposta de Layout - Biblioteca Maria Firmina dos Reis	125

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MOVIMENTO NEGRO: COMPONDO CENÁRIO	13
2.1 MOVIMENTO NEGRO NO MARANHÃO	32
3 BIBLIOTECAS COMO LUGAR DE MEMÓRIA	67
3.1 Bibliotecas e a preservação e difusão da informação	73
4 METODOLOGIA	78
5 A BIBLIOTECA MARIA FIRMINA DOS REIS DO CCN-MA E O PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO: orientações, ações e proposições	85
6 CONCLUSÃO	135
REFERÊNCIAS	139
ANEXOS	156
APÊNDICES	157

1 INTRODUÇÃO

A abordagem sobre a escravidão do negro africano realizada neste estudo é de suma importância para a compreensão e desmistificação do discurso de que o mesmo era passivo à situação de escravo. Sua inércia temporária tinha como base questões psicológicas, linguísticas e culturais, atreladas a um conjunto de instrumentos normativos que justificavam o processo escravista e penalizavam suas ações, bem como a questão religiosa, que determinava quem era conceituado como humano.

A partir dessa desumanização, o negro se tornou um bem semovente, comparado a um animal suscetível à domesticação, ao trabalho exaustivo e aos castigos geralmente acompanhados pelos açoites. Essa relação de poder entre opressor e oprimido, constituída pela sociedade escravocrata e a população negra escravizada, configurou no quadro nacional por um longo período. O negro sempre reagiu, resistiu à escravidão a que lhe era imposta, desde o momento em que era retirado brutalmente de sua terra até a chegada ao Brasil. Os negros africanos que vieram para o Estado do Maranhão por intermédio das reformas pombalinas não ficaram alheios à resistência e ao seu estado de escravizados. As crescentes fugas para os quilombos são um referencial dessa luta.

A proibição do tráfico negreiro, em 1850, as Manumissões, o tráfico interprovincial, a Lei do Ventre Livre e a interferência da sociedade abolicionista, atrelados à crise econômica maranhense no século XIX, foram alguns dos fatores que enfraqueceram o comércio escravista no estado, que se findou com a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea. Desse modo, os negros tornavam-se libertos, mas sem estrutura para garantir a sobrevivência, fazendo parte de um sistema ainda preconceituoso, intolerante e desigual, que os colocava em estado de vulnerabilidade, inferioridade e sob o estigma da marginalidade descrita no Código Penal de 1890 (BRASIL, 1980).

Nessa percepção do povo negro em estado de vulnerabilidade, discute-se, então, a raça, bem como o preconceito que a esta se refere, por meio dos movimentos sociais brasileiros e maranhenses. No estado do Maranhão, por exemplo, o movimento negro se caracteriza a partir da criação do Centro de Cultura Negra (CCN-MA), no ano de 1979, cuja missão é o combate ao racismo, conscientização política e fortalecimento da cultura e religião de matrizes africanas. Para tal, o Centro tem desenvolvido projetos como AKomabu, a fim de suscitar o diálogo cultural com a comunidade em geral. O CCN possui outro bem cultural¹, a

¹ Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da

Biblioteca Maria Firmina dos Reis, que poderia contribuir no fortalecimento do Movimento Negro, pois esse espaço é compreendido como um meio social, no qual o Bibliotecário (a) trabalha seu lado tecnicista por meio do momento em que ele (a) disponibiliza, de forma organizada e trata de um acervo que responda à necessidade da instituição e do usuário e, logo após, divulgue e dissemine a ideologia do movimento, mediante propostas como a ação cultural, com o intuito de preservar a memória coletiva de um povo, nesse caso, do povo negro. Desse modo, despertará a consciência crítica do indivíduo para as questões étnico-raciais.

Sabe-se que as Bibliotecas estão estruturadas dentro da área cultural como um equipamento informacional, cujo objetivo social é propiciar interação com a sociedade por meio da leitura e da informação. Nessa visão, levantou-se então o problema desta pesquisa, pautado no questionamento “Por que um instrumento cultural tão importante para divulgação e disseminação da cultura estaria inativo, e o que se poderia fazer para revitalizá-la?”. Destarte, esta tem como objetivo geral analisar como a Biblioteca Maria Firmina pode contribuir na missão do Centro de Cultura Negra do Maranhão, que é o fomento no processo de fortalecimento da cultura afro na comunidade na qual ela está inserida. Sendo assim, traçou-se como objetivos específicos: realizar visita técnica; analisar e descrever o ambiente ‘Biblioteca’ recorrendo a dados fotográficos, documentais e bibliográficos; identificar o conceito de Biblioteca para o CCN-MA; fazer a relação entre a Biblioteca Maria Firmina dos Reis e o Movimento Negro, a partir da informação étnico-racial; propor a revitalização da mesma, identificando neste a Biblioteca em atividade enquanto instrumento relevante para o CCN, uma vez que ela se torna lugar de memória, cultura, informação democrática e de incentivo à leitura, tendo esta o poder de despertar o senso crítico do leitor, tornando-se, dessa forma, um instrumento de fomento na missão do CCN-MA.

2 MOVIMENTO NEGRO: compondo cenário

Antes de discorrer sobre o Movimento negro no Maranhão, é necessário fazer um breve resgate do histórico do processo escravista negro.

O avanço do ocidente, por meio das grandes navegações, ao novo mundo, não se limitou somente à descoberta de novas terras e seus recursos naturais que implicaram o crescimento econômico das colônias, mas, sobretudo, à descoberta de novos povos, e ao questionamento: esses indivíduos que acabaram de ser descobertos pertencem à humanidade? É esse discurso sobre “o outro” que norteou o processo de colonização do novo mundo. (LAPLANTINE, 2003, p. 25).

Uma das respostas dadas a esse questionamento, segundo Laplantine (2003, p. 28), está embasada no critério religioso no que tange à indagação sobre a existência da alma. Para que a alma existisse, era necessária a aceitação dos fundamentos religiosos impostos por quem colonizava, e essa resposta sobre a questão do indivíduo pertencer à humanidade, na maioria das vezes, estava relacionada aos seus comportamentos alimentares, sua aparência física e sua forma de pensar, ou seja, aos seus aspectos culturais.

O que podemos perceber claramente é a imposição de uma cultura sobre a outra, conforme o que a Antropologia conceitua como etnocentrismo: relação definida e autoritária de poder, em que um povo (colonizadores) se apropria de outro (colonizados), de natureza própria e legítima daquelas terras. Este é classificado como “o outro”, conceito que permite a violação dos direitos territoriais, culturais e de liberdade de quem ali já habitava, os nativos.

A discussão sobre a humanidade origina o preconceito racial, que determina o homem sob duas formas: a inferior e a superior, isto é, o dominador e o dominado, ou, ainda, o senhor e o escravo.

A “descoberta” do Brasil traz, em seu contexto histórico, dois períodos importantes que estão relacionados ao processo escravista: o período Colonial, que vai de 1500 a 1822, foi dividido em três fases: Pré-Colonial, Ibérico e Joanino. O primeiro é marcado pela chegada dos portugueses a esta terra, entrada do Brasil na rota do comércio e exportação do pau-brasil, produto que movimentou a economia brasileira nesse período e que era transportado pelos indígenas para as feitorias (depósitos). Até esse momento, o trabalho do indígena era livre e recompensado por meio do escambo. Porém, com a efetivação do sistema de Capitânicas Hereditárias, a mão de obra indígena torna-se escrava, e ela se justifica e se legaliza por condições como: Guerra Justa (cunho religioso); Expedições de Aprisionamento; Escravidão Voluntária (necessidades físicas, como a fome); Resgate de Índios de Corda (cultura tribal), além do critério de humanidade estipulado pela Igreja Católica, que se pautava na aceitação

do batismo católico “[...] Declarando que os ditos índios, e as demais gentes hão de ser atraídas, e convidadas à dita Fé de Cristo, com a pregação da palavra divina, e com exemplo de boa vida”. (PAPA PAULO III,1537). No Brasil, no século XVII, a Igreja, para compensar sua culpa no processo de escravidão dos índios, tutelou os mesmos sob a ótica das missões, que eram grandes latifúndios nos quais os Jesuítas, vistos como tutores dos indígenas, catequizavam os “índios”. Essas terras trabalhadas por eles se tornaram fontes geradoras de lucros que fortaleciam a economia do clero, uma forma de exploração justificada pela ideia de cristianização, salvação da alma.

Por sua vez, Portugal, vindo de grandes impactos econômicos devido a questões como a tomada do país pela Espanha (União Ibérica), buscando “produzir mais e gastar menos”, desperta para o uso da mão de obra indígena escrava, empregando-a principalmente na coleta das drogas do sertão, como cacau, salsaparrilha, pau-cravo, anil, entre outros produtos silvestres que expressavam bons preços no mercado europeu e representavam grandes lucros para a colônia. É necessário enfatizar que tal mão de obra não se detinha somente à coleta das drogas do sertão, mas ao emprego em serviços públicos, o que, na visão da Companhia do Comércio do Maranhão, de 1703, significava um desperdício. (SOUZA JUNIOR, 2013, p. 178).

A princípio, como já mencionado, os Jesuítas eram responsáveis pela tutela dos índios, o que ocasionou inúmeros atritos entre eles e os colonos que disputavam a mão de obra indígena. Observando esses interesses divergentes, em 1755, durante o governo Pombalino, que teve o nome derivado “do título nobiliárquico de Sebastião Joseph de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, poderoso Ministro do Rei de Portugal D. José I. [...]” (DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS, 1755), com a Lei do Diretório, os indígenas passam a ser “livres” e tutelados pelo Estado, que se apropria do direito sobre eles e do direito aos bens da igreja, como a posse das terras, o que fortalece os cofres do Estado de Portugal.

E o que vem ser o Diretório? De acordo com o Diretório dos Índios (1755) é:

[...] um documento que expressa importantes aspectos da política indígena do período da história de Portugal e do Brasil denominado pombalino [...] Destaca-se no *Diretório* a intenção do governo do Reino de Portugal, nesta época, de evitar a escravização dos índios, sua segregação, seu isolamento e a repressão ao tratamento dos indígenas como pessoas de segunda categoria entre os colonizadores e missionários brancos.

Para Souza Junior (2013, p. 173), o Diretório representou:

[...]a completa laicização da administração das povoações indígenas existentes no estado do Grão-Pará e Maranhão. A partir da ideia recorrente entre os colonizadores da incapacidade dos índios de gerir seus próprios interesses, devido à rusticidade e ignorância de que são portadores, decidiu-se pela necessidade da presença, em cada povoação, de um diretor, que seria nomeado pelo governador do estado.

A Lei do Diretório de 1755 traz o discurso de liberdade ao indígena, que deixa de ser escravo e passa a ser trabalhador (cuja idade é de 13 a 60 anos), com direito a remuneração. Porém, o que se vê, de acordo com Souza Junior (2013, p. 190), é a constante exploração da mão de obra indígena intensificada pelo Diretório, na qual havia a realização de trabalhos particulares para os Diretores, favorecendo, desse modo, a diminuição do tempo de trabalho dos indígenas em suas roças. Tais fatos evidenciam não a falácia de melhoria substancial dos indígenas por meio de uma suposta liberdade, mas a troca de detenção de poder sobre esses e sua mão de obra, os quais são tutelados agora pelo Estado, mediante diretórios e remuneração pelo trabalho.

Vendo que a escravidão não havia sido extinta, concretamente, havendo apenas uma troca terminológica e conceitual do ato como forma de amenizar o real intuito e a prática escravista, o indígena resiste à Lei do Diretório de 1755. Como diz Souza Júnior (2013, p.193-198), a fuga indígena, o respaldo legal institucional em que alguns se amparavam para manterem-se livres do trabalho e a taxa de mortalidade dos indígenas por doenças como a varíola causavam a diminuição e enfraquecimento dessa mão de obra, o que, atrelado a outras questões, refletiu profundamente na queda da economia do Estado, e todos esses fatores influenciaram a troca da mão de obra do “negro da terra” pela mão de obra do “escravo negro africano”. Sobre o título de “negro da terra”, é importante ressaltar que o Diretório do Índio de 1755 vê como insulto ao indígena o emprego do termo “negro”.

Entre os lastimosos princípios, e perniciosos abusos, de que tem resultado nos Índios o abatimento ponderado, é sem dúvida um deles a injusta, e escandalosa introdução de lhes chamarem Negros; querendo talvez com a infâmia, e vileza deste nome, persuadir-lhes, que a natureza os tinha destinado para escravos dos Brancos, como regularmente se imagina a respeito dos Pretos da Costa da África. (DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS, 1755, Não paginado).

Sendo assim, o conceito “negro”, empregado ao escravo africano, era utilizado pela sociedade colonial como forma de marginalizar, desumanizar e violar a estrutura do homem. Um termo, na ótica do discurso do Diretório, tão degradante e humilhante que nem mesmo os indígenas, outrora também escravizados e violados em seus direitos, mereciam ser denominados. É nessa visão que a história da escravidão do negro africano no Brasil e no mundo se desenvolve legitimamente. Nessa linha de pensamento, Malheiro (1976, p. 37) diz que:

Sobre a escravidão dos negros e seu comércio parece que naqueles tempos não havia dúvida nem escrúpulo. Pelo menos não causaram essas questões aos povos e aos governos a mesma inquietação, perturbação, e tormento, que a respeito dos índios. A escravidão dos africanos, já legalizada antes da descoberta do Brasil, foi nele recebida e introduzida como coisa lícita; o comércio dos escravos negros foi natural e suavemente estabelecido para a colônia, e até protegido e promovido pelo governo.

O que vem dar caráter legítimo à escravidão? Seria o interesse econômico sobre a mão de obra do negro africano, a relação de poder sobre o outro justificado pela “cor da pele”, determinante na definição de quem é humano e quem beira a animalidade e a impureza da alma analisada sob o olhar do catolicismo e de uma sociedade que por ela se conduz, fazendo dessa norma de conduta critério de moralidade para julgar e determinar a quem se atrelam os princípios humanos e, assim, justificar “o olhar cego sobre a escravidão” e, principalmente, a legalidade do processo.

De acordo com Malheiro (1976, p.25), a época em que foram introduzidos escravos negros no Brasil é um ponto histórico ainda incerto, mas o autor induz que, na colonização, já havia notícias de escravos negros a bordo das embarcações.

A escravidão do negro, diferente da que ocorria com o indígena, torna-se um ato legítimo e natural, na visão da sociedade daquele período, justificando a escravatura, conforme a seguinte teoria:

O escravo era apenas um instrumento de trabalho, uma máquina; não passível de qualquer educação intelectual e moral, sendo que mesmo da religiosa se cuidava. Todos os direitos lhe eram negados. Todos os sentimentos ainda os de família. Eram reduzidos a condição de coisa, como os irracionais, aos quais eram equiparados [...]. Eram denominados, mesmo oficialmente, peças, fôlegos vivos, que se mandavam marcar com ferro quente ou por castigo, ou ainda por sinal como gado. Sem consideração alguma perde o escravo até a consciência da dignidade humana, e acaba quase por acreditar que ele não é realmente uma criatura igual aos demais homens livres, que é um pouco mais que um irracional. (MALHEIRO, 1976, p. 31, grifo do autor).

E assim era descrito o negro pela sociedade escravocrata, que, na verdade, tinha interesse em anular a humanidade de homens e mulheres negros (as) para torná-los (as) simples objetos passíveis de exploração sem qualquer fato que justificasse a reivindicação de direitos, pois, sem alma e sem religião, restavam aos mesmos serem resumidos a uma “coisa” sem valia, sem sentimentos e pensamentos.

De acordo com Ribeiro (1990, p. 29), até 1670, a introdução do escravo africano não ocorreu no Maranhão devido à miséria econômica em que se encontrava o estado, na qual rolos de algodão serviam como moeda de pagamento, embora o mesmo relate que, em 1680, já havia notícias de escravos no Maranhão. Em 1755, com a criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, “como um dos instrumentos mais importantes da política mercantilista pombalina, as Companhias de Comércio foram fomentadoras da agricultura e integradoras de áreas econômicas ainda incipientes para uma economia de mercado”. A partir desse contexto, o comércio ultramarino de produtos (inclui-se, aí, o escravo africano) se desenvolve, a princípio com “a fabricação de pano de algodão [...] crescendo aceleradamente para alimentar o próprio comércio colonial em expansão”. (RIBEIRO, 1990, p. 32-33).

Sobre a Instituição da Companhia do Grão Pará e Maranhão de 1755, é descrito à Vossa Majestade, Rei de Portugal, que:

OS HOMENS DE NEGOCIO DA PRAÇA DE Lisboa abaixo assinado em seu nome, e dos mais vassalos de V. Magestade fizeram os habitantes da Capitania do grão Pará em quinze e fevereiro do anno próximo passado de mil setecentos cincoenta e quatro, e animados pela esperança de fazerem hum grande serviço a Deos, a V. Magestade, ao bem comum, e á conservação daquele Estado: tem convindo em formarem para ele huma nova companhia, que cultivando o seu comercio, fertilize ao mesmo tempo por este proprio meyo, a agricultura e a povoação que nelle se achaõ em tanta decadencia: Havendo V. Magestade por bem sustentar a dita Companhia com a confirmação, e concessão dos estabelecimentos [...]. (LISBOA, ano 1755, p. 3).

O que se pode entender a partir dessa citação é que a fundação da Companhia do Grão Pará e Maranhão tem como principal finalidade a economia agrícola, por meio da expansão desse comércio nesse estado pela rota marítima do comércio europeu, estimulando, dessa forma, o crescimento da Companhia que não foi a responsável pela inserção da mão de obra escrava do negro, mas funcionou como incentivadora nesse processo escravista. Sobre isso, Souza Junior (2013, p. 200) discorre:

As reformas pombalinas criaram um novo contexto para o tráfico de escravos. Com o objetivo de liberar o comércio de escravos, foram abolidos o sistema de esquadra (1756) e o sistema de frotas (1765). Além disso, uma reforma tributária eliminou ou reduziu diversas taxas.

Em 1776, penúltimo ano de vigência do monopólio da companhia, houve a redução dos valores dos fretes cobrados pelos capitães dos navios negreiros, com o objetivo de diminuir os custos dos escravos para os proprietários de terras e estimular as trocas.

Com o estímulo de taxas tributárias reduzidas e/ou eliminadas referentes ao transporte de escravo africano, houve um significativo aumento nesse tipo de comércio. No ano de 1765, foi embarcado de Luanda para o Maranhão, pela Companhia do Grão Pará e Maranhão, um total de 467 escravos negros. (THE TRANS- ATLANTIC SLAVE TRADE DATABASE VOYAGES, Não paginado).

Enquanto o Período Colonial é marcado pelo processo de colonização, o Período Imperial, que inicia em 1822, é marcado pela luta política pautada no interesse do Brasil em ter autonomia para governar. Sobre esse fato, diz Neves (2014, p. 22) que:

Como já dito, a independência brasileira teve como característica mais marcante a negociação que ocorreu entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra, tendo sido D. Pedro I o mediador e José Bonifácio, que fazia parte da alta burocracia da metrópole, tendo vivido vários anos em Portugal, foi principal negociador do lado brasileiro.

Nesse contexto, em 25 de março de 1824, é promulgada a primeira Constituição Brasileira, intitulada como Constituição Política do Império do Brasil, que, apesar de não se observar claramente a questão do negro nesse instrumento legal, referia-se a este em seu art. 6º, no qual conceitua como cidadão Brasileiro “os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam

ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação”. Os ingênuos são aqueles nascidos livres (Lei do Ventre Livre), e os libertos são os adultos, que puderam obter sua liberdade pela compra ou não da mesma. No entanto, a Carta Magna que insere o ingênuo e o liberto no conceito de cidadania é a mesma que o discrimina e o desqualifica como se vê na citação abaixo:

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se
I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.
II. Os Libertos. (BRASIL, 1824)

É perceptível que os recursos legais que naturalizam e legalizam a escravidão são decisivos na colocação do negro livre à margem do direito de exercer a liberdade, limitando seus espaços, resumindo-os ao nada e estimulando-os ao contexto da criminalidade que, por conseguinte, o colocará novamente na escravidão e na legalidade de toda forma de ação que cause danos a sua “integridade” física, conforme descreve o Código Criminal do Império Brasileiro (1830, p. 48):

Art. 113. Julgar-se- ha commetlido este crime, reunindo- se 'vinte ou mais escravos, para haverem a liberdade por meio da força.
Penas - aos cabeças - de morte no gráo maximo : de galés perpetuas no médio, e por quinze annos no minimo ; aos mais - açoutes.

Em concordância com o Código Criminal de 1830, a Lei nº 4, de 10 de junho de 1835, determina que:

Art. 1º Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e ás suas mulheres, que com elles viverem.
Se o ferimento, ou offensa physica forem leves, a pena será de açoutes a proporção das circumstancias mais ou menos aggravantes.
Art. 2º Acontecendo algum dos delictos mencionados no art. 1º, o de insurreição, e qualquer outro commettido por pessoas escravas, em que caiba a pena de morte, haverá reunião extraordinaria do Jury do Termo (caso não esteja em exercicio) convocada pelo Juiz de Direito, a quem taes acontecimentos serão immediatamente comunicados. (BRASIL, 1835, Não paginado).

Faz-se necessário citar tais instrumentos legais para que se possa fazer a observação do negro escravizado como um bem semovente, semelhante a uma coisa, a um animal suscetível à domesticação. O retratar de tais leis traz a consciência e a desmistificação de que o negro foi passível a seu processo de escravidão. É notória a presença de um aparato jurídico que criava, em todas as suas esferas, mecanismos e meios de escravizar novamente o negro.

O Maranhão, durante esse período, conforme descreve Faria (2012, p. 41), vivia a dinâmica do sistema agroexportador, com momentos de expansão e crise, que vão desde sua

gênese até o final do século XIX. Ela se agrava com fatores como a redução da mão de obra escrava, decorrente das inúmeras fugas, segundo expõe o jornal O Publicador Official - MA (n. 162, 25 maio 1833), a seguir:

Em o principio do mez de Abril, fugio nesta cidade, hum Escravo de nome Manoel, nação angola de idade 28 anos, pouco mas ou menos, de pequena estatura, seco do corpo, pouca barba, pés grandes, e o corpo mais cumprido da cintura para sima, de que pra baixo; tem hum caroço assima do imbigio que sem camisa, se divulga ao longe. Roga-se a qualquer pessoa, que o descobrir, o fassa prender e entregar, a seu Snr. Dionizio Luiz Teixeira, prêzo na cadeia desta cidade, ou a Antonio Joaquim de Araujo Guimarans, de quem receberá a despreza.

Outro fator que influenciou a crise econômica foi a proibição do tráfico negreiro em 1850, fazendo com que o Maranhão visse “[...] sua população escrava declinar sensivelmente, não só pela intensificação das pressões inglesas sobre o tráfico afro-americano, que resultaram na sua extinção, mas, e principalmente, pelo crescimento do tráfico interprovincial” (RIBEIRO, 1990, p. 80).

Com a economia Maranhense em crise e o fim do tráfico internacional de negros (legalizado), tornou-se inviável para os fazendeiros do Maranhão continuar importando-os, uma vez que o custo do tráfico ilegal era altíssimo, sustentado apenas pelos fazendeiros do café, e isso fez com que o Maranhão visse no tráfico interprovincial de escravos uma nova forma de lucro. (RIBEIRO, 1990, p. 84). Havia também a necessidade da troca da mão de obra escrava do negro por máquinas industriais, como se observa abaixo:

A possibilidade de elevar a o rendimento da cana tinha sido demonstrada já pela prática industrial. Foi assim que na Reunião pode-se em um engenho de importantes aparelhos atingir o rendimento excepcional de 13 por cento, enquanto que em nossas Antilhas tinha-se a certeza de obter-se 9 a 10 por 100. (O PAIZ , ano 26, n. 138, 18 set. 1876).

O processo de Manumissão também contribuiu para o enfraquecimento do sistema escravista. Em 28 de julho de 1869, é criada, no Maranhão, a Sociedade Nanumissora, cujo objetivo é libertar o maior número de escravas, deixando para os escravos sua alforria, condicionada às leis gerais e provinciais. (FUNDAÇÃO CULTURAL DO MARANHÃO, 1978, p. 11).

Assim sendo, as constantes fugas, a crise econômica, o fim do tráfico negreiro, o tráfico interprovincial e a Manumissão foram motivos importantíssimos na fragilização do processo escravista ocorrido no Maranhão, que se intensificou com as campanhas abolicionistas, segundo Ribeiro (1990, p. 140):

Na década de 1880, a marcha progressiva da campanha abolicionista em todo território nacional, contribuiu para que se engrossasse ainda mais o movimento emancipacionista provincial. Estudantes do Liceu Maranhense, professores, negros e mulatos libertos se uniram em uma causa comum.

O centro Artístico Abolicionista Maranhense, surgido em 1881, na cidade de São Luís, procurou, entre outras atividades, estimular a fuga de escravos. Processo que teve seu fim em 1888 com a Abolição da Escravatura.

A campanha abolicionista pressionava a sociedade para ver, mesmo sem querer, os abusos da escravidão. Com o intuito de fortalecer a causa abolicionista, cria-se, em 1º de Janeiro de 1880, na “cidade” do Rio de Janeiro, o jornal O Abolicionista, cuja missão é apresentada da seguinte forma:

É para lutar com a escravidão que este jornal aparece; é para denunciar-lhe os abusos e os tristes episódios; é para formar o arquivo histórico, em que no futuro as gerações, que nos sucederem, possam ver a degradação do nosso tempo, e odiar para sempre o estigma impresso na fronte da nação Brasileira pelo tráfico de escravos que ela tolera em pleno século XIX. (O ABOLICIONISTA, 1880, n. 1)

O Abolicionista serviu como um instrumento capaz de trazer para aquela sociedade conservadora a realidade do sistema escravista. Isso mostra que se compreendia a importância da informação como instrumento de consciência nesse processo de luta pela liberdade dos negros escravizados, bem como da discussão acerca do direito à liberdade e do negro como humano detentor dela, e como esta se relacionava com o progresso econômico para o Brasil, pois “a abolição dos escravos é uma necessidade, porque dela depende o crédito do Brasil na Europa e América do Norte [...]” (PUBLIO, São Luís, ano 1, n.14, 26 abr. 1881).

Percebe-se, assim, que a causa abolicionista pressionava a província a adotar uma política econômica norteada às bases de uma economia industrial e de uma sociedade livre, aos moldes da Europa e América. O Maranhão, nessa conjuntura, ainda resistiu ao abandono do sistema escravista, mas tal resistência se viu desmoronar diante da Lei Áurea, golpe mortal no sistema escravista brasileiro (RIBEIRO, 1990, p. 159).

Em 13 de maio de 1888, foi sancionada, pela Princesa Isabel, a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que declara extinta a escravidão no Brasil. (BRASIL, 1888). A partir desse instrumento legal, o negro não poderia mais ser arrolado como indivíduo passível de escravidão. Não havia mais legalidade em mantê-lo preso às correntes e à exploração do trabalho nem aos castigos do açoite com a justificativa de que sua cor e sua cultura determinavam-no como escravo, ou sob o cunho religioso desumano que fez desses homens e mulheres negros (as) bens semoventes.

A lei é comemorada, em especial pelos abolicionistas. No entanto, isso não significou que ela não sofrera críticas e resistências por parte dos escravocratas. Faria (2012, p. 288) diz que tanto no Maranhão quanto no Sudeste, a historiografia demonstrou que ambas procuraram manter enquanto puderam o regime de escravidão, aceitando apenas a imigração e a abolição, pressionadas pela “onda negra”. Enfim, a imigração chega a este país, e o negro não é mais escravo, o que, porém, é propagado com a seguinte crítica:

Ora, se a Inglaterra nas brilhantes condições em que se achava procedeu nessa questão com todo tino, prudência e conveniência, indemnizando os proprietários, como querem os improvisados abolicionistas do parlamento saltar por cima da constituição, e decretar a abolição forçada quando o país além da grande dívida que lhe pesa, não dispõe de capitais, nem de indústrias e nem de pessoal habilitado para a transformação do trabalho?

Como querem os abolicionistas promover de choro a abolição forçada sem ao menos ter preparado colônias e asilos que sirvam de abrigo a tantos milhares de escravos que nada possuem senão ignorância e pobreza extrema?

Onde está o sentimento philanthropico dos abolicionistas, que ruminando, há tempo, uma abolição forçada no interesse dos escravos, deixam todavia de preparar-lhes com antecedência um meio seguro de vida, expondo-os assim ao rigor do tempo, da miséria, da fome e da nudez? (OS ABOLICIONISTAS, ano, 26, n. 40, 20 fev. 1888).

Sendo assim, para onde iriam os negros recém-libertos, sem bem algum, desprovidos de quaisquer técnicas de trabalho, a não ser a da lavoura ou a doméstica? Como iriam se organizar em sociedade?

Diferente dos imigrantes que tinham acabado de chegar, os negros não tiveram nenhum apoio financeiro para trabalharem a terra em seu próprio benefício. Séculos de serviços escravos nas lavouras, foram lançados à própria sorte, castigados, mais uma vez, e, agora, a punição seria uma vida livre, mas desprovida de dignidade humana.

No entanto, o pós-abolição não correspondeu às expectativas dos abolicionistas. Diversos autores se referem a uma queda na qualidade de vida dos ex-escravos, o que pode ser reforçado pela presença de fortes movimentos sociais na Bahia nas duas primeiras décadas do século XX dirigidos a uma luta contra a carestia. A sociedade brasileira reverteu para as regras que haviam sido ameaçadas pela experiência abolicionista e milhões de brasileiros, descendentes dos escravos continuaram vivendo de forma semelhante aquela em que viviam sob a escravatura, dado à indigência a que foram lançados. A abolição da escravatura não criou as condições para que os antigos escravos pudessem alcançar a igualdade, a cidadania plena. (MENEZES, 2009, p. 99-100).

E assim se configura o fim da escravidão: o negro livre, mas se movimentando agora em direção a outra causa, a outra luta, que seria o direito à igualdade e à cidadania, por meio de um pensamento coletivo, direcionado pelos movimentos sociais do negro.

Por um certo período da história, os negros escravos não tinham, expressivamente, se movimentado a irem de encontro à escravidão, mas isso não significava passividade, [...] este sempre se opôs ativamente ao sofrimento que lhe era imposto. A reação começava mesmo durante a viagem nos navios negreiros, quando muitos suicidavam-se [...] (ZUMBIDO, n.1, 1982, p. 8). O que ocorreu é que havia fatores que, a priori, impediam um movimento expressivo, de cunho coletivo. O primeiro fator que anula tal ação é a própria forma como eles eram transportados:

Eram separados por sexo, mantidos nus, amontoados, sendo os homens acorrentados por longos períodos. [...] Durante toda a era do tráfico negreiro, a imundície gerava doenças gastrointestinais endêmicas e a proliferação de agentes patogênicos epidêmicos que, juntamente com as erupções periódicas de resistência violenta,

faziam com que entre 12 e 13 por cento das pessoas embarcadas não sobrevivessem à viagem. (ELTIS,2007, Não paginado).

Outra situação se refere aos aspectos geográficos. O deslocamento obrigatório e desumano dos negros africanos escravizados e a incerteza de saber aonde chegariam trazem para tais o estranhamento e impacto ambiental e cultural. Quando o negro escravizado é transportado e vendido, a geografia não o separa somente de seu habitat natural, sua terra, mas, sobretudo, de seus entes queridos, pois, nesse processo escravista, o negro não era considerado gente, portanto não constituía e nem tinha o direito de fazer parte de uma família, de construir laços afetivos, o que resultou no rompimento drástico destes. A ausência de comunicação também silenciou, momentaneamente, o movimento coletivo de resistência do escravo africano desembarcado nesta terra, pois, como se sabe, a comunicação só é estabelecida por meio dos elementos de comunicação: emissor, receptor, canal e código, que propiciam as relações orais sociais. Melo (2011, p. 33, grifo do autor), sobre a comunicação bem sucedida, diz que:

Uma comunicação bem sucedida envolve a boa apreensão dos signos transferidos de uma fonte (num diálogo, o emissor) a um destino(o(os) interlocutor (es)). Em outras palavras uma “recepção sem ruídos” (entendido **ruído** como todo fenômeno que é produzido numa comunicação e não pertence à mensagem intencionalmente emitida, podendo comprometer sua eficácia tais como defeito do canal ou de intromissões externas) e uma “boa interpretação das mensagens” trocadas são a garantia de um efetivo contato.

A língua, enquanto idioma e fala, é um fator social que possibilita aos indivíduos de uma determinada comunidade relações entre elas. Ou seja, se o indivíduo é extraído do seu contexto social linguístico e exposto a outro completamente desconhecido, em que o conjunto lexical expresso é irreconhecível e impossibilita o caráter semântico das palavras, impossibilitando a decodificação da mensagem, não há como se estabelecer uma comunicação, nesse caso, oral com o meio externo e diferente de sua cultura. Da mesma forma, acontecia com o negro escravo, o que é corroborado por Amado (1982? p. 116-117), por meio do seguinte relato:

— A gente era um montão de negros... A gente tinha desembarcado e não sabia a fala do senhor branco... Foi há muito tempo isso... Lá em Corta Mão... — O que foi que teve? — Senhor Leal não tinha feitor. Mas tinha um casal de gorilas, uns macacões negros, amarrados numa corrente enorme. O senhor chamava o macho de Catito e a fêmea de Catita. O macho andava com um copo amarrado na corrente e um chicote na mão... Era o feitor...

— A macaca Catita matava galinhas, andava pelas casas. O macaco levava nós para a roça e sentava no cepo. Quando negro não trabalhava ele surrava negro. Às vezes surrava sem motivo. Ele matou negro com o chicote...

— Senhor Leal gostava de soltar Catito em cima das negras... Catito matava elas pra gozar nelas... Um dia o senhor soltou Catito em cima de uma negra nova, casada com um negro novo. Senhor Leal tinha visitas...

— Catito se jogou em cima da negra e o negro em cima de Catito... Jubiabá olha ao longe a noite. A lua está amarela. — Senhor Leal atirou no negro que já tinha dado

duas facadas no macaco... A negra também morreu. Ficou um bocado de sangue no lugar. As visitas ficou tudo rindo muito alegre. Menos uma mocinha branca, que ficou doida de noite vendo o macaco e o negro... A valsa triste canta perto. — Mas de noite um irmão do negro matou sinhô Leal. O irmão do negro eu conheci. Foi ele quem me contou a história...

Jorge Amado, em seu livro *Jubiabá*, cuja primeira edição data de 1935, descreve a condição do escravo recém-chegado ao Brasil, que não compreendia a língua do seu senhor, e apresenta a língua enquanto fator social que interfere no comportamento humano. Por estar em seu ambiente nato, capaz de uma socialização linguística, o senhor se detém do poder da superioridade sobre o negro, qualificando-o como um animal cuja fala não expressa nada além de uma onomatopeia ecoada por animais, como, por exemplo, o macaco. O escravo não compreende o que ali é dito: é a sua visão que dá compreensão aos fatos e impulsiona uma reação.

A violência extrema a que era submetido o negro africano, com o objetivo de transformá-lo em escravo, a forma desumana como eram transportados, o arrancar brutal do seu habitat natural para as incertezas de tempo e lugar, o rompimento obrigatório com seus laços familiares e afetivos, bem como a comunicação limitada pelo idioma colocaram o “indivíduo” em um estado emocional fragilizado e, portanto, suscetível à manipulação, ao domínio. Sobre tal situação, enfatiza Laraia (2001, Não paginado) que:

Os africanos removidos violentamente de seu continente (ou seja, do seu ecossistema e de seu contexto cultural) e transportados como escravos para uma terra estranha habitada por pessoas de fenotípica, costumes e língua diferentes, perdiam toda a motivação de continuar vivos. Muitos foram os suicídios praticados, e outros acabavam sendo mortos pelo mal que foi denominado de banzo. Traduzido como saudade, o banzo é de fato uma forma de morte decorrente da apatia.

Com o tempo, o escravo africano cria familiaridade com o seu ambiente e, como resultado dessa interação, desenvolve ações de resistência à escravidão por meio de fugas, individuais ou coletivas, conforme escreve o jornal *Diário do Maranhão*, sobre um interrogatório no qual uma escrava chamada Matilde é questionada sobre o momento em que fugiu e o motivo para o ato:

Não podendo mais estar na referida fazenda, por isso della se ausentara véspera de Natal ultimo, para o quilombo ”Espírito Santo”. Acrescenta que nem sempre lhe dava peixe, sendo então sua alimentação os dous pires de farinha.

[...]

Perguntado porque motivo deu-se a morte de seu filho Feliciano?

Respondeo que, sendo ella interrogada pessimamente alimentada, vei lhe a secar o leite, e então não tendo seu filho outro sustento inchou, pelo que morreu logo a noite seguinte ao dia da fuga. (VILA NOVA..., ano5, n. 368, 24 out. 1874)

O retratar da escrava Matilde revela as condições as quais os escravos eram submetidos, como, por exemplo, alimentação precária, mesma condição da qual falava a literatura de Jorge Amado. E, nesse contexto, o quilombo era a esperança de uma vida melhor,

a resistência assumida contra o sistema escravocrata e sua detenção de poder. Por conta disso, a cada dia, foi ganhando mais adeptos, uma vez que os escravos fugiam em massa para esse espaço, a fim de se organizarem enquanto comunidade e criarem estratégias de defesas aos possíveis ataques que poderiam sofrer. Tal fato pode ser percebido nas publicações dos jornais maranhenses sobre os quilombos, como veremos a seguir:

Não pareçam prisioneiros esses infelizes, pois vinhão alegres e como que dispostos a qualquer sorte que, por pior que seja, lhes trará um viver mais sossegado e menos atribulado que o do quilombo, onde vivião vendo em todos e tudo – verdadeiros fantasmas que os queirão arrancar ali mesmo no esconderijo que procurarão nas mattas virgens e impenetráveis da margem esquerda do pouco navegado rio Tury. Nós que fizemos parte da caravana de voluntários que acompanharão o contingente de linha, ficamos admirados do quanto é fértil aquelle torrão, onde foram residir os quilombolas que derão lhe o nome de – Mocambo S. Sebastião. Esse quilombo possuía 58 casas, 2 dellas egrejas, 3 casas de forno de fazer farinha, 2 para engenhocas de moer canna, e 1 para um aperfeiçoado alambique de barro, e o caldo de canna era apurado em caldeirões por não haverem taxas. Os lindos roçados e as florescentes roças provão quanto são trabalhadores s quilombolas de S. Sebastião [...] (DIÁRIO DO MARANHÃO, ed. 7, n. 1015, 22 dez. 1876)

O jornal, ao noticiar a invasão “pacífica” ao quilombo, retrata, com propriedade, a estrutura organizacional do mesmo, com os recursos e maquinários disponíveis para o trabalho, além de uma boa estrutura de plantio, o que evidencia que o quilombo estava suscetível a um desenvolvimento econômico e/ou de subsistência. No mesmo jornal, com relação às estratégias de defesa dos escravos quilombolas, é noticiada a ordem dada pelo Senhor Presidente para que fossem recolhidas ao depósito de artigos bélicos as 24 armas tomadas no quilombo São Sebastião, o que evidenciava a estratégia de defesa dos quilombolas, agora, munidos com armamento. Nesse contexto, acontece a mais expressiva forma de resistência negra contra o processo escravista, a intitulada Revolta da Balaiada. Nesse período, o Brasil vivenciava um estopim de revoltas: a Sabinada, no Estado da Bahia; a Farroupilha, no Rio Grande do Sul e a Cabanagem, no Pará. “A Balaiada é antes de tudo, rebelião de massa. É esse, sem dúvida, o seu mais impressionante característico [...] (SERRA, 2008, p.147).

Assim sendo, esse movimento mostra, por meio de sua estrutura, a luta de uma “massa” que se encontra em estado de plena insatisfação com a política, ali, existente: uma política discriminatória e opressora, como se vê a seguir:

Ora o fenômeno da Balaiada se manifestou, de maneira insofismável, precisamente, quando uma onda de descrença, de desesperos surdos, se alastrava por todas as classes oprimidas do Maranhão. [...] Entre o Governo, ou, mais certo, entre os chefes da política dominante e a massa de todas as camadas sociais, cavou-se um abismo. (SERRA, 2008, p.147).

No Maranhão, durante o período de 1839 a 1841, período em que ocorreu a Balaiada, os partidos políticos do estado estavam divididos em Conservadores e Liberais. Eram os

Conservadores que detinham o poder. Foi entre eles e a massa que se cavou o abismo, pois, foi indo de encontro a esse sistema autoritário que Raimundo Gomes, o Cara Preta, Manuel Ferreira dos Anjos, o Balaio, e o negro Cosme, juntaram-se e formaram a Revolta da Balaiada. Eles foram a representação clara do que Serra chamou de massa. E esse movimento não foi uma aventura, nem a caracterização de política; não pode ser visto como “coisa de bandido”. Na verdade, foi um movimento revolucionário com o objetivo de reabilitação social dos anônimos do campo, das senzalas, dos negros fujões, dos Quilombolas. (SERRA, 2008, p.147).

Os quilombos foram a marca da resistência coletiva no período da escravidão legalizada no Brasil e no Maranhão, encerrando-se com a Abolição da Escravatura, em 1888, e com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, quando o Brasil se vê em um novo contexto político e econômico, este último determinado pelas bases do capitalismo. Porém, essa estrutura econômica não foi capaz de inserir o negro no mercado de trabalho como assalariado, haja vista que o imaginário social estava ainda atrelado à crença de que os ex-escravos eram incapazes de exercer tarefas mais elaboradas, além do acréscimo do crescente número de imigrantes no mercado de trabalho. (SOCIEDADE BRASILEIRA, 2000, p.51-52).

Maringoni (2011, Não paginado, grifo do autor), em seu artigo intitulado: O Destino dos Negros após a Abolição, publicado na Revista Desafios do Desenvolvimento, do Ipea, diz que:

A LIBERTAÇÃO Em maio de 1888 veio a Lei Áurea e, 16 meses depois, como consequência direta das contradições que vivia o País, a República. Com a abundância de mão de obra imigrante, os ex-cativos acabaram por se constituir em um imenso exército industrial de reserva, descartável e sem força política alguma na nova República. Os fazendeiros – em especial os cafeicultores – ganharam uma compensação: a importação de força de trabalho europeia, de baixíssimo custo, bancada pelo poder público. Parte da arrecadação fiscal de todo o País foi desviada para o financiamento da imigração, destinada especialmente ao Sul e Sudeste. O subsídio estatal direcionado ao setor mais dinâmico da economia acentuou desequilíbrios regionais que se tornaram crônicos pelas décadas seguintes. Esta foi a reforma complementar ao fim do cativo que se viabilizou. Quanto aos negros, estes ficaram jogados à própria sorte.

No Estado do Maranhão, o negro não se encontrava fora do contexto nacional de exclusão e “abandono”. A abolição foi um golpe para o Estado, pois muitas fazendas e engenhos foram abandonados ou doados aos escravos que não souberam o que fazer com eles, haja vista a falta de condições financeiras e técnicas de gerenciamento para manterem ativas as terras. É importante ressaltar que o confinamento destes nas fazendas durante o período escravista os distanciou de uma comunicação com o resto da província, e as estradas de

rodagem e fluxo migratório trouxe pouco a pouco o negro para a realidade do processo civilizatório maranhense. (LIMA; AZEVEDO, 1980, p. 6-7).

Quando a estrutura social agrária se decompõe, a população migra para os centros urbanos, o que possibilitou o emprego de sua força de trabalho nas indústrias, provocando a urbanização. Porém, uma grande parcela dessa população com menor poder aquisitivo migra para as periferias, nas quais as terras são mais acessíveis. Enquanto uma minoria usufrui da modernização das cidades, a grande parcela se vê em desespero pela falta de condições de sobrevivência. (PIRES, 1985). Esse é um quadro bem detalhado da desigualdade social, em que o indivíduo, em situação econômica vulnerável, empobrecida, vive no limite entre a marginalidade e a criminalidade, cometendo pequenos delitos para sobreviver. Essas ações são atribuídas às chamadas classes perigosas, cuja raiz vai do escravismo da Colônia à Independência, e o da Monarquia ao da República. (PIRES, 1985).

Tal descrição não tem como intenção empregar ao negro um caráter de criminoso, apenas descreve como os fatores externos influenciam no comportamento do indivíduo, como se observa a seguir:

A organização do pensamento a que damos o nome de personalidade evoluiu a partir de muitos eventos, entre os quais está a multiplicidade de experiências anteriores que tivemos e que, de um outro modo, alteraram nosso comportamento para fazer de nós o que somos hoje. Essas mudanças no comportamento resultantes de nosso contacto com vários estímulos do ambiente, abrangem aquilo que conhecemos como *aprendizagem* ou *condicionamento*. (LUDIN, 1976, p.7, grifo do autor).

Ludin explica o comportamento dessa classe empobrecida, condicionada ao desespero da falta de sobrevivência, que reage a esse sistema tão desigual, a partir do que, outrora, vivenciou: “a violência”. O homem não é indiferente ao seu meio. Ao contrário, o meio externo interfere no comportamento humano, e, quando este o desenha nesse contexto não como parte de um ciclo que se completa, mas como um objeto passível a interesses internos e individuais, o resultado da influência pode ser mudanças comportamentais que originaram mudanças sociais, exigindo reações coletivas.

A Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, extingue a escravidão. No entanto, em 1890, com a promulgação do Código Penal, o que se percebe é uma descaracterização de certas terminologias que foram reestruturadas para se adequarem ao contexto do negro. Desse modo, surgem termos como “delinquentes” e “criminosos” para caracterizar o ex-escravo, que, após o julgamento de seus atos ilícitos, tornam-se presos, encarcerados.

Os termos mudam para satisfazer e burlar a necessidade de se cumprir a lei que garante o “direito à liberdade do negro”. Porém, o objetivo do código de 1890 permanece

ainda sob a ótica da colonização, que é a de manter o negro sobre o domínio de quem detém o poder e a ordem, à margem do convívio social. Tais afirmativas são ratificadas nos artigos a seguir, os quais definem como crime:

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas - de prisão cellullar por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellullar por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão cellullar por dous a seis mezes.

Paragrapho unico. E' considerado circumstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro. (BRASIL, 1890).

Dois anos após a abolição, o negro liberto, como referenciado anteriormente neste trabalho, cujas estruturas de trabalho e técnicas eram artesanais, e que vivia agora nos centros urbanos ou periféricos sem saber desenvolver os instrumentos do trabalho industrial, certamente é o alvo em potencial do artigo 399 do Código Penal de 1890, uma vez que muitos libertos ainda não tinham emprego, e esta realidade era caracterizada pelo Código Penal como crime, portanto se relacionava diretamente ao negro a restrição da liberdade física e religiosa no art.157, engloba-se as religiões de matriz africana e cultural) quando descreve a capoeira como crime de vadiagem, onde quem a faz é descrito como vadio, munido de armas (instrumentos da capoeira).

O negro livre anseia por expressar sua cultura de diversos modos: por meio do cântico e da dança, os quais carregam simbologias que expressam sua tristeza, saudade, bem como sua resistência, ou, ainda, pelo clamor a seus orixás. Todas essas formas representam o direito de dizer sem medo quem, de fato, ele é, o que, na prática, não acontecia, visto que a liberdade pregada pelo abolicionismo era limitada. Suas asas foram aparadas pelas arestas legais do Código Penal, o qual parece dizer que: o negro é livre desde que sua essência ainda esteja presa, e sua cultura escravizada pela alteridade dos resquícios do colonialismo português. Nessa conjuntura, percebe-se a violação dos direitos humanos do povo negro, detentores dos direitos e deveres que fazem parte da estrutura social, mesmo em caráter tão desigual, que, aos poucos, será questionado e discutido por um coletivo representante dessa “Raça”. Esse

questionamento se dá, porque o status que lhes garante cidadania, conseqüentemente, proporciona o direito de reivindicar condições de vida melhor, como o direito ao acesso à educação, saúde, lazer, trabalho, cultura, informação e a ações afirmativas, entre outros.

Sobre o conceito ‘raça’, aponta-se que, por algum tempo, a ciência biológica afirmou que ela não seria uma realidade biológica, apenas um conceito para explicar a diversidade humana. Os naturalistas dos séculos XVIII- XIX hierarquizaram as classificações humanas, atribuíram escalas de valores à relação intrínseca entre o biológico, o psicológico, a moral, o intelectual e o cultural, existentes nos indivíduos. Isso resultou na superioridade da raça branca sobre a amarela e a negra, em função das características físicas e hereditárias, como cor da pele, cabelo, formato do crânio, esse último fortalecendo o “Racismo”. Mas, a partir da década de 70, a vertente biológica começa a mudar por meio do surgimento das derivações do racismo, como, por exemplo, aquele sofrido pelas mulheres, pelos pobres, entre outros grupos sociais. Esse é o racismo por analogia, resultante da biologização de um conjunto de indivíduos pertencendo a uma mesma categoria social. (MUNANGA, 2003, Não paginado).

Com relação à questão racial, o Brasil se declara como um país cuja diversidade de povo e cultural, advinda do seu processo de colonização e imigração (indivíduo estrangeiro), se dá em plena democracia racial. Sobre essa afirmativa, Kenski (2003, Não paginado) a retifica, explicitando que:

Durante muito tempo, acreditou-se que o Brasil era uma democracia racial[...] O mito começou a cair a partir da década de 60 quando se descobriu que o Brasil não só tinha preconceito em relação aos pobres – o que em si já é terrível – como a discriminação era especialmente dirigida a negros, pardos e índios

Nessa visão de um país racista e preconceituoso, onde pobres e negros são discriminados e privados de seus direitos, simplesmente por não se constituírem dentro de um padrão imposto pela relação etnocêntrica de quem pensa e/ou detém o poder, é que emergem os Movimentos Negros, organização social que [...] se constitui como resistência negra e protagoniza as lutas pela liberdade e pela cidadania. (SOUZA, 2017, f.16).

De acordo com MOTTA-MAUÉS, (ca 1970, Não paginado) movimento negro é:

Termo genérico que designa a organização da população negra na promoção da luta contra as desigualdades de cunho racial que a atingem. Embora, a rigor, possamos emprega-lo para referir a luta organizada, através de associações e outros meios, que se dá no Brasil desde a década de 1930, o termo é empregado particularmente em relação aos movimentos de caráter político e contestador da ordem vigente e de agregação e valorização da população negra criados a partir do final da década de 1970.

Nessas colocações acerca do significado do termo “Movimento Negro”, compreende-se, mediante a análise do conceito, seu sentido maior, que é “a resistência”, a não aceitação da raça negra ao estado em que se encontra, subjugada à classe inferior e silenciada pelo falso

discurso da democracia racial. Por isso, Motta- Maués vai chamá-lo de genérico. Porque ele não nasce, ele provém de toda uma história social, política, econômica, religiosa e cultural.

Esse movimento que se inicia ainda no Brasil Império com as revoltas e constituições dos quilombos, do sentido de coletivo, vai se desenhando no contexto social à medida que se organiza e se determina o negro como sujeito ativo. Nesse processo, a informação e a divulgação da mesma foram fatores decisivos para se discutir e fazer conhecer a problemática da escravidão, do negro, da raça, da minoria e da discriminação. Em 1880, o jornal O Abolicionista se tornou a voz do negro escravizado. Após a abolição, surgiram, então, os periódicos O Menelik (1915), A Liberdade (1919), O Clarim, publicação mensal da mocidade negra (1935) e A Voz da Raça (1933-1937), para serem a voz do negro liberto que se encontrava em estado de desigualdade social.

As instituições, organizações representativas da raça negra, formaram, no cenário brasileiro, a força coletiva da raça e trouxeram a socialização do grupo a partir dos discursos do direito e exercício da cidadania, assim como fez a Instituição Frente Negra Brasileira, criada em 16 de setembro de 1931, em São Paulo, que se tornou um marco de resistência da causa negra, pois, além de trazer um discurso político e cultural, suscitou o acesso justo ao mercado de trabalho. Em 1945, ela tentou se articular como partido político, virando a Associação Nacional do Negro Brasileiro (SANTOS, 2001).

Outra instituição coletiva que fomentou o Movimento Negro foi a União dos Homens de Cor dos Estados Unidos do Brasil, ou UAGACÊ, fundada em Porto Alegre, em janeiro de 1943, por João Cabral Alves, que, segundo seu estatuto, era farmacêutico e articulista. Além dele, assinavam o documento de inauguração mais seis pessoas, sendo cinco homens e uma mulher, com profissões que variavam entre médicos, advogados, funcionários públicos e uma doméstica, como costumava ser chamada. Essa organização tinha como um dos seus objetivos, expressos no artigo 1º do estatuto, no capítulo das finalidades: “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. (SILVA, 2003, p.225).

O Movimento Negro se fortalece e se torna sujeito do discurso em várias áreas, à medida que se organiza e se articula. Em 1944, no Rio de Janeiro, surgiu o Teatro Experimental do Negro (TEN), que se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, guardavam em sua mente o conceito raça negra como sinônimo de inferioridade. O TEN tinha como proposta trabalhar pela valorização social do negro no

Brasil, por meio da educação, cultura e da arte. (NASCIMENTO, 2004, p. 210). Na Literatura, o negro em condição de escravo ou liberto era retratado e discutido por escritoras como Maria Firmina dos Reis, nascida em São Luís do Maranhão, e autora de obras como *Úrsula* (1859), romance abolicionista; Carolina Maria de Jesus, que publicou, dentre muitas obras, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960); Machado de Assis, autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881); Jorge Amado, com *Jubiabá* (1935) e *Capitães da areia* (1937).

O que se percebe, a partir dessa breve descrição do Movimento Negro no Brasil, é que o mesmo buscou se expressar por intermédio das várias áreas possíveis, tornando-se sujeito do discurso destas, gerando elo de comunicação entre o Movimento e a sociedade em geral, fortalecendo, desse modo, a causa e ele próprio. Porém, na década de 60, o Movimento Negro, assim como todo movimento social, foi silenciado pela Ditadura Militar e pela repressão descrita no Ato Institucional Nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, no qual se instituiu:

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - *proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política*;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado, (BRASIL, 1968)

A partir da década de 70, período pós-ditadura, o Movimento Negro se reestrutura, rompendo com concepções conservadoras, conforme Santos (2001, p. 42):

Em 1978 ocorreram importantes rupturas: o discurso político ganhou consistência e uma forma mais definida, um momento de muita efervescência cultural promovida pelo movimento negro, momento em que as concepções antigas conservadora sofreram dura crítica, o ano da abertura política.

De acordo com o autor, o movimento tinha caráter conservador, porque, até então, a visão do Movimento Negro estava menos no cunho político e mais nas questões educação e identidade racial, sendo, dessa forma, necessário deslocar o foco para um movimento mais político. É nessa visão que ressurgem os Movimentos Negros, como organizações mais expressivas politicamente como o Movimento Negro Unificado (MNU), uma organização pioneira na luta do povo negro no Brasil, fundada no dia 18 de junho de 1978 e lançada publicamente no dia 7 de julho desse mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em pleno Regime Militar. “O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no país”. (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Não paginado). O Movimento das Mulheres Negras, que surgiu em 1980 por

mulheres negras inseridas em outros movimentos como o Movimento Negro e o Movimento Feminista, atuava no sentido de “empoderar” as mulheres dando a elas o direito de exigir do Estado o atendimento às suas demandas, a ampliação e, principalmente, o acesso a direitos já conquistados. (CARVALHO, 2012, p. 3-6).

O movimento também se politiza a partir da música, trazendo discussões sobre o negro na sociedade, uma forma de se fazer política de conscientização, como é o caso do *reggae*, que exprime as riquezas espirituais, os anseios do mundo negro por justiça e liberdade [...] A mensagem desse estilo musical é de denúncia e protesto [...] (ZUMBIDO, n. 1, 1982, p. 6). Assim, o movimento se assume como um ato voltado à política e às alianças partidárias, cujo intuito é que o Estado desenvolva políticas públicas voltadas à raça negra, as quais propiciem o cumprimento da igualdade de direitos, pois o governo se configura como instância máxima de administração executiva, cuja atribuição principal é direcionar políticas públicas e regular a sociedade politicamente (SILVA, 2017, p. 31).

O “tomar partido” fez o diferencial. Tem-se como exemplo o Partido dos Trabalhadores (PT). Durante o governo petista, muitas políticas públicas eram voltadas para o benefício do negro. Isso explica a identificação da classe com o partido. Durante a administração do PT, foi criada, pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Na educação, é sancionada a Lei nº 10. 639, de 09 de janeiro de 2003, que inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira. (BRASIL,2003). Em 2012, é sancionada a Lei nº 12. 711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre a Política de Cotas como inserção nas Instituições Federais de ensino, a nível médio, técnico e superior. Importante lembrar que esse texto foi alterado pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, onde os artigos 3º, 5º e 7º sofreram as alterações (Governo do Excl. Sr. Presidente da República do Brasil Michael Temer). Tais fatos descrevem a importância do Movimento Negro no Brasil e sua força, enquanto instrumento no processo de ações afirmativas e de cidadania, no qual o indivíduo cidadão possa exercer, dentro do Estado que lhe acolhe, seus direitos e deveres. Esse movimento dinâmico e organizado se torna a força da massa, pressionando o Estado a reagir contra a violação dos direitos humanos desses cidadãos. Foi essa Instituição pressionada que, em 1988, promulgou a nova Constituição Federal do Brasil, a qual trazia em seu texto a ideia de um país sem preconceito racial, garantindo, como descreve o Art. 1º, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, além de:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade

do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (EC no 45/2004)

IV—é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

VI—é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VIII—ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX—é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X—são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação [...] (BRASIL, 1988).

O direito à cidadania, à dignidade, à igualdade, enquanto indivíduos, à manifestação do pensamento, à liberdade de cultivar sua crença sem que isso ocorra sem discriminação, à expressão científica sem censura, em que se abre espaço para discutir ou rediscutir a história da humanidade e como ela evolui, abriram um grande espaço para o movimento negro atual.

Assim sendo, para promoção e efetivação das ações afirmativas, a Constituição pode não ter sanado a problemática do racismo, mas amparou o negro sob sua tutela legal, permitindo à raça manifestar sua fé, sem medo ou vergonha, e se assumir, esteticamente, enquanto negro e não ser discriminado ou diminuído.

Outro ganho no processo de reafirmação da raça negra foi a realização de eventos, tais como seminários e grupos de estudos, nos quais se discutem as políticas públicas voltadas à causa, a partir da história, da educação, da política e, especialmente, do olhar das esferas do Estado.

Se o Código Penal de 1890 criminalizava o negro, hoje ele é amparado pela Constituição Brasileira de 1988, uma vez que esta condena qualquer indivíduo que for de encontro ao artigo 5º e seus incisos. Como podemos perceber, o Movimento Negro no Brasil vem se fortalecendo por meio da legalização que o respalda, na força política, na propagação do seu discurso em defesa da raça e da afirmação desta, utilizando como instrumento a “arma” mais eficaz: a informação.

2.1 Movimento Negro no Maranhão

O processo escravocrata se extingue e o abolicionismo dá caráter de cidadão aos negros, agora livres. Contudo, a sociedade que se constitui nesse novo contexto ainda traz em sua ideologia as concepções coloniais de escravatura, marginalizando esses indivíduos por meio do conceito de que o negro seria um ser inferior devido à sua raça e cultura. No Maranhão, por exemplo, essa concepção do que é ser negro não ficou alheia ao estereótipo preconceituoso que norteou a sociedade brasileira, herdeira de uma relação de poder, na qual a memória coletiva parece ser uma vaga lembrança, que dá espaço à memória individualista

de prepotência e de ensino de que uma sociedade se constrói a partir de dois eixos: os que mandam e os que obedecem, sendo que esses últimos não são analisados como indivíduos suscetíveis a “um estado”, mas naturalizados pelo sistema da meritocracia, de modo que, se o Estado, na prática, cumprisse o artigo 5º da CBF de 1988, ofereceria oportunidades iguais a negros e brancos e a pobres e ricos, em todas as suas esferas, justificando, desse modo, a inferioridade como consequência única da incapacidade do homem, no caso, do negro.

Na constituição das relações sociais que envolveram o negro, e continuam a envolvê-lo, a discriminação, o preconceito e a violência foram marcas registradas nessas inter-relações.

Antes de retratar o Movimento Negro, é necessário descrever as condições nas quais o Maranhão se encontrava. Para tal, consideraram-se alguns breves critérios avaliativos que indicaram a realidade do negro no Estado do Maranhão, especificamente em São Luís. Esses critérios são de cunho educacional, econômico e religioso, sendo, portanto, fundamentais para compreensão da relação homem negro e Estado, conforme se vê nas linhas, a seguir.

No que tange à educação, o Brasil da década de 60 e 70, chamada de Pós-Militarismo, passava por muitas transformações, dentre elas, a reformulação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação. Em 20 de dezembro de 1961, a Lei nº 4024 fixa as Diretrizes e Bases da Educação. Por meio desta, percebe-se que o Estado ainda vê na ordem católica o modelo e base de diretriz religiosa a serem seguidos. Quando em seu Art. 97, é descrito o ensino religioso como disciplina, ainda que opcional, o discurso dos séculos escravistas é fortalecido, e o poder se firma na nobreza e no clero, os quais impunham a ideia de que a humanidade só se constituía a partir de uma religião perfeita: o catolicismo, ensinado aos indígenas e aos negros africanos escravizados. Esse conceito, como se vê, perdurou no tempo, tornando-se base para a construção da LDB de 1961 e sua anterior, fomentando a discriminação das religiões de matriz africana.

Assim como o Ensino Religioso, havia também outra disciplina instituída na LDB que trouxe também consigo uma carga de preconceito misturada a uma ordem disciplinar e de controle moral: a extinta disciplina Educação Moral e Cívica, que rumava aos moldes do militarismo e de seu slogan: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Essa disciplina com a Lei nº 5.692 (LDB de 1971) tornou-se obrigatória nas escolas no ano de 1971.

A LDB de 1961 quando em seu texto divide o ensino por graus (Grau Primário; Grau Médio e Médio Técnico e o Superior) mais também determina que classe exercerá cada grau. Sobre essas questões, discorre-se que:

O sentido atemporal da “boa sociedade” católica e a defesa da educação voltada para a sua continuidade tiveram o questionamento de Anísio Teixeira durante o final da tramitação da LDB na Câmara dos Deputados. O diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) considerou o substitutivo de Carlos Lacerda um “anacronismo educacional”.²⁹ A palavra anacronismo era empregada pelo educador naquele momento para ressaltar a permanência, completamente desvinculada das necessidades do presente, de ações que visavam apropriar as instituições públicas para uso privado. Essa prática vinha dos tempos coloniais e era bem caracterizada pelas capitânicas hereditárias. Comparando a colonização portuguesa à colonização inglesa da América do Norte, Anísio Teixeira afirmou que “com os ingleses, o privado tendia a se fazer público; com os portugueses, o público tendia a se fazer privado”.³⁰ Desta feita, criavam-se empecilhos à formação de uma consciência favorável à expansão da escola pública, restando à República “um sistema dual de educação: a escola primária e profissional para o povo e a escola secundária e superior para a elite. (MONTALVÃO, 2010, p. 36).

Anísio Teixeira é bem claro em sua compreensão: o ensino se voltava para interesses particulares. O Médio Técnico voltado à área industrial, agrícola e comercial era uma necessidade do sistema capitalista e de um crescente mercado burguês que exigia mão de obra qualificada. Portanto, a educação realmente se torna um fator elitista, e de exclusão, incentivando as camadas mais pobres da sociedade ao ensino tecnicista pela necessidade de emprego. Sobre isso, descreve Abreu e Inácio Filho (2006, p. 128):

A Reforma do ensino de 1º e 2º graus, que deu origem à Lei nº. 5.692/71, tinha sua razão de ser, de acordo com o Estado militar, no momento de desenvolvimento econômico vivido pelo país. Era necessário formar profissionais capazes de atender à demanda do mercado dentro do ideal de democracia imposto pelo Estado, ou seja, dentro do exercício democrático controlado pelo governo, posto que emana dele, e proporcionado pela livre competitividade.

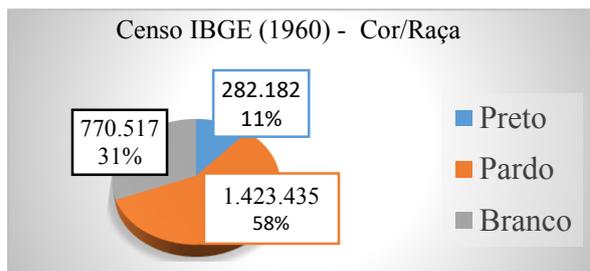
No Maranhão, de acordo com o IBGE, para cumprir essa demanda, surge o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), em 1965, com o objetivo de qualificação de mão de obra voltada às classes economicamente desfavorecidas. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Não paginado). De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (1960, p. 20), durante esse período, a relação grau e espécie de curso completo no Maranhão se davam da seguinte maneira: de um total populacional de 124.069 habitantes no Estado, 108.926 tinham o Grau Elementar, 13.677, o Médio e 1.462, o Grau Superior. Dos que possuem Grau Elementar e Médio, a maioria tem ocupação na área industrial. De acordo com o censo do IBGE, realizado em 1960, essa camada dificilmente chegava ao Nível Superior, e, quando isso acontecia, o curso em que se graduava era o de Tecnologia.

No quesito alfabetização, as pessoas com indicação de alfabetização de 10 anos ou mais totalizam 1.666.200, sendo que dessas, 592.872 sabiam ler e escrever, e 1.073.328 não sabiam nem ler e nem escrever. Na capital do Estado, São Luís, com relação à indicação de alfabetização desse mesmo grupo, dos 114.813 totalizados, 88.275 pessoas tinham habilidades

de leitura e escrita, e o contrário se percebia nas 26.538 pessoas restantes. Essa é a configuração das classes desfavorecidas na sociedade Maranhense.

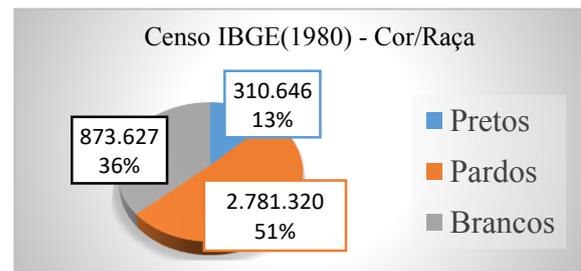
Mais que classe é essa? Essa resposta virá com a apresentação dos dados coletado nos censos do IBGE (1960; 1980) sobre a questão Cor/Raça, descritos a partir do gráfico de setores 1 e 2, a seguir:

Gráfico 1- Censo IBGE/ São Luís -MA
Segundo Cor/Raça – 1960



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (1960).

Gráfico 2- Censo IBGE/ São Luís -MA
Segundo Cor/Raça - 1980



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (1980).

Esses dados, além de permitirem correlacioná-los, induzem à interpretação de forma textualizada. O que os índices e taxas permitem descrever, pautados em seus dados absolutos, é que, quando se descreve como classe desfavorecida utilizada em uma educação tecnicista pautada nas LDBs de 1961 e 1971, as mesmas, de acordo com os dados aqui expostos, evidenciam, com clareza, os pretos e pardos, uma vez que o IBGE aponta que, em 1960 e 1980, a maioria da população não sabia ler nem escrever. A maioria dessa população estava sem rendimentos e aqueles que os tinham recebiam o mínimo do valor dos lucros (nos dias de hoje, seria até um salário mínimo).

Eram raros os indivíduos que cursavam o Nível Superior de educação. Muitos se concentravam nos cursos tecnicistas, voltados ao trabalho industrial. E, por fim, os dados descrevem que a maioria dessa população era preta ou parda. Sendo assim, ratifica-se e compreende-se que essas eram a mão de obra do Estado, a classe desfavorecida, vulnerável, impulsionada à consciência da burguesia industrial, que acreditava que seu mundo se pautava na mão de obra e não na capacidade do intelecto.

O Recenseamento de 1980², no que concerne à educação no Maranhão, evidencia que a população, em sua maioria, é constituída de pretos e pardos, estes em maior quantitativo na área rural. A variável desse censo, identificada quanto a cor, sexo e anos de estudo, descreve que a maioria das pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo é preto ou pardo,

² Texto completo para análise e download Disponível em: <https://Biblioteca.ibge.gov.br/index.php/Biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772>

sendo que as pessoas de cor branca são as que conseguem chegar a um nível maior de estudo, não diferindo relevantemente dos dados do censo de 1960. (IBGE, 1980, p. 12-13). Isso evidencia uma fragilidade na educação e em sua política, que não consegue incluir essa população num contexto de instrução mais igualitária.

Com relação à economia, o quadro econômico Maranhense começa a se desenhar a partir de produtos como o algodão, o arroz e coco babaçu, matérias primas importante para subsidiar a economia do Estado. Saíam do setor primário para serem transformados pelo processo industrial, onde ganhavam caráter de produtos passíveis de comercialização, o que consequentemente gerava nos três ramos da economia, emprego e desenvolvimento econômico. Nesse contexto os ramos de atividades como agricultura, Extrativismo e Industrias, compuseram, as áreas que mais empregavam no Estado na década de 60. Nesse período, também foram avaliados os rendimentos mensais de pessoas de 10 anos ou mais, e o que se percebe é que das 1.6650.918 pessoas entrevistadas pelo censo, numa escala onde o pagamento mensal variava de até 2.100 ao máximo de 50.000 a mais, a maioria da população recenseada (totalizando 218.651) recebiam o valor mínimo de até 2.100, perdendo apenas para os sem rendimentos que totalizavam 1.0651.32. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1960, p. 26-43). De acordo com Dourado e Boclin (2008, p. 34), “o algodão, conhecido pelos nativos antes da chegada dos portugueses, foi o mais importante produto econômico do Maranhão, desde o Período Colonial até meados do século XX”.

O mercado do algodão impulsionou o surgimento das indústrias, especificamente as têxteis, que fomentaram a economia maranhense até a década de 70 do século XX, quando, por falta de investimentos, sucumbiram.

[...] em 1921, a indústria têxtil maranhense tinha um capital investido da ordem de 8.028 contos de réis, empregando 3.537 operários, com 2.336 teares, 71.608 fusos e uma produção estimada em 11.776 contos de réis. Entre 1921 e 1945, essa produção alcançava 4 milhões e meio de metros de tecidos, ocupando 3.871 operários. Entretanto, os investimentos maranhenses nesse setor foram pouco representativos até 1970, devido ao alto índice de obsolescência do parque fabril, notadamente no tocante à fiação e tecelagem de algodão. Não resistindo ao confronto com as fábricas do Sul e Sudeste, a indústria têxtil maranhense sucumbiu. (DOURADO; BOCLIN, 2008, p. 41.)

Outro produto que foi e ainda é a base econômica do estado é o arroz, conforme é observado:

O estado do Maranhão, historicamente, tem sido auto-suficiente em arroz [...] No ano de 1945 a produção maranhense de arroz chegava a 42 mil toneladas, produzidas numa área colhida de cerca de 32 mil hectares. Em 1982, no início do processo de abertura dos cerrados, a produção atingiu o seu ápice, com mais de 1,5 milhão de toneladas numa área de quase 1,2 milhão de hectares. De lá para cá, a produção tem oscilado em volumes bem menores.

O Maranhão ainda é um grande produtor de arroz. A expansão das tecnologias de cultivo mais modernas, assim como da irrigação, além de impulsionar o crescimento da produção, será fator de melhoria da qualidade do produto e de expansão e fortalecimento da indústria [...] (DOURADO; BOCLIN, 2008, p. 46).

O babaçu também teve um grande papel no desenvolvimento econômico do Estado na década de 30, firmando-se como um dos principais itens de exportação. Com o Acordo Geral do Babaçu, o Maranhão se torna potencialmente um exportador do produto para aquele país. (RIBAMAR, 2008, p. 51).

Todo esse processo foi fundamentado por políticas que visavam ao desenvolvimento do Brasil e seus Estados. Uma delas foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Sobre a SUDAM³, é descrito que:

A SUDAM, criada em substituição à SPVEA, passa a ser uma autarquia vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento e, em seguida, passou a ser vinculada ao Ministério do Interior. É criada com a finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional.

A SUDAM foi instalada em 30 de novembro de 1966. [...] A SUDAM atuou principalmente na atração de investimentos para a Amazônia, por meio do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e dos incentivos fiscais. (BRASIL, Não paginado)

A SUDAM é uma autarquia federal responsável pela administração dos instrumentos financeiro e contábil, como o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, cuja finalidade é garantir recursos para a realização de investimentos privados na Amazônia Legal, estimulando o desenvolvimento da região. Nela, está inserido o Estado do Maranhão. No Jornal do Maranhão (1971, ed. 1834), referenciando-se sobre o investimento da SUDAM, descreve-se:

Em solenidade que contou com a presença do Superintendente da SUDAM foi inaugurada ontem dia 12, na cidade de Pinheiro a Companhia Pinheirense Industrial (COPISA). A alegria do povo se justifica pensando que é esta a primeira indústria de óleo de babaçu construída na baixada maranhense.

A obra recebe financiamento da SUDAM e do Banco da Amazônia S.A.

Em 1971, essa autarquia buscou modernizar seu sistema com o objetivo de acelerar a análise dos projetos, que seguem a linha do planejamento, implementação e avaliação, e que, de acordo com a mesma, geraram, no ano de 1970, com sua implantação, 41.680 empregos novos. (JORNAL DO MARANHÃO, 1971, ed. 3814).

Outra autarquia que veio como fomento para o desenvolvimento econômico é “A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Ela é uma autarquia

³ A SUDAM foi extinta em 2001 no Governo do Exmo. Sr. Presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso. Instituída em 2007 pela lei complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, sancionada pelo então Exmo. Sr. Presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva.

especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal [...]”. (BRASIL, Não paginado).

Essas duas autarquias contribuíram para um crescente aumento na economia do Maranhão, uma vez que abriram espaço para as indústrias extrativistas e de transformação no Estado, como a indústria de fabricação do óleo de babaçu, matéria prima e nativa da região, que, por um bom tempo, foi fundamental para o desenvolvimento, também, da comunidade rural, como as quebradeiras de coco babaçu. Estas, em 1991, fundaram o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, uma organização que também apresentou problemáticas, segundo descreve Costa (2013, Não paginado):

[...] a política pública de desenvolvimento implementada pela SUDENE, não foi capaz de reduzir as disparidades entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, provocou o surgimento de desigualdades dentro da própria região nordestina, ao concentrar recursos no Ceará, na Bahia e em Pernambuco, e ainda contribuiu para agravar os problemas da estrutura agrária e fundiária, no Maranhão. Além do mais, teve a política fundiária estadual, como parceira nesse processo de ampliação da questão agrária no estado, ao permitir oficialmente e legalmente a aquisição, por parte de grandes empresas, de vasta área de terras, muitas delas anteriormente ocupadas em sistema comunal ou de posse por descendentes de ex-escravos, de índios ou por migrantes, provenientes das correntes migratórias do Nordeste para o Maranhão, promovendo a expulsão, subjugação e assassinato dos ocupantes da terra e toda espécie de repercussão social negativa para o estado.

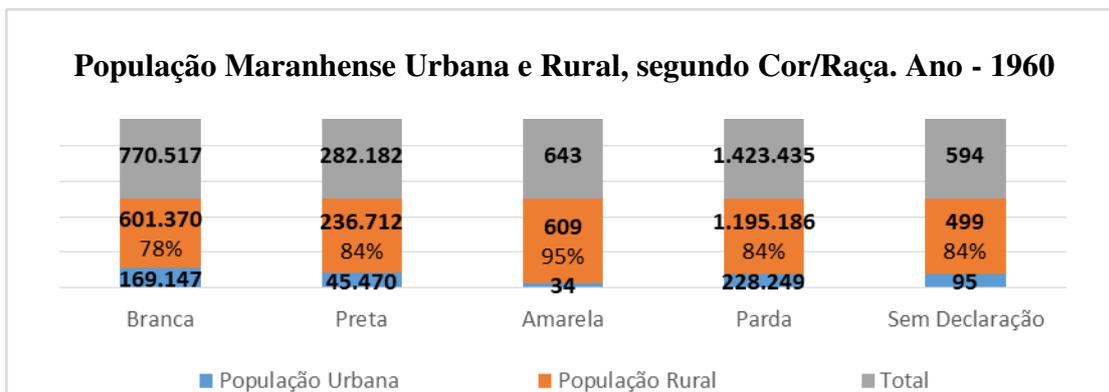
O impacto ambiental promovido pelo desenvolvimento econômico a partir do setor industrial seja extrativista (mineração), de transformação (construção civil), ou de serviço (comércio), agiu diretamente não só na questão da reserva natural, mas, sobretudo, no homem, em seu quesito social, e no territorial. Muitos remanescentes de quilombos perderam suas terras para as grandes indústrias, como é o caso do impacto socioambiental que a Vale causou nas regiões em que se instalou, trazendo em sua logística a ameaça de expulsão de aldeias e povoados, comunidades indígenas e quilombolas que se encontram na linha de passagem do progresso industrial. Um exemplo desse impacto é a comunidade de pescadores que se encontrava próxima ao Porto da Madeira. Com sua duplicação, os pescadores ficaram sem acesso à pesca. (BOSSI, 2010, p. 71).

Além dos constantes atritos territoriais que os quilombolas sofriam ao serem expulsos de suas terras, há, até hoje, também, a questão daqueles que nelas permaneceram e sofreram com os impactos e danos ambientais causados pela gestão de resíduos sólidos produzidos pela indústria. Quanto a essa questão, a Vale [...] “estaria cada vez mais vinculada à dimensão econômica (quem poluir menos, menos paga; quem impactar mais, paga mais).” Esse princípio responsabiliza o poluidor a arcar economicamente pelo dano e impacto socioambiental causados no processo de instalação e operação. Isso não ameniza, contudo, o dano social que fere a cidadania dos quilombolas e seu direito de terra regularizada e

reconhecida. Sobre essa situação, diz Bossi (2010, p. 73) que há uma resistência significativa dos quilombos. Essa comunidade tem se organizado em forma de movimento contrário à invasão territorial quilombola, cujo lema de luta é: “tirem as mãos de nossa terra!”. Isso ocorreu nos quilombos Santa Rosa dos Pretos e de Monge Belo, no município de Itapecuru-Mirim/MA, quando a Vale tentou ampliar a ferrovia de Carajás, a qual atravessava esses territórios.

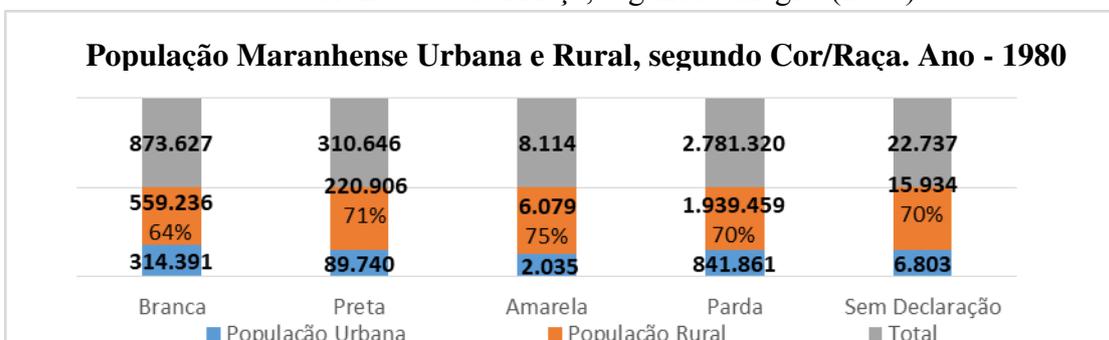
Em se tratando das religiões de matriz africana, estas sempre estiveram envoltas a um contexto marcado pelo preconceito e pela discriminação. No período escravista, os negros africanos que desembarcaram no Brasil, especificamente no Maranhão, foram obrigados a abandonar sua religiosidade, sua fé em seus orixás, visto que sua “humanidade” dependia em renegar sua crença e aceitar a religião cristã que lhe atribuía “alma”. Foi esse povo que, em grande parte, formou a sociedade maranhense, como descrevem os gráficos 3 e 4, nos quais a população geral maranhense, totalizada em 2.477.371, foi dividida e analisada a partir das variáveis Região, Cor/Raça.

Gráfico 3 – Cor/Raça, segundo a Região (1960)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (1960).

Gráfico 4 – Cor/Raça, segundo a Região(1980)

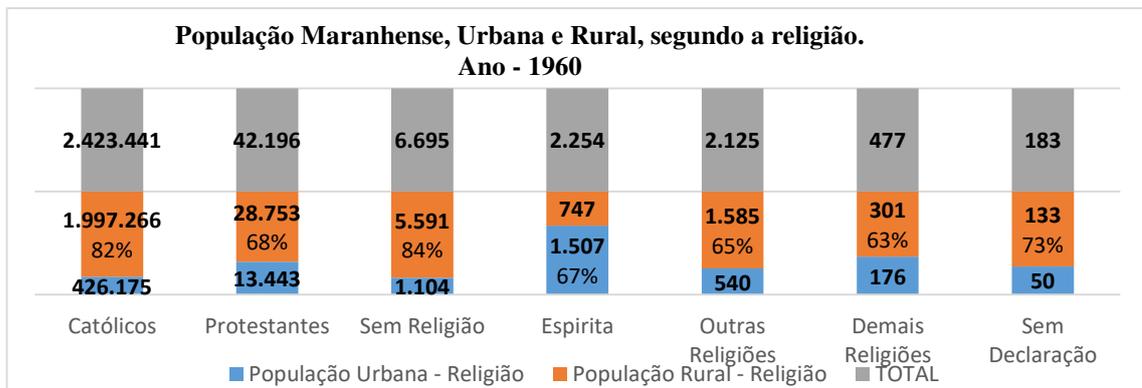


Fonte: IBGE, Censo Demográfico (1980).

O que se percebe, por meio da análise dos gráficos 3 e 4, é que a maioria da população maranhense era constituída por pessoas de cor parda (maioria de 0-4 anos de idade), seguida

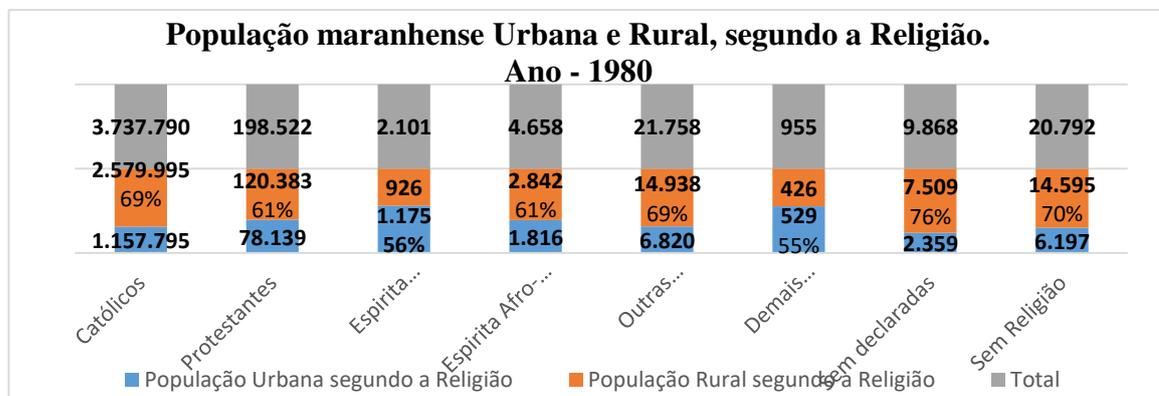
pela branca (maioria de 0-4 anos de idade) e preta (maioria de 5-14 anos de idade). Em ambos os casos, essa população se concentrava em maior quantidade na área rural. Também se percebe que houve uma alteração na relação população e região: há uma significativa migração do campo para a cidade. Uma hipótese é que essa alteração se deu devido ao processo industrial crescente que dava dinamismo ao mercado urbano. Mas, aqui, se busca tratar do cunho religioso, portanto se pode dizer que houve a passagem pela história e sua ação de transformação em resposta ao contexto ditado pelo tempo e pela dinâmica social. O que se percebe nessa evolução da história e do tempo é que algumas religiões que atravessaram esse contexto histórico não perderam seu valor conceitual, assim como muita gente não esqueceu o conceito escravista dada a certas religiões, como é o caso das religiões afro-brasileiras, caracterizadas, por um bom tempo, como crime e heresia. Tais conceitos se acentuaram com o Artigo 157 do Código Penal de 1890, já mencionado neste trabalho. Essa imagem negativa dos cultos afro é identificada no censo demográfico do IBGE, de 1960 e 1980, descrita nos gráficos 5 e 6, a seguir.

Gráfico 5 – População maranhense, segundo a região e religião (1960)



Fonte: Censo Demográfico IBGE (1960).

Gráfico 6 – População maranhense, segundo a região e religião (1980)



Fonte: Censo Demográfico IBGE (1980).

A partir da análise dos gráficos 3 e 4, foi perceptível que a maior parte da população dos anos acima citados tem como principal religião o Catolicismo, seguida do Protestantismo, ambas com elevado número de adeptos na área rural. Constatou-se, ainda, que o censo do IBGE de 1960 não traz em seu texto nenhuma especificação das religiões afro-brasileiras, não determina em qual categoria estas se enquadram: se em Outras Religiões, Espíritas ou nas Sem Declaração, uma vez que as Demais Religiões⁴ não estão detalhadas neste trabalho, embora o censo de 1960 as defina claramente. Esse fato nos permite pensar numa omissão baseada na ideia do preconceito.

Só iremos ter pesquisa populacional descrita em relação às religiões afro-brasileiras no censo de 1980, no qual as mesmas aparecem com um pequeno número de adeptos em se comparando com a religião Católica e Protestante, o que é curioso, uma vez que a população é em sua maioria negra (preta e parda). Logo, em sua maioria, esses negros são também Católicos e Protestantes, quando não se declaram sem religião. Nesse sentido, pode-se pensar na omissão do próprio indivíduo em se assumir enquanto praticante da religião afro-brasileira, já que se há uma negatividade sobre a religião. Como diz Ferretti (2016, p. 99):

A maior parte da população brasileira ainda ignora o verdadeiro significado das manifestações religiosas de matriz africana e talvez por isso as discriminam, combatendo-as com o preconceito e medo de quem combate o mal, de quem luta contra o Diabo.

Essa relação do culto afro com a imagem do Diabo é a fonte da discriminação, assim como a caracterização do discriminado, que, quando não oculta sua religiosidade, traz para a mesma a simbologia de outros cultos, em prol de uma aceitação social. Sobre tal, disserta Ferretti (1994, p. 21) que:

A presença do catolicismo nos terreiros tem sido constatada no Brasil, mesmo nas casas consideradas mais ortodoxas, e se, no passado, ela foi vista como algo "exterior", fruto de necessidade de "camuflagem" da religião africana em tempo de grande perseguição policial, hoje se apresenta em muitos terreiros como exigência da própria religião de origem africana.

A presença de elementos culturais ameríndios pode ser também facilmente identificável, mesmo nos terreiros mais tradicionais, embora freqüentemente se considere ali como "de origem ameríndia" tudo o que, existindo na religião afro-brasileira, foge aos modelos de cultura africana mais estudados ou difundidos no Brasil. No Maranhão realiza-se, em grande número de terreiros de Mina, um ritual denominado Cura ou Brinquedo de Cura (pajelança cabocla ou de negros) [...].

Para discorrer sobre a religião, serão usados, como exemplos, o Tambor de Mina e a Pajelança, descritos por Ferretti (1996, p 2-3) como práticas, rituais da cultura religiosa Afro-brasileira no Maranhão:

⁴ As Religiões descritas como "Demais Religiões", de acordo com o Censo Maranhense do IBGE de 1960 são: Budistas, Israelitas, Ortodoxas, Maometanos.

Não se pode falar em religião afro-brasileira do Maranhão sem falar em Tambor de Mina.

O Tambor de Mina surgiu na capital do Maranhão, se expandiu pelo Pará, Amazonas, outros Estados do Norte e para as capitais que receberam grande número de migrantes do Norte, como Rio de Janeiro e São Paulo. Embora hegemônico no Maranhão, o Tambor de Mina - Jeje, Nagô, Cambinda, foi sincretizado no passado com manifestação religiosa de origem indígena denominada Cura/Pajelança e com uma tradição religiosa afro-brasileira, surgida em Codó (MA), denominada Mata ou Terecô.

No Tambor de Mina são cultuados voduns e orixás (africanos), gentis (nobres associados a orixás ou entidades africanas com nomes brasileiros) e caboclos (entidades surgidas nos terreiros brasileiros).

Esse sincretismo religioso chamado Pajelança, dentro do Tambor de Mina, está relacionado com as entidades caboclas brasileiras, bem como com a força que emana da natureza. De acordo com Ferretti (2014, p. 61):

Os termos pajé e pajelança são amplamente utilizados para designar rituais e especialistas religiosos e terapêuticos ligados à cultura indígena, ou à cultura cabocla, geralmente rural, encontrados principalmente no Norte do Brasil. Mas no Maranhão, desde meados do século XIX, são também muito utilizados para designar rituais e especialistas religiosos negros (africanos e afro-descendentes) destinados à “cura de feitiço” ou para “dar passagem” a entidades espirituais como Rei Sebastião, princesas, caboclos e outras, algumas vezes encantadas em animais (pássaros, peixes, répteis e mamíferos). No contexto maranhense, embora se costume relacionar a Cura (pajelança de negro ou de terreiro) à cultura indígena, ela se aproxima mais do Tambor de Mina [...].

No Maranhão, a prática religiosa conhecida como Pajelança era “caso de polícia” (como intitulou Ferretti no livro em que organizou), pois, além do cunho religioso, havia uma disputa entre médicos e pajés na prática da medicina, como se vê na citação abaixo:

Tendo o dr. Sampaio Vianna, 3º promotor publico denunciado o curandeiro Alexandre da Cunha por exercer ilegalmente a medicina, não foi a denuncia recebida pelo dr. Viveiros de Castro, juiz da Camara criminal. O dr. Sampaio Vianna recorreu para o conselho do Tribunal Civil e Criminal. O dr. Viveiros de Castro assim fundamentou o seu despacho:

I- É inútil todo e qualquer procedimento judiciário contra os curandeiros. Elles existirão apesar de todas as violências e arbitrariedades.

Contra essa liberdade revoltão-se os interesses feridos, o medo da concorrência [...] (CASTRO, ano 30, n. 7.728, 6 jun. 1899)

Nesse contexto adverso, as práticas religiosas supracitadas eram geralmente praticadas pela população de menor poder aquisitivo, no século XX, em específico na década de 40, quando São Luís estava sob o comando de Paulo Ramos, e se vivia o intenso combate e repreensão a essas manifestações religiosas. Seus praticantes foram impulsionados a migrarem para as áreas rurais, onde encontrariam mais apoio, até mesmo para se esconderem do cerco policial. (FERRETTI, 2016, p. 100). Entende-se, diante disso, que, embora no mato houvesse a repressão, no centro da cidade, esta era mais intensa, uma vez que a sociedade via as práticas como impuras e ofensivas à moral pública, além de serem praticadas por negros, o que caracteriza a discriminação racial. (FERRETTI, 1995, p. 21).

Os censos demográficos do IBGE de 1960 e 1980 apresentam informações que levam ao entendimento de que é no interior onde se concentrava a maior parte da população, sobretudo, a negra (pretos e pardos). Esse expressivo quantitativo populacional ficou à margem da distribuição econômica do Estado, haja vista que não havia políticas públicas, principalmente relacionadas à saúde, o que configurava a relativa centralidade dos curandeiros nessas comunidades, exercendo as tradições terapêuticas (ARAÚJO, 2017). Tal fato é ratificado nos jornais maranhense que, ao relatarem a questão saúde, dizem que:

É fato sabido que o Maranhão é um Estado com uma altíssima percentagem de verminose. As regiões dos grandes campos, especialmente a Baixada, aninham um mundo vastíssimo e vermes. É tão vasto quanto a descendência que Javé prometeu a Abraão.

O homem do interior do maranhense é ocioso. É ocioso porque é doente. [...] Eles não tem absolutamente culpa de pegarem a doença verminose. Digo, não tem absolutamente culpa. E digo isto porque lhes falta quem os baços olhos lhes abra. Nossos serviços médicos quando muito se encontram sediados na Capital ou nos curtos limites urbanos das cidades mais “desenvolvidas” – aonde os profissionais ganham mais [...] O homem do campo [...] compra de vez em quando uns remédios empiricamente, à toa, segundo o conselho duma velha ou dum pajé [...] (JORNAL DO MARANHÃO, ano 35, ed. 3840, 12 abr. 1970).

Aqui se percebe a importância da pajelança no interior do Maranhão. Talvez, por isso, os pajés migravam da capital para a área rural e encontraram apoio e força de resistência à repressão do Estado contra as religiões de matriz africana. Estas, mesmo sincréticas, como diz Ferretti, ainda conservam a singularidade do culto.

Sobre as manifestações folclóricas, discorre-se a partir de dois exemplos representativos: Tambor de Crioula e o Bumba meu Boi. A princípio, será apresentado o significado do conceito Folclore, de acordo com o que diz Catenacci (2001, p. 28):

O termo folclore – folk (povo), lore (saber) – foi criado pelo arqueólogo inglês Willian John Thoms em 22 de agosto de 1846 e adotado com poucas adaptações por grande parte das línguas européias, chegando ao Brasil com a grafia pouco alterada: folclore. O termo identificava o saber tradicional preservado pela transmissão oral entre os camponeses [...]

Ferretti (1995, p. 21), por sua vez, aponta o conceito da terminologia: [...] concordamos igualmente com E. Carneiro, encarando o folclore como reflexo das experiências das classes menos favorecidas da sociedade, como maneira de expressar o que o povo sente e como um meio de conhecer a realidade vivida pelo povo. Entende-se, a partir daí, que o reflexo da experiência é a visão de mundo do indivíduo que se manifesta a partir de objetos externos como as manifestações culturais Tambor de Crioula e Bumba meu boi.

Sobre o Tambor de Crioula, Ferreti (1995) vai dizer que ele não é só uma dança de cunho religioso como o Tambor de Mina, é, sobretudo, uma forma de diversão; é uma dança popular maranhense de origem africana, de cunho religioso, por ser uma forma de pagamento de promessa a São Benedito, protetor dos negros. Seu ponto forte é a punga ou umbigada,

consideradas como profanas assim como toda dança negra. Entretanto, o Tambor de Crioula não foi sempre só uma dança para divertimento: No início, era um exercício de luta caracterizado pela pernada (uma rasteira). Por ser uma luta violenta, as mulheres não participavam. Somente tempos depois, elas são introduzidas no tambor, onde realizavam a punção de barriga. Contudo, posteriormente, no interior do Maranhão, as punções começam a ser realizadas pelos homens, os quais a simbolizavam como uma forma de briga, diferentemente da feita pelas mulheres, que a consideravam um convite à dança.

O Tambor de Crioula, assim como outras manifestações folclóricas, não ficou alheio às interferências da Igreja, nem ao preconceito da elite maranhense que via, como disse Ferretti, nas manifestações culturais dessa classe menos favorecida um ritual de vergonha, digno de desprezo.

Haverá abuso mais vergonhoso, avilante e por demais deprimente do foro de uma capital civilizada do que o berreiro infernal que se ouve, todas as noites, altas horas, por toda sua redondeza e proveniente dos celebres ensaios da retrógada brincadeira do <bumba-meu-boi>.

É o que pode haver de mais inóquio, selvagem e, no entanto, para mais degradação desta boa terra, vão perseverando êsses e outros abusos, devido ao pouco ou nenhum caso que se liga bem estar e socego da população.

Como se já não bastassem as insónias que nos trazem as contrariedades e apreensões, devido á crise medonha que se atravessa, ainda aparece mais êsse *castigo*.

Ora, um tal berreiro, acompanhado de matracas, pandeiros e até tambor, incomoda horripelantemente os moradores do centro da cidade [...].

Não se compreende, outrossim, como se consente que magotes de mulheres desocupadas ou vagabundas, andem de casa em casa, pelas ruas mais públicas com caixas e cantorias num batuque medonho, sobre o pretexto de festejarem o espírito Santo, aliás proibido pelas autoridades eclesiásticas...

O certo é que é um espetáculo vergonhoso e, para refreá-lo é indispensável providencia eficaz e real, que garanta o sossego público. [...] pois isso é vergonhoso e denota atraso moral e daí os comentários mais extravagantes a nosso respeito e da nossa propalada civilização, que nos mereceu o cognome da Atenas Brasileira. (OS BATUQUES, ano 39, n. 115, 17 maio 1919)

Como já fora mencionado, essa é uma visão puramente elitista e preconceituosa, a ponto de definir as brincantes como vagabundas, visto como ato criminal que perturba a ordem pública e o bom convívio social, além de imputar vergonha e desvalorização ao status de São Luís como cidade dos célebres sábios da Literatura Maranhense e Brasileira.

Nesse mesmo contexto, estava inserido o Bumba meu Boi, uma das manifestações folclóricas mais autênticas da cultura popular brasileira, bem como o folguedo, que também foi marcado pela discriminação elitista, pois seus praticantes eram pessoas da camada social mais baixa, vistos como ignorantes, incivilizados e desordeiros. (COSTA, 2015, p. 32).

Os jornais frequentemente publicavam notícias de reclamações com relação à manifestação do bumba meu boi, conforme se vê:

Sairão hoje, à noite, percorrendo as ruas da nossa civilizada capital diversos bois, com licença das nossas autoridades policiais.
 Ao abuso continuo das bombas transvalianas, que já devia ter sido reprimido, se vem juntar o batuque e o berreiro dos dansantes, perturbando o socego público.
 Convinha pôr um paradeiro a esses prejudiciais divertimentos, especialmente dentro do perímetro da cidade. (OS BOIS, ano 37, n. 147, 23 jun. 1917)

Vistas como abuso e desordem à ordem pública, essas constantes reclamações ao folguedo resultaram na proibição da batucada nas zonas central, urbana e suburbana, com exceção no período de Carnaval, bem como na época própria de sua apresentação, que acontecia nas ruas das cidades, como descreveu o Código de Postura de São Luís, de 1936. Havendo infração da ordem, a penalidade seria efetivada por meio de multa de vinte a cem mil réis (SELBACH, 2010, p. 212). Esse mesmo código, vinte anos depois, em 1956, ainda persiste na proibição, sendo que, agora, em período algum, pode se apresentar nas ruas da cidade, ficando delimitada a uma determinada localidade suburbana. Como descreve o jornal O Combate-MA (ano 31, n. 6416, 2 jun. 1956), sobre a Portaria 21/56, onde no Inciso III resolve “proibir que ‘bumba’ boi percorra as ruas da cidade e, em demonstrações de suas danças características, o que só será permitido no perímetro suburbano, a partir da esquina da Avenida Getúlio Vargas e Rua Senador João Pedro;”. Em 1959, o jornal Pacotilha, noticia⁵ sobre a liberação dos bois (licenciados) para se apresentarem no centro da cidade.

Durante muito tempo, antiga portaria que esteve em vigor até o ano passado, esclarecia, através o seu item III, a proibição de danças de bumba-meu-boi por ocasião das festas juninas, no centro da cidade. Os cordões multicoloridos, quadros vivos que ainda restam do nosso folclore, preste a desaparece com as suas trações, tinham permissão de desfilar somente na zona suburbana de São Luís. (LICENCIADOS..., n. 133, 1959).

Em 1968, a Lei nº 1.790, de 12 de maio do mesmo ano, que trata do Código de Posturas do Município de São Luís, no Artigo 61, inciso V e VII, proíbe “Os batuques, congados e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades”. (SÃO LUÍS, 1968, Não paginado).

A partir das análises aqui descritas, podem-se perceber que, no campo da educação, o negro era impulsionado à educação tecnicista, não lhe cabendo a inserção a uma educação voltada ao Ensino Superior, determinando-o como objeto da força de trabalho e não enquanto indivíduo de força pensante. No campo econômico, tem visão semelhante à educacional, em que um complementa o outro, sendo o negro sempre o desfavorecido, o que ganha menos em trabalhos braçais. No campo religioso e cultural, o negro e suas atividades folclóricas eram

⁵ Reportagem “Licenciados, até agora, 13 brincadeiras de bumba-meu-boi”, publicada no Jornal Pacotilha, citada neste trabalho, segue a lei de direitos autorais, e está devidamente autorizado pelo responsável autoral a ser citada neste trabalho, como descreve o termo de autorização expedido pelo Diário Associados Press S/A em anexo, neste.

tidos como diabos, vagabundos, desordeiros e feiticeiros. Em todos os âmbitos sociais, o negro não era bem vindo, muito menos sua história de vida, memória e cidadania.

Tais fatos foram descritos para que se compreenda a gênese do assunto a ser discutido nas linhas a seguir. “Movimento negro no Maranhão” não surgiu por modismo, já que, em outras regiões do Brasil, ocorriam movimentos com grande expressividade. No Maranhão, apesar de a maioria da população ser negra, ela não se descrevia assim. Era como se, aqui, não existisse negro (CENTRO DE CULTURA NEGRA, 1984, p. 7). E foi a partir desse olhar que a Dra. Mundinha Araújo e o Professor de Educação Física Isidoro Cruz Neto, juntos, pensaram em realizar, no dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, uma manifestação pública. Essa manifestação, entretanto, não ocorreu, pois, segundo disse Mundinha, “aqui não havia negro” que se reconhecesse como tal. Diante dessa “inconsciência”, nasce a ideia da criação de um grupo no qual se estudaria e discutiria o negro no Maranhão. Em 19 de setembro de 1979, o grupo ganha mais adeptos, ocorrendo, então, a primeira reunião de depoimentos sobre a constatação da discriminação e preconceito racial e sobre a problemática de que o negro do Maranhão nunca foi visto como objeto de estudo. A priori, o grupo era informal e sem nenhuma ligação institucional. (ARAÚJO, 1979-1984).

Essa discussão iniciou-se a partir de um espaço onde se discutisse e se promovesse ações de combate à discriminação racial. Não havia um lugar específico, e as reuniões eram feitas em espaços cedidos, como o Laboratório de Expressões Artísticas, no qual em 3 de março de 1980, os militantes do movimento se reuniram em caráter de sessão, a fim de constituir oficialmente o Centro de Cultura Negra. Entre eles, estavam Maria Raimunda Araújo, militante escolhida para dirigir os trabalhos, e a Srta. Silvia Costa Leite, exercendo cargo de secretária. Essa reunião aconteceu para discutir a necessidade de uma organização jurídica, então, nesse momento, nasce a proposta de dois nomes para a instituição: a primeira, Centro de Estudos da Cultura Negra; e a segunda, que perdura até hoje, Centro de Cultura Negra do Maranhão, nome sugerido pelo Sr. Luís Alves Ferreira, médico e professor da Universidade Federal do Maranhão, primeiro presidente do CCN-MA. Nessa sessão de constituição do CCN-MA, foi elaborado o projeto do Estatuto, no qual é descrito, sobre o CCN-MA, que [...] Fica criado com sede e foro na cidade de São Luís em 19 de setembro de 1979, o Centro de Cultura Negra do Maranhão, por prazo ilimitado, uma sociedade civil sem fins lucrativos com objetivos sociais, culturais, recreativos, esportivos assim definidos. (SÃO LUÍS, 1980, Não paginado).

Com relação ao nome Centro de Estudos da Cultura Negra e Centro de Cultura Negra do Maranhão, Raimunda Araújo, em entrevista concedida à autora deste trabalho, relata que:

O nome Centro de cultura Negra que era mais abrangente, não chamaria tanta atenção dos militares, porque a anistia tinha vindo em 1979 e todas essas organizações que iam se formando ainda estavam sendo muito visadas. E centro de cultura negra parecia mais voltado assim mais para manifestação cultural e se focasse em estudo parecia que era uma organização com fins políticos contra o regime. (informação verbal)⁶

Em 1984, a partir do Decreto estadual nº 9.657, de 10 de Agosto, o prédio onde hoje funciona o CCN-MA foi tombado. O fato foi publicado no Diário Oficial do Maranhão que descreve:

O Governador do Estado do Maranhão no uso dos poderes que lhes são atribuídos pela lei estadual nº3. 999 de 05 de dezembro de 1978.

Considerando a necessidade de integrar no patrimônio histórico, artístico e paisagístico do Estado os bens móveis e imóveis cuja preservação se impõe como medida de interesse público,

Considerando que o imóvel da casa de Pólvora, no João Paulo, de propriedade da Prefeitura Municipal de São Luís, atenda, para efeito de tombamento, aos requisitos, previstos na lei Estadual nº 3999/78, por ser um prédio de inestimável valor histórico, como amostra representativa da arquitetura colonial da cidade de São Luís.

DECRETA

Art. 1º - Fica tombado, para os efeitos da lei Estadual nº 3999, de 05 de dezembro de 1978, o imóvel da Casa de Pólvora, João Paulo. Desta cidade de São Luís. (MARANHÃO, 1984).

O bem imóvel material aqui tratado não é só uma representatividade histórica arquitetônica, como também é uma representatividade da cultura de uma sociedade em um determinado tempo. Uma dessas culturas é a do processo escravista, onde esse bem público, nesse processo, serviu como mercado e/ou depósito de escravos. Por tal simbologia, o mesmo agregou imenso valor de posse para o Movimento Negro do Maranhão, que viu neste o ambiente propício para discutir o preconceito racial. Porém, os militantes só poderiam fazer usufruto do espaço e não detinham poder sobre o mesmo, tanto que eles tinham que dividi-lo com uma escola, o que os levavam a se reunirem no turno da noite. O usufruto desse espaço se deu pelo Termo de Cessão em Comodato, com duração de usufruto de 10 anos, em que se determinava:

Pelo presente instrumento particular a Prefeitura de São Luís, no ato representada pelo senhor Prefeito de São Luís, doutor Mauro de Alencar Fecury, [...] doravante identificado apenas como Comodante, como comodatária, o Centro de Cultura Negra do Maranhão[...] representada pelo presidente em exercício, Magno José Cruz[...] tem justo a e contratado a Cessão em Comodato, com base no Artigo 1.248/55, do Código Civil Brasileiro, prédio construído (antigo mercado de escravo), no Barés, bairro do João Paulo, nesta capital, sob as seguintes condições e cláusulas:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

A Comodante autoriza a Comodatária a usar, pelo regime de Comodato, o prédio [...]para funcionamento da sede administrativa da entidade, e a implantação de um projeto cultural a ser desenvolvido com a comunidade, no referido prédio funcionará uma unidade escolar a ser mantida pela Prefeitura.

⁶ Informação fornecida pela Dra. Raimunda Araújo (Mundinha Araújo), uma das percussoras no Movimento Negro no Maranhão e uma das fundadoras do CCN-MA. Entrevista realizada no dia 7 dez. 2018.

CLÁUSULA II – DO PREÇO E DO PRAZO

Este presente termo é celebrado a título gratuito e sem ônus para a Comodatária, que no entanto, deverá arcar com o pagamento dos tributos municipais incidentes sobre o imóvel. No que concerne ao prazo, este deverá ter a duração de 10 (dez) anos. (SÃO LUÍS, 20 dez. 1985, Não paginado)

Como dito anteriormente, o Termo de Cessão em Comodato permitiu ao Movimento Negro somente o usufruto do local por um tempo determinado. Mesmo sem um prédio próprio, o CCN-MA se estrutura de forma organizacional, objetivando traçar a importância e identificar a realidade do mesmo no período. Dentro dessa estrutura, foi delineada a etapa de departamentalização da instituição, ficando definida como Departamento Cultural, e Esportes; de Estudos e Pesquisas; de Informação e Divulgação, neste último, inserindo-se a Biblioteca. (ARAÚJO, 1984, Não paginado).

Obter o prédio por meio de Termo de Comodato trouxe aos militantes uma inquietude, pois os mesmos tinham consciência da carga simbólica desse documento à população e ao Movimento Negro. Sendo assim, essa expressividade cultural e de memória não poderia passar despercebida no construto ideológico e político do movimento. Era esse o encontro da causa com a realidade, mesmo que passada. E, desse modo, em 26 de julho de 1994, foi submetido à Câmara Municipal de São Luís, representada pela figura do Excelentíssimo Sr. Vereador João Evangelista Serra dos Santos, um Projeto de Lei que objetivava a doação do prédio para o CCN-MA. (SÃO LUÍS, 26 jul. 1994). Em 29 de dezembro de 1994, a então Prefeita de São Luís, Excelentíssima Sra. Conceição Andrade, a partir da Lei 3. 373 do mesmo dia, mês e ano, autoriza o Poder Executivo a fazer doação ao Centro de Cultura Negra do Maranhão. Do domínio pleno do terreno que menciona e dá outras providencias. (SÃO LUÍS, 29 dez. 1994).

O CCN-MA, agora com sede própria, estabelece sua missão, determinada pela mesma como:

“Conscientização política, cultural e religiosa para resgatar a identidade étnico-cultural e autoestima do povo negro viabilizando ações que contribuam para a promoção de sua organização em busca de cidadania, combatendo todas as formas de intolerância causadas pelo racismo, e promovendo os direitos da população negra do Maranhão”. (CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO, Não paginado)

A missão é bem clara quando diz que o indivíduo precisa estar consciente do seu papel no contexto social. Precisa se reconhecer de forma política, cultural e religiosa e, somente desse modo, ter posse de sua cidadania. De acordo com Araújo (1984, Não paginado), o Maranhão foi o Estado onde mais desembarcou oficialmente ou não escravos africanos de origem e cultura diversas. Assim sendo, era preciso traçar a história do negro, bem como sua realidade atual. Era preciso um olhar mais atento para as comunidades negras que se

originaram dos quilombos, refletir sobre o serviço de saúde pública que não existia, tem-se como exemplo o tratamento que se dava pelo uso de ervas. Ou seja, para o autor, era o momento de olhar a causa do negro, indivíduo vulnerável sócio e politicamente.

O CCN-MA, caracterizado como um movimento negro institucionalizado, tem agido dinamicamente no combate ao racismo e à desigualdade social da população negra, apoiando a mesma por meio de projetos e ações que objetivam o direito legal à cidadania, na qual se insere o direito à territorialidade, ao lazer, à educação, à saúde física e psicológica, isto é, garantindo direitos que o Estado Democrático falha ao distribuir entre as camadas sociais de forma igualitária.

O movimento social negro, tanto em âmbito brasileiro quanto maranhense, como supracitado, a partir de 1978, pautado em um discurso político, rompeu com as estruturas conservadoras dos movimentos negros, o que acarretou em um fortalecimento da causa a partir da representatividade dos interesses dos mesmos por um ou uns partidos, impulsionando o Estado Federativo a responder, a partir de políticas públicas, a questão da desigualdade social.

Essa relação do movimento com a política partidária pode ser vista por meio da empatia do movimento pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que “[...] surgiu como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas. Foi oficializado partido político em 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 15 nov. 2015, Não paginado).

Na visão de gente e promotor de mudanças, nasce, na era PT, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) [...] fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo [...] uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

A CUT defende a liberdade e autonomia sindical com o compromisso e o entendimento de que os trabalhadores têm o direito de decidir livremente sobre suas formas de organização, filiação e sustentação financeira, com total independência frente ao Estado, governos, patronato, partidos e agrupamentos políticos, credos e instituições religiosas e a quaisquer organismos de caráter programático ou institucional.

Para a Central, as lutas da classe trabalhadora são sustentadas pela unidade a partir da vontade e da consciência política dos trabalhadores. (BRASIL. 19 ?)

No Maranhão, a relação do CCN-MA com a CUT se dá a partir do Sindicato dos Trabalhadores, da seguinte forma: “Como havia muita parceria com o sindicato, a gente fazia muita panfletagem, muito ato público, na Deodoro. Se acontecesse algum ato de racismo, a

gente ia fazer manifestação”. (informação verbal)⁷. Casou-se, então, o Movimento Negro com o Movimento Sindical, uma aliança lógica, uma vez que, como se viu neste trabalho, a partir de gráficos com dados dos censos do IBGE, o Estado tinha como maioria uma população negra, cuja estrutura da educação era para servir indústrias e comércios. Relacionando-se nesses dois movimentos uma causa em comum, “o racismo”. A empatia dos Movimentos Sociais pelo PT vão se justificar em 2003, quando, então, é eleito para a Presidência da República Federativa do Brasil o Sr. Luís Inácio Lula da Silva. Seu discurso político pautava-se na defesa da “[...] combinação entre crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e inclusão social, com distribuição de renda, ampliação do emprego, redução da pobreza e promoção da soberania nacional.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 15 nov. 2018, Não paginado).

Durante o governo do PT, foram criadas políticas públicas voltadas ao negro, não como forma de “ajuda”, mas como justiça social e histórica para a raça. Antes de falar desse período e as políticas advindas dele, é necessário retornar ao ano de 1996, quando se estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a partir da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996, no Art. 1º, descreve que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Ou seja, a LDB diz que a educação não é só dever do Estado, mas também da família, com a qual o indivíduo mantém sua primeira relação social e constrói sua primeira visão de mundo. Sobre os princípios e bases da educação, a mesma discorre:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
 IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 VII - valorização do profissional da educação escolar;
 VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 IX - garantia de padrão de qualidade;
 X - valorização da experiência extra-escolar;
 XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
 XII - consideração com a diversidade étnico-racial
 XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1996).

⁷ Informação fornecida pelo Assistente Social Sr. Carlos Sérgio Militante do CCN-MA em novembro de 2018 no CCN-MA.

De acordo com os princípios da LDB de 1996, o que se percebe é que esta traz em seu texto um caráter democrático, flexível e inclusivo, dando oportunidades de acesso à educação a todo e qualquer indivíduo que a desejar, independentemente de sua raça, religião ou condição social. A mesma também deixa claro no inciso II que o indivíduo é livre em seu aprendizado, podendo exprimir sua crítica a partir do seu pensamento. A democracia dessa LDB também se percebe quando ela trata no Art. 12 da questão tolerância à diversidade étnico racial e da promoção de medidas de conscientização, de prevenção e combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (**bullying**), no âmbito das escolas. No Art. 33, ela diz que o ensino religioso é facultativo, devendo a escola assegurar o respeito às diversidades cultural e religiosa do Brasil. No Art. 35, a mesma afirma que a formação do educando do Ensino Médio deve ser ética, cujo desenvolvimento proporcione ao aluno autonomia intelectual e análise crítica. Assim, o indivíduo deixa de ser um reprodutor de ideias e passa a formular e expressar as suas. Com relação à Educação Superior, a LDB vai dizer que esta deve ter por finalidade promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996, grifo do autor).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 rompe com a estrutura arcaica e preconceituosa das LDB's anteriores. Ela traz para o contexto a democracia na educação, por meio da igualdade de direitos e acesso à mesma, fator que implicará o contexto social, político e econômico do país, uma vez que, a partir dessa nova diretriz, o indivíduo passa de sujeito passivo para sujeito ativo.

Voltando agora para as políticas públicas implantadas no Governo do PT, pode-se dizer que a estrutura da LDB, no campo da educação, foi a base para outras estruturas como a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, para incluir em seu texto a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira, no currículo oficial da rede de ensino.

A Lei 13.005, de 25 de julho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação, descrevendo, em seu texto em anexo, as metas e estratégias que garantam que nos currículos escolares contenham conteúdo sobre a cultura e história afro-brasileira.

Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre as cotas nas Universidades e nos Ensinos Técnicos a nível médio, regulamentadas pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012. O reflexo dessas políticas voltadas à educação pode ser visto a partir do crescente número de inserção de negros nas Universidades, a partir do PROUNI e, depois, da política de cotas. No Maranhão, essas políticas foram fundamentais para inserir o negro na questão

cidadania, por meio da democracia do ensino e pesquisa. Um exemplo foi a criação do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, criado em 2015. Sobre tal, discorre UFMA que:

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) foi o proponente da criação da proposta e a realização do projeto foi coordenada pelo professor Carlos Benedito Rodrigues da Silva, pela professora Kátia Regis e pelo professor Marcelo Pagliosa (foto, da esquerda para a direita), com apoio do reitor Natalino Salgado. A implantação do curso coincide com a comemoração dos 30 anos do Neab e, segundo o docente Carlos Rodrigues, a proposta da licenciatura resulta de uma discussão da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana no sistema educacional brasileiro. “Nós nos deparamos, ao longo deste processo, tanto com uma certa resistência na aplicação da lei, quanto com uma argumentação de que não existem pessoas qualificadas para trabalhar com estes conteúdos. Por isso, foram feitos através dos núcleos de estudos afro-brasileiros de várias universidades do país alguns cursos de formação a nível de especialização, curso a distância, mas que ainda não preenchem esta lacuna”, afirmou. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2015, Não paginado)

Nessa linha de pesquisa, foi criado, em 2013, o Grupo de Estudo e Pesquisa Investigações Pedagógicas Afro-Brasileiras, que, em 19 de setembro do mesmo ano, realiza seu primeiro encontro, como descreve UFMA (2013, Não paginado), a seguir:

Na última quinta-feira (19), ocorreu, no Centro de Ciências Sociais (CCSo) da UFMA, o primeiro encontro do Grupo de Estudo e Pesquisa Investigações Pedagógicas de Estudo Afro-brasileiros. O grupo é vinculado ao Departamento de Educação I, coordenado pelo professor Antonio de Assis Cruz Nunes, contando com a participação de outros professores colaboradores na área. O Projeto tem a finalidade de desenvolver estudos e investigações sobre a história e as práticas educativas e pedagógicas voltadas para o ensino das relações étnico-raciais, em especial à população afro-brasileira.

Outro instrumento legal voltado ao ensino com objetivo de promover ações para população negra foi a Resolução nº 14, de 28 de abril de 2008, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que:

Estabelece critérios para a assistência financeira com o objetivo de fomentar ações voltadas à formação inicial e continuada de professores de educação básica e a elaboração de material didático específico no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO). (BRASIL, 2008)

Esses instrumentos legais pautados na Lei nº 10. 639, de 9 de janeiro de 2003, depois alterada pela Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, incluída no PDE e lançada na época pelo então Presidente Lula e o Ministro da Educação, o Professor Dr. Fernando Haddad, foram primordiais para combater o racismo e as visões equivocadas de superioridade entre diferenças, transformando as mesmas em desigualdade. Fizeram justiça às lutas e aos movimentos negros. (Brasil, 2004).

No que se refere à educação, a força do movimento negro no Brasil e no Maranhão, impulsionando políticas de inclusão e ações afirmativas, influenciou no crescente número da população negra nas redes de ensino, como descreve o censo demográfico do IBGE

(2000;2010). O que se percebe ao analisar os dados estatísticos do mesmo é que, com relação à questão alfabetização no Maranhão, relacionada a pessoas com mais de 5 anos de idade, entre os anos de 2000 e 2010, houve uma redução no número de pessoas pretas e pardas não alfabetizadas. No ano de 2000, das 494.203 pessoas pretas pesquisadas, 39% não eram alfabetizadas. Em 2010, a população negra aumenta para 599.574, e a porcentagem de não alfabetizados em relação à população total cai para 27%. Sobre a raça parda, percebe-se que, no ano de 2000, da população total de 3.096.104, 31% não eram alfabetizadas. Em 2010, essa taxa cai para 24% em relação à população total de pardos desse ano, que era de 3.939.511. Tal fato infere na inclusão maior desses indivíduos nas escolas, que, a partir do ensino pautado na LDB de 1996, buscam incluir democraticamente a raça negra no contexto escolar.

Com relação à Educação Superior, de acordo com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, é descrito que:

Uma transformação que ganhou novo fôlego com a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei de Cotas, que reserva 50% das vagas em todos os cursos nas instituições federais de ensino superior levando em conta critérios sociorraciais.

Entre 2013 e 2015, a política afirmativa de reserva de cotas garantiu o acesso a aproximadamente 150 mil estudantes negros em instituições de ensino superior em todo o país. Segundo dados do Ministério da Educação, em 1997 o percentual de jovens negros, entre 18 e 24 anos, que cursavam ou haviam concluído o ensino superior era de 1,8% e o de pardos, 2,2%. Em 2013 esses percentuais já haviam subido para 8,8% e 11%, respectivamente.

De acordo com o Ministério da Educação, a meta era atingir esse percentual de 50% gradualmente, chegando à metade de vagas reservadas até o final de 2016. Entretanto, números divulgados pelo MEC mostram que os objetivos estão sendo atingidos antes do previsto. Em 2013, o percentual de vagas para cotistas foi de 33%, índice que aumentou para 40% em 2014.

A quantidade de jovens negros que ingressam no ensino superior também cresceu em proporção semelhante: em 2013 foram 50.937 preenchidas por negros, e em 2014, 60.731. (BRASIL, publicado em 21. mar. 2016)

As cotas raciais não caracterizam inferioridade do indivíduo, muito menos sua capacidade intelectual. Cotas são direitos à igualdade de um povo que foi deixado para trás, sem poder caminhar com a evolução do mundo por estar presos às senzalas ou ao preconceito que restou delas. As cotas são as portas abertas das universidades e de outros âmbitos públicos e privados. No entanto, é somente uma pequena porta aberta que levará o cidadão a um mundo maior, e é ele quem vai dizer, com o passar do tempo, se essa mesma porta ainda comporta ou não seu tamanho, porque as evoluções social, econômica, cultural e política do indivíduo dependem das oportunidades iguais que lhes são dadas nesse meio.

Sobre a religião, os movimentos sociais negros e a luta contra o racismo formaram uma força de resistência ao preconceito religioso, o que levou os instrumentos legais a incluírem, em seus textos, leis que respaldam o indivíduo em seu direito ao culto religioso.

Como diz a própria Constituição Brasileira de 1988, no inciso VIII, “Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política [...] (BRASIL, 1988). Nesse sentido, o Código Penal brasileiro discorre sobre a intolerância religiosa:

Art. 208. Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso: Pena – detenção, de um mês a um ano, ou multa. Parágrafo único. Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência. (Brasil, 2017, p. 84).

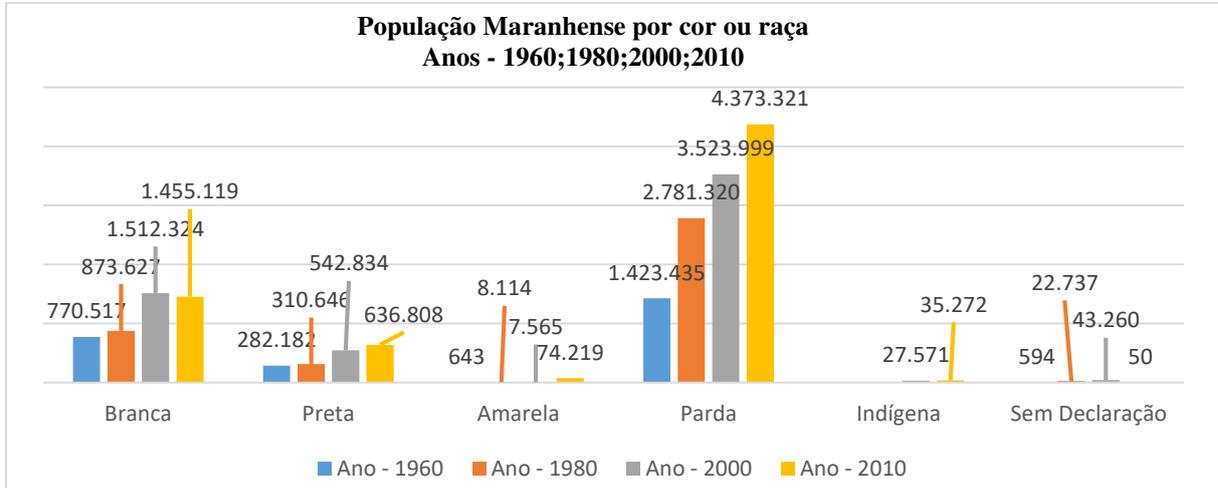
De acordo com o Sr. Carlos Sergio, o CCN-MA é a única entidade do Movimento Negro no Brasil que tem um prédio de acordo com sua história, tendo as raízes do axé plantado. Os negros, quando estiveram aqui, trouxeram seus orixás, que estão plantados e/ou assentados aqui. (informação verbal). O assentar dos orixás significa o respeito à hierarquia das entidades. Ou seja, quando um orixá é tido como o “orixá da casa”, não é permitido que outros mandem na mesma ou interfiram na constituição e atividade desta, sem que antes haja um ritual de respeito para com o orixá da casa, onde são feitas oferendas a ele, assim como um pedido de licença. Isso acontece para que as atividades no ambiente possam ocorrer sem atritos espirituais que possam interferir no plano material. No CCN-MA, o orixá é Oxóssi, deus da caça. Vive nas florestas nas quais moram os espíritos, por isso tem imensa relação com os antepassados e as árvores. Junto com o orixá Ossaê, divindade das folhas e ervas medicinais, ganha o caráter de divindade da cura. (VENTURA, 2011, Não paginado). Ainda sobre a questão religiosa e sua relação com as instituições, Vergara e Irigaray (2000, p. 27) enfatizam que:

As organizações-oxóssi são aquelas que procuram adotar uma postura política e ecologicamente correta. Apesar de não terem fins lucrativos, as organizações não-governamentais (ONGs) são o melhor exemplo. Sua estratégia para atuar no mercado não reside na política de ataque, como as organizações-ogum, nem na defesa, como as organizações-oxum, mas na imagem que ela passa para o público em geral: uma entidade autônoma, que não se esquiva de sua responsabilidade social. Elas procuram avançar metodicamente, avaliando e reavaliando suas alternativas e decisões, não só por cautela, como também pela dificuldade que às vezes têm em interagir com o mercado.

A partir dessa relação religiosidade e instituição, percebe-se que o Estado, em suas esferas, reconhece, a partir da legislação e das políticas voltadas ao combate ao racismo, o direito do povo afrodescendente em afirmar e resgatar sua cultura religiosa, sem o medo da opressão. Uma religião que se configura institucionalizada por um movimento e por uma representação jurídica fortalece o direito do exercício do cidadão em manifestar pública e legalmente sua crença. No Maranhão, o censo demográfico do IBGE dos seguintes anos: 1960, 1980, 2000 e 2010, representados no gráfico de colunas, com o intuito de comparar

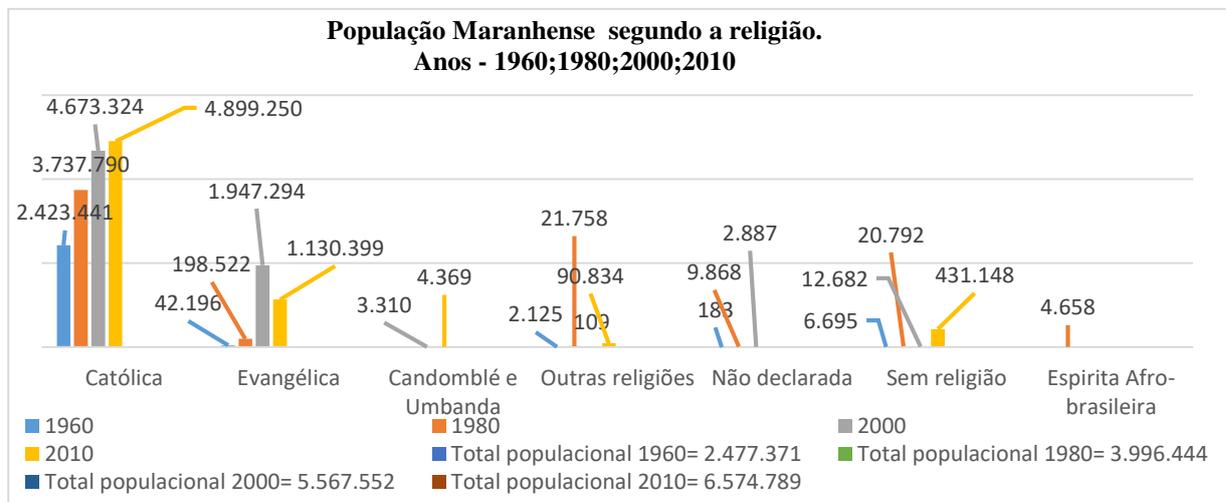
valores de alguns dados, descrevem algumas informações referentes à religião no Estado. A seguir, a descrição a partir dos gráficos 7 e 8.

Gráfico 7 – População Maranhense segundo a cor ou raça (comparativos dos anos 1960, 1980, 2000 e 2010)



Fonte: Censo Demográfico IBGE (1960;1980;2000;2010).

Gráfico 8 – População Maranhense segundo a religião (comparativos dos anos 1960,1980, 2000 e 2010)



Fonte: Censo Demográfico IBGE (1960;1980;2000;2010).

De acordo com o gráfico 7, a população maranhense, nos anos supracitados, é de expressiva maioria de cor parda, seguida por pessoas brancas e negras. Esse fato nos leva a refletir e discutir, em outra ocasião, sobre o branqueamento da raça negra. No gráfico 8, relacionado à variável 'religião', percebe-se, nos respectivos anos citados, que o catolicismo possui maior quantidade de adeptos, seguido pela religião evangélica. A de matriz africana não consta no censo de 1960. Ela começa a aparecer no de 1980, descrita como Espírita Afro-

brasileira e, em 2000 e 2010, como Candomblé e Umbanda⁸, respectivamente. No que diz respeito aos dados do censo de 2010, o que se verifica é que, das 4.899.250 pessoas que se denominam católicas no Maranhão, 10% dessa população é negra e 68% é parda. As que se denominam evangélicas totalizam 1.130.399. Dessas, 8% são negras e 64% são pardas. Das 4.369 pessoas que se denominam adeptas ao Candomblé e à Umbanda, 37% são negras e 62% são pardas. Apesar da crescente taxa de adeptos da religião católica, o que se percebe é que a população maranhense, mesmo a passos largos, já se reconhece em um número expressivo como simpatizantes da Umbanda e do Candomblé e já se tornam evidenciados formadores de uma expressiva estatística, o que revela a liberdade de se assumir como tais, consequência de ações afirmativas nos seus locais sociais, como o movimento negro institucionalizado no CCN-MA.

Assim, podemos perceber que a sociedade e os movimentos sociais negros impulsionaram os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário a criarem mecanismos de combate ao racismo e à desigualdade social. Isso se deu a partir de políticas públicas voltadas principalmente aos indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade. O direito ao respeito, à dignidade, à igualdade de oportunidades, à liberdade de expressão artística e religiosa do povo negro deve ser garantido pela ética moral da igualdade de direitos e pelos instrumentos legais que a garantem. Esses movimentos favoreceram, ainda, a criação de órgãos e entidades que rompem com a relação de poder do opressor e oprimido, na qual o oprimido não silencia mais sua voz, mas para tal ele precisa estar consciente de seus direitos para se reconhecer como cidadão tão merecedor quanto qualquer outro dos benefícios promovidos pelo Estado. Este, por sua vez, é o representante legal dos interesses do seu povo, devendo, portanto, promover o bem a todos em plena igualdade, como descreve a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, que garante a efetivação do pleno direito do negro à igualdade e às oportunidades, nos âmbitos sociais, implicando a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, regulamentada pelo Decreto 8136/2013. Dentro desse órgão, funciona a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial.

As políticas públicas que objetivam colocar a população negra em estado de igualdade faz parte da dívida histórica que o Estado tem com o povo negro desde sua ancestralidade até os dias atuais.

⁸ No Censo demográfico de 2000 essas religiões aparecem como cada uma sendo uma categoria, diferente do Censo de 2010 que ambas estão em uma categoria única.

Nesse contexto, o CCN-MA, a partir de políticas voltadas à questão da cidadania, resgate da identidade, autoestima, direitos da população negra, resgate cultural e territorial, em parceria com algumas instituições, desenvolveu projetos que se tornaram realidade, graças à parceria com algumas instituições, como: Direitos Humanos e Unesco (Criança Esperança), cujo objetivo é atender não somente o povo negro, mas todo aquele que se encontra vulnerável socialmente. Os projetos atendem à comunidade do Centro, uma área vulnerável pelo comércio de drogas. Esse fato pode ser percebido nas visitas técnicas realizadas no local, onde se percebeu uma amostra de usuários de drogas nas proximidades do CCN-MA (Rua dos Guaranis – Barés, São Luís). É importante ressaltar que o CCN, além de trabalhar com a comunidade do Centro, também atua em outras comunidades da capital e do interior do Maranhão, dentre elas, as quilombolas.

Hoje, o CCN-MA tem em seu currículo três projetos importantes, a saber: Projeto Vida de Negro; Projeto Akô Erês e o Projeto Akomabu, descritos em alíneas a, b e c, a seguir:

a) Projeto Vida de Negro (PVN)

De acordo com o Centro de Cultura Negra do Maranhão (1995, Não paginado), o projeto Vida de Negro visava:

[...] o mapeamento das Comunidades Negras Rurais do Maranhão, com o levantamento das formas de uso e posse da terra, manifestações culturais, religiosas e a memória oral do período antes e pós-abolição. O Projeto Vida de Negro é executado através da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos-SMDDH e pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão CCN, por já disporem das informações e laços de solidariedade com as chamadas "Terras de Preto" e terem realizado 04 (quatro) Encontros de Comunidades Negras Rurais: Quilombos e Terras de Preto no Maranhão. Desse modo o PVN pretende contribuir para uma melhor compreensão da questão agrária no Estado do Maranhão e no Brasil, e, posteriormente, uma intervenção jurídica naquelas áreas que se encontrarem com problemas fundiários, visando a legalização das terras onde moram os descendentes de escravos há mais de séculos.

[...]O PVN atualmente realiza pesquisas históricas, levantamentos de documentos de cartórios e arquivos, estudos sócio-econômico, cultural, antropológico e jurídico das comunidades negras rurais dos municípios de Codó e Itapecuru-Mirim-MA, nos termos do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna de 1988, que garante: "Aos remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO; SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, 1995, Não paginado).

Sabe-se que a questão da posse de terra no Brasil é um assunto bem complexo, discutido há anos, sem perspectiva de um acordo. Os conflitos agrários cercados de violência caracterizam a marca desse impasse de distribuição de terras. Dentro desse contexto, estão os quilombos, terras de remanescentes quilombolas, propriedades que, de acordo com o Art. 68 do ADCT, deve o remanescente estar ocupando, para que a terra seja declarada a ele como propriedade definitiva, devendo o Estado emitir o título respectivo. (BRASIL, 1988, p. 177).

Em 2003, no Governo do então Presidente, o Excelentíssimo Sr. Luís Inácio Lula da Silva, foi baixado o Decreto 4.887, de 20 de novembro do respectivo ano, que “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.” Porém, o decreto não foi bem visto, nem bem aceito por uma parte dos políticos representados pelo Partido Democratas (DEM) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL), como se descreve a seguir:

Por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a validade do Decreto 4.887/2003, garantindo, com isso, a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. A decisão foi tomada na sessão desta quinta-feira (8), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, julgada improcedente por oito ministros.

A ação foi ajuizada pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), contra o Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. A legenda apontou diversas inconstitucionalidades, entre elas o critério de autoatribuição fixado no decreto para identificar os remanescentes dos quilombos e a caracterização das terras a serem reconhecidas a essas comunidades.

Votaram pela improcedência integral da ação a ministra Rosa Weber e os ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux, Marco Aurélio, Celso de Mello e a presidente, ministra Cármen Lúcia. O ministro Luís Roberto Barroso também votou pela improcedência, mas com a diferença que, além das comunidades remanescentes presentes às terras na data da publicação da Constituição Federal de 1988, têm direito à terra aquelas que tiverem sido forçadamente desapossadas, vítimas de esbulho renitente.

Já os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes votaram pela parcial procedência da ação, dando interpretação conforme a Constituição ao dispositivo para também dizer que têm direito às terras, além das comunidades presentes na data da promulgação da Constituição, os grupos que comprovarem a suspensão ou perda da posse em decorrência de atos ilícitos praticados por terceiros.

O julgamento do caso teve início em abril de 2012 [...] (BRASIL, 8 fev. 2018).

É importante destacar esses fatos para que se compreenda a importância do PVN na garantia da cidadania do povo negro e quilombola, a partir do direito de territorialidade. É essencial também que se compreenda a política como agente representativo do interesse coletivo, de representantes políticos que agem a favor da camada social vulnerável, devolvendo a esta bens que lhes são de direito. Isso evidencia que a conscientização política inserida na missão do CCN-MA não é um conceito vago, mais expressivo e necessário para que, assim, o indivíduo não permita que interesses particulares políticos sobressaiam sobre os interesses coletivos.

Como o CCN-MA contribui nessa questão? O Centro tem como objetivo geral:

Realizar o levantamento das “Terras de Preto” ou “Terras de Quilombos” do Maranhão, registrando suas formas de uso da terra, seus costumes e tradições culturais e religiosas, bem como a posterior intervenção jurídica naquelas que se encontra com problemas fundiários, visando a legalização e titulação de suas terras seculares. (CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO, 2006. p. 54)

O levantamento e o registro das terras de quilombos foram fundamentais para o mapeamento dessas terras, bem como para diagnosticar em que estado estas se encontravam, tanto em se tratando de estrutura como de ilegalidade. A metodologia utilizada para o levantamento e registro deu-se a partir da seguinte metodologia:

- Levantamento das áreas de quilombo nas regiões do Munim, Mearim, Gurupi e Cocais;
- Levantamento Cartorial das áreas quilombolas estudadas, visando a titulação;
- Elaboração dos relatórios Antropológico e Jurídico das áreas estudadas;
- Elaboração dos processos das áreas estudadas, visando à titulação;
- Acompanhamento regular do andamento desses processos nos órgãos fundiários;
- Colheita e análise de dados sócio-econômico-culturais das áreas;
- Elaboração de relatório final acerca dos dados colhidos na pesquisa de campo;
- Realização de Seminários e Cursos de capacitação das lideranças quilombolas das regiões supracitadas;
- Apoio à realização do VIII Encontro Estadual dos Quilombos do Maranhão e do IV Encontro Nacional dos Quilombos em 2006;
- Sistematização das pesquisas de campo do período e publicação dos novos volumes da Coleção “Negro Cosme”. (CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO, 2006. p. 55).

Após a etapa do levantamento de terras (campo), inicia o registro desses fatos que servirão como documentação e fonte de pesquisa, como enfatiza: (CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO; SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, 1995, Não paginado).

A partir de junho de 1988, o Projeto Vida de Negro-PVN reuniu dados preciosos em pesquisa de campo, arquivos, *Bibliotecas* e cartórios de ofícios sobre as "Terras de Preto", que compreendem aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, como ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. Abarca também concessões feitas pelo Estado a tais famílias, mediante a prestação de serviços guerreiros. (grifo nosso).

O texto citado evidencia a importância da coleta, do registro e do armazenamento da informação para todo e qualquer processo legal, onde se objetiva evidenciar fatos e comprová-los, tornando-os fontes de informação, quiçá probatórias. Nesse contexto, como descreve a citação, um instrumento eficaz é a Biblioteca.

b) Projeto Akô Erê

O projeto Akô Erê nasce da percepção dos militantes com relação às crianças e jovens da área urbana e rural que se encontram em estado de vulnerabilidade social. A proposta do projeto foi submetida em 2016 à Campanha Criança Esperança realizada anualmente no Brasil, na qual utiliza, como veículo de comunicação, uma emissora de televisão nacional. Essa campanha tem como objetivo promover uma mobilização social onde se possa arrecadar recursos financeiros, por meio de doações, que serão revertidos em financiamentos a projetos que visam à qualidade de vida de crianças e jovens. Vale ressaltar que a mesma funciona em parceria com a Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Após o processo seletivo, o projeto Akô Erês foi um dos contemplados e beneficiados pela Campanha Criança Esperança, iniciando suas atividades em 2018.

O projeto tem como objetivo promover a cultura da paz. Ele está voltado, como dito anteriormente, para a comunidade que está vivenciando a problemática dos entorpecentes que causam dependência química e degradação do indivíduo, quando este se torna usuário compulsivo (viciado). Além dos entorpecentes, há a violência caracterizada pela desigualdade social e por outras formas que vão da física à psicológica, cujos fatores causadores são diversos.

O projeto está voltado para pessoas com faixa etária de 7 a 29 anos, sem critério de cor de pele. Porém, como descreve a Sra. Paula Guterres (informação verbal)⁹, Coordenadora do projeto, às vezes é preciso abrir uma exceção, pois fica difícil não receber uma criança pelo fato de a mesma não responder ao quesito idade.

O mesmo tem como finalidade trabalhar a cidadania e o empoderamento, a partir das oficinas de arte que ele oferece, tais como: Capoeira, Percussão, Dança Afro, Teatro e Informática, pautada na inclusão digital. O Akô Erê se estende à comunidade Quilombola Mato Grosso, situada no município de Morros- MA, onde, quinzenalmente, são realizadas visitas dos Coordenadores do CCN-MA, a fim de auxiliar a comunidade no projeto, além de fazer o acompanhamento dos jovens assistidos, verificando junto a eles suas assiduidades e notas, pois são esses os critérios para a permanência dos mesmos, assim como o comportamento e a evolução destes com relação às oficinas e à família, haja vista que o projeto trabalha em parceria com seus familiares. Essa interação entre a família e o Projeto Akô Erês, de acordo com Paula Guterres (informação verbal) acarreta em funções e atividades desenvolvidas que perpassam as estipuladas no projeto, visto que a relação constitucional familiar, muitas vezes, requer um apoio particularizado, caracterizado por problemáticas específicas.

Foi perguntado à Sra. Paula Guterres como é realizada a divulgação do projeto e como é feita a avaliação do mesmo. A resposta foi:

A gente tem uma assessoria de comunicação, são eles que são responsáveis pela divulgação, mas é feita assim, por bike lanche, carro de som, cartazes e folders, nas redes sociais, nas escolas, por boca a boca. Aqui na comunidade a gente também prega cartazes nos comércios e entrega folders. O monitoramento e a avaliação é

⁹ Todas as informações verbais fornecidas pela Sra. Paula Guterres militante do CCN-MA foram concedidas em 19 de novembro de 2018 no CCN-MA.

feita mensalmente pelo Coordenador pedagógico, Coordenador geral e os instrutores das oficinas. (informação verbal).

Os critérios para a avaliação sobre a eficácia do projeto se dá a partir da evolução do jovem em relação ao desenvolvimento prático das atividades da oficina que ele optou, além da percepção dos Coordenadores e Instrutores em relação ao comportamento desse jovem, ou seja, como ele reage a questões de violência, uma vez que agora ele está inserido em um novo contexto.

Na visita técnica, realizada no Centro, percebeu-se que os cidadãos envolvidos no Akô Erês, na oficina de percussão, estavam padronizados com indumentárias próprias do Movimento Afro e, em seguida, receberam lanche. Não se pode afirmar que tal fato caiba nessa situação, mas uma coisa é certa: a inserção do lanche nesses projetos é um complemento essencial. Sabe-se que, em uma sociedade tão desigual, há um índice de pessoas que não têm direito a realizar todas as refeições, de modo a suprir as necessidades básicas de um ser humano, como descreve o psicólogo Abraham Harold Maslow, quando hierarquiza (pirâmide de Maslow) as necessidades do indivíduo. Para essa ação, o projeto recebe o apoio financeiro da mencionada Campanha Criança Esperança, além dos militantes do CCN-MA e dos pais, quando possível.

O projeto também tem em seu quadro parceiros como a Universidade Federal do Maranhão, Secretaria de Cultura e Turismo –MA, Secretaria de Estado da Educação- MA, Secretaria de Esporte- MA, educadores que promovem palestras e o Conselho Municipal de Educação da Criança e do Adolescente.

c) Projeto Bloco Afro Akomabu

Sobre o Bloco, o Centro de Cultura Negra (2006, Não paginado) discorre que:

O bloco Afro Akomabu criada em 03 de março de 1984, como mais um instrumento de luta do Centro de Cultura Negra do Maranhão no combate a discriminação racial através da preservação e valorização da riqueza cultural do povo negro. O bloco saiu pelas ruas de São Luís pela primeira vez com 60 pessoas que eram militantes do CCN e os frequentadores de terreiros de Mina (em dialeto Jeje-nagô) e algumas músicas do Bloco Afro Ilê Aiyê, da Bahia. Com um ritmo contagiante do afoxé-mina, envolve toda a população da ilha, seduzindo negros (as) e não negros (as) para um despertar da consciência racial, mostrando toda a sua beleza Akomabu em língua Fon significa "a cultura não deve morrer" e o bloco afro Akomabu é a presença viva e pulsante da cultura negra do Maranhão. Já não é mais um bloco formado só por negros, mas de todas as pessoas que se identificam com a luta e os ritmos trazidos para o Brasil pelos africanos.

De acordo com Souza (2017, f. 95), as gestões do CCN-MA têm consciência do papel do bloco Afro Akomabu como instrumento que, levado às ruas, conta a história e cultura africanas e afro brasileiras. Ele é fundamental para o fortalecimento da cultura negra no Maranhão e tão importante para a instituição que, em seu Estatuto no Art. 4º. Inciso X, é

descrito que a instituição manterá o bloco Afro Akomabu, criado em 3 de março de 1984. (CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO, 2018, p. 2). A criação do bloco traz como referência o bloco Ilê Aiyê. Suas músicas são voltadas aos orixás, e os movimentos corporais carregam a representação da história do negro. De acordo com Mundinha Araújo, o CCN vai ter mais adesão de pessoas a partir do bloco. A instituição cresce e começa a se estruturar por departamentos (informação verbal).¹⁰

Esse “levar às ruas” é fazer o resgate cultural da cultura negra e disseminá-lo para os descendentes ou não desse povo, a fim de que não se esqueçam de sua história. Ela é contada a partir de uma temática que se transforma em melodia cantada pelo bloco, expressando a luta do negro, seu protesto e resistência à desigualdade e preconceito racial. Todos os anos, o CCN-MA traz uma temática a ser desenvolvida pelo bloco. Esse ano, 2018, a temática foi “O extermínio da juventude negra”, que busca retratar o aumento na taxa de jovens negros que são mortos violentamente. Em novembro de 2017, a Organização das Nações Unidas lançou a campanha “Vidas Negras”, cujo objetivo é chamar a atenção para a morte de um jovem negro, a cada vinte e três minutos. Sobre essa questão diz a Organização das Nações Unidas que a escolha dos suspeitos pela polícia, pauta-se com base "exclusivamente na cor da pele". (MARQUES, 2017, Não paginado)

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, sobre a violência sofrida pelo negro, diz que:

Uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras. (Brasil, 2018, p. 40).

No Maranhão, a taxa de homicídios de negros por 100 mil habitantes, em 2016, de acordo com o IPEA, (2018) foi de 37,9% do total da população maranhense. Com relação aos não negros, essa taxa foi de 19,6% da população maranhense. Percebe-se, assim, que a mortalidade de negros está relacionada à sua cor, consequência de uma sociedade preconceituosa e de um estado cuja sociedade se divide em cores, e as oportunidades emergem para aqueles que não têm pele “escura”. O Akomabu, nesse contexto, busca retratar por meio de sua composição musical e movimentos corporais, essa problemática, com o

¹⁰ Informação fornecida pela Dra. Raimunda Araújo (Mundinha Araújo), uma das percussoras no Movimento Negro no Maranhão e uma das fundadoras do CCN-MA. Entrevista realizada no dia 7 dez. 2018.

intuito de dialogar com a sociedade e dizer à mesma que “da escravidão ao dia atual a bala tem nome, tem cor, tem idade e local. Estou puto, a cada 23 minutos mais um jovem negro morre.”¹¹

O senhor Carlos Sérgio, em entrevista concedida para a realização deste trabalho, relatou, sobre esse diálogo entre bloco e comunidade, que “Nós negros temos aquele estereótipo de que negro só sabe cantar, dançar e tocar. Por quê? Porque vê o Akomabu no Carnaval. Mas não pararam para avaliar a letra da música, não é só dança, não. Vamos também avaliar os movimentos”. Nessa visão, buscou-se neste trabalho dialogar com a comunidade, buscando compreender qual o seu entendimento acerca do bloco. Em que ponto ela pode ser vista dentro dessa fala do Sr. Carlos Sergio. Sendo assim, a partir da aplicação de um questionário para a comunidade (amostra com 15 sujeitos), perguntou-se, dentre muitas questões, qual a representatividade do bloco afro Akomabu para eles, e a resposta se deu da seguinte forma:

Quadro 1 – Questionário sobre representatividade do Bloco Afro Akomabu para a comunidade, em torno do CCN-MA. (continua)

PARA VOCÊ O QUE REPRESENTA O BLOCO AFRO AKOMABU?
Respostas da comunidade (amostra) pesquisada ao questionamento (4-5 dez. 2018)
1- Uma dança
2- Vi falar, mas não sei, acho que uma dança de carnaval
3- Bloco de carnaval que mostra a cultura deles como bater tambor e a dança
4- Bloco de dança, é aprendizado na cultura
5- Não respondeu
6- É um projeto que ensina os jovens a ler e escrever e ensina muita atividade
7- Uma instituição
8- Não sei
9- Manifestação cultural onde se prevalece a cultura negra, principalmente a dança
10- Conheço pouco, então não sei o que representa
11- Bloco de carnaval
12- Representa a cultura negra, não deixa morrer a tradição, é uma influência cultural
13- Representa um grupo de dança
14- Representa a cultura afro por meio da música

¹¹ Trecho da música tema do carnaval do bloco Afro Akomabu 2018.

(conclusão)

15- O afroakomabu na nossa comunidade é um bloco muito importante para nossa rua. Tem os ensaios, tem os meninos que aprendem a tocar os instrumentos e que participam dos projetos, e tem mais de 10 anos na nossa rua e eu gosto muito.

Fonte: Castro, 2018.

O que se percebe, pelas respostas dadas pela comunidade, é que uma parte dela desconhece o bloco ou não tem informações suficientes para descrevê-lo; outra, em contrapartida, o reconhece como dança de Carnaval, sem mensurar a representatividade da cultura afro descendente; Já o restante dessa comunidade até descreve o bloco como cultura afro, mesmo sem saber identificar em que momento se dá essa cultura.

Outra análise importante nessas respostas foi com relação ao tratamento que alguns representantes da comunidade dão ao bloco e ao Centro, referindo-se à “cultura deles”. É como se o CCN-MA e o bloco estivessem alheios à comunidade, como se não houvesse uma interação entre ambos, restando a visão de estranhamento entre eles, o que ocasiona a descrição como “deles” e não nossa, uma vez que se percebeu que a maioria da comunidade questionada era parda. Sendo assim, fazendo um comparativo entre a fala do Sr. Carlos Sérgio e as respostas emitidas pela comunidade, mediante o questionário que se encontra no entorno do CCN-MA, percebe-se que o bloco Afro Akomabu tem buscado agir e cumprir seus papéis político, social e cultural a partir do entendimento de diálogo com a sociedade. Porém, percebe-se que essa interação precisa ser bem mais trabalhada, pois a visão de que a comunidade que nele se insere tem dificuldade em reconhecer que o seu papel faz inferir num déficit no campo maior populacional.

Durante a pesquisa de campo realizada no CCN-MA nos dias 13 a 16 e 21 a 23 de novembro de 2018, como parte fundamental na elaboração deste trabalho, foi perceptível uma grande movimentação no mesmo, devido à proximidade do dia 20 de Novembro, data em que se comemora o “Dia Nacional da Consciência Negra”. Data de expressiva simbologia, é também a data de morte de um grande líder, Zumbi dos Palmares, símbolo de luta e resistência ao processo escravista. Sobre Zumbi, enfatiza Freitas (1984) que:

Zumbi nasceu no começo do ano de 1655, num dos inúmeros mocambos palmarinos. [...] o negrinho recém-nascido foi dado de presente ao padre português Antônio Melo [...] que batizou o pretinho e lhe deu o nome de Francisco, Ensino-lhe a ler e o fez seu coroinha quando contava dez anos de idade. Declara o padre Antônio Mel que Francisco demonstrava “engenho jamais imaginável na raça negra e que bem poucas vezes encontrei em brancos”. Aos dez anos, Francisco “conhecia todo latim que há mister, e crescia em português e latim muito a contento”.

Zumbi foi um grande líder do Quilombo dos Palmares. Segundo Oliveira, “Palmares nasceu naquele que teria sido o maior e mais longo reduto negro da história brasileira, o

movimento de resistência escravo mais famoso, o quilombo dos Palmares [...]” (OLIVEIRA, 2017, p. 105).

A luta que Zumbi enfrentava perpassava pelo seu eu e pelo outro, uma vez que havia nele uma fidelidade à causa libertária e à causa coletiva, que se sobressaiam a um interesse individual. “Uma vida desprovida de recursos, fatigada pela tortura, pela escassez de perspectivas, e pela indignação com o status quo, fez de Zumbi um líder de um movimento libertário [...] Configurando-se assim como um símbolo de resistência a escravidão do ontem e do hoje (OLIVEIRA, 2017, p. 111).

No CCN-MA, a Semana da Consciência Negra é comemorada com diversos eventos, como: palestras, sessões de cinema, apresentação do bloco Afro Akomab e oficina de percussão. É nessa data comemorativa que também se lança a temática que envolverá a apresentação do bloco afro no Carnaval do ano seguinte. Nesse caso, a temática para o carnaval do ano de 2019 será “*CCN: 40 anos de luta pela democracia racial*” (CCN-MA, 2018, Não paginado, grifo nosso).

Nesse período, o CCN-MA recebe um grande índice de visitas escolares e convites para apresentação e palestras sobre a Semana da Consciência Negra. Perguntado à Sra. Paula Guterres como eles recebem esses alunos, ou seja, de que maneira é feita essa visita, e o que é proposto aos visitantes. De acordo com a mesma, os visitantes são recebidos pelos militantes, em geral pelo Sr. Carlos Sérgio, cuja profissão é Assistente Social. É ele quem os leva para conhecer o Centro, mostrando os espaços. Explana acerca das indumentárias, da religião, da história do negro e do CCN-MA, isso ocorre dependendo da necessidade do visitante com relação ao que ele quer saber e conhecer.

No que diz respeito às visitas das escolas durante a Semana da Consciência Negra, o que a Sra. Paula relatou é que é realizada uma Ação Cultural, em que é realizada a mostra das indumentárias próprias do povo africano, apresentação da oficina de percussão, bem como a palestra sobre a Semana da Consciência Negra. Assim, esse evento é realizado, a fim de promover a relação entre os espaços do CCN-MA e as escolas. Após o término da Semana da Consciência Negra, o índice de visitas escolares no CCN- MA diminui, assim como o índice de convites das escolas ao mesmo. Seria uma relação de amor com data e dia para acabar.

Durante uma das entrevistas realizadas no CCN, ocorreu uma interrupção na mesma, por uma Coordenadora Escolar. A educadora tinha ido até o local confirmar a presença do CCN-MA na instituição a qual representava. Porém, o que sobressaiu no momento em que ela adentrou a sala foram as seguintes frases: “Oh! Eu faço é muito artesanato com essas coisas assim de negro, acho tão bonitinho essas coisas, são tão coloridas.” A segunda frase foi:

“Gente, eu acho tão importante esse momento. Olha, meu marido é tão preconceituoso e olha que ele é negro. Eu já falei pra ele: tu é pior que os outros pretos.” A terceira frase que se destaca é esta: “Eu gosto do bloco afro Akomabu. É bom pra dançar no Carnaval, eu não perco.” Isso infere a falta de informação das pessoas sobre o que cada símbolo realmente representa, que não se trata de uma coisa bonitinha. Eles representam uma causa, uma luta com contexto histórico, real, do povo negro. É um processo trabalhado, a longo prazo, que resgata a memória e a história, a fim de se corrigir um presente. E as políticas culturais são voltadas para isso.

Em se tratando de política cultural, o CCN-MA possui, em seu complexo institucional, um instrumento potencializado dessa política: uma Biblioteca, porém inativa.

Milanesi (1986, p. 17) já dizia que “[...] Se a informação é poder, a Biblioteca é perigosíssima. No entanto, não é vista assim; mas, também, não funciona como um centro de informação. Daí não ser entendida como perigo”. A citação de Milanesi descreve claramente a problemática encontrada na Biblioteca Maria Firmina, do CCN-MA. A Biblioteca é um instrumento de fortalecimento de toda e qualquer ação cultural. Seu acervo, seja ele de caráter especializado ou diversificado, permite a comunidade em que ela se insere o poder do conhecimento, da análise dos conceitos, por inúmeras vertentes, sobre um determinado assunto. Garante a compreensão da história, a evolução de uma determinada cultura, a fim de fortalecer seu resgate, sua permanência e/ou, até mesmo, sua inviolabilidade. Mas, como diz Milanesi, se ela está inativa, não pode ser vista como perigo ao esquecimento e à desinformação. Contudo, é perceptível que há, na composição da nova gestão do CCN-MA, um novo olhar no que tange à Biblioteca Maria Firmina dos Reis. Tal fato pôde ser percebido em 2018, quando a atual gestão, responsável pelo local, convidou as alunas do Curso de Biblioteconomia da UFMA, para integrarem um projeto cujo objetivo é a revitalização da mesma.

3 BIBLIOTECAS COMO LUGAR DE MEMÓRIA

Inicia-se esta sessão fazendo um resgate da missão da Instituição CCN-MA, que é definida como:

Conscientização política, cultural e religiosa para resgatar a identidade étnico-cultural e autoestima do povo negro viabilizando ações que contribuam para a promoção de sua organização em busca de cidadania, combatendo todas as formas de intolerância causadas pelo racismo, e promovendo os direitos da população negra do Maranhão. (CENTRO DE CULTURA NEGRA, Não paginado).

Na missão, podemos verificar termos importantes como conscientização política, cultural e religiosa, seguidos da expressão resgate, empregado como fonte para se manter e afirmar a cultura e a autoestima da população negra. Observa-se, então, que a cultura é bem enfatizada tanto na missão quanto no próprio nome da instituição. Sendo assim, inicio o corpus dessa sessão com o conceito de cultura, de acordo com alguns teóricos.

Segundo Benedict (2013, p. 11), o desejo de entender o significado de uma cultura como uma totalidade leva a considerar descrições de comportamento padronizado [...] Deve-se compreender o indivíduo vivendo na sua cultura e esta sendo vivida por indivíduos. Ou seja, de acordo com a autora, indivíduos de ambientes e costumes diferentes reagem de maneira diferente aos estímulos sociais, que são constituídos por culturas específicas ao meio que vivem e interagem.

Para Benedict (1972, p.19) a cultura é uma lente e “As lentes através das quais uma nação olha a vida não são as mesmas que uma outra usa.” Podemos dizer que, nessa afirmativa, inclui-se a polissemia dos sentidos humanos e a formulação das ideias e da reprodução delas a partir do que se vê, inspira, toca, ouve e se fala.

De acordo com Laraia (2009, p.62), a cultura é um conjunto de regras, receitas e instruções impostas ao indivíduo. Diz ele que a relação entre ambos funciona como se o indivíduo fosse um computador, e a cultura, um programa que norteará o comportamento desse indivíduo. Sobre cultura, enfatiza o autor que “O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura”. (LARAIA, 2001, Não paginado).

A partir dessas citações, pode-se perceber que tanto Benedict (1972) quanto Laraia (2001) estão de acordo como um fato. A forma como se vê o mundo é consequência de nossa herança cultural. É o resultado das características do meio social no qual o indivíduo se desenvolve e inicia o convívio familiar e suas regras, perpassando pela escola e por outros grupos de sociabilidade, como os religiosos ou de amigos.

Nesse contexto de olhares culturais tão peculiares, da relação do “eu com o outro”, é que se desenvolve a reação depreciativa a comportamentos que são definidos como fora dos padrões. E essa reação é fruto de uma herança cultural condicionada a um determinismo, e uma relação de poder que propicia o ato da discriminação. (LARAIA, 2001, Não paginado).

Quando Benedict descreve a cultura como uma lente, entende-se que esse comparativo utilizado pela autora tem a intenção de descrever que um indivíduo que apresenta deficiência visual passa a captar as informações do seu meio utilizando uma lente adequada ao seu grau de deficiência. Desse mesmo modo funciona a relação entre indivíduo e cultura: o homem nasce como uma tábua rasa e, aos poucos, é inserido no meio social, recebendo valores e informações específicas, a fim de realizar suas atividades e comportamentos, a que chamamos de cultura. Nessa linha, discorre Laraia (2001, Não paginado) que o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e as posturas corporais, que são, assim, produtos de uma herança cultural, o resultado da operação de uma determinada cultura, ou seja, a visão de mundo de um homem é resultado de uma herança cultural que sobrevive interna e externamente ao indivíduo, a partir de tudo que lhe foi apresentado e ensinado em um determinado período da vida, em um determinado meio. No entanto, essa herança cultural pode sofrer alterações quando entra em contato com outro sistema cultural. É nesse momento em que o indivíduo pode ou não se adaptar ao novo contexto. De toda forma, ele não se apresentará mais como o mesmo.

Halbwachs (1968, p. 30), em seu livro, traz a narrativa de um professor que ensinou 15 anos em um liceu, mas, ao se deparar com um aluno, não lembra do mesmo nem da relação constituída na classe entre professor e aluno. Para o autor, isso se dá primeiro pela dispersão do grupo social. Logo após, porque aluno e professor, participam e tem visões diferentes dos fatos ocorridos na classe. A memória do aluno é mais expressiva a ponto de evocar alguns acontecimentos ocorridos na classe e que foram significativos para eles, acontecimentos esses desconhecidos pelo professor, pois sua visão era altamente tecnicista. O que era inovador para os alunos não passava de um ritual a ser cumprido todos os anos pelo professor. Assim, para Halbwachs, a dispersão do grupo e o engajamento do indivíduo no mesmo contribuem para o esquecimento e o estranhamento. Quando o autor descreve a evocação do aluno aos acontecimentos passados, partindo da visão do mesmo, o mesmo está descrevendo a memória individual, as lembranças do aluno que são descritas pelo seu testemunho [...] uma extensão da memória, tomada na sua fase narrativa (RICOEUR, 2003, Não paginado). A memória individual representa a forma como cada indivíduo participa dos acontecimentos em uma sociedade e depois descreve esses acontecimentos, nos quais se identifica as particularidades

resultantes da visão de mundo, como descreve Benedit (2013) e Ricoeur (2003), ao dizer que “O caráter seletivo da memória, auxiliado nesse aspecto pelas narrativas, implica que os mesmos acontecimentos não sejam memorizados da mesma forma em períodos diferentes.”

Refere-se brevemente sobre memória individual, para que seja compreendido que um acontecimento descrito sob o viés dessa memória, mesmo que resulte em lembranças distintas de outras, não é ignorado na composição de uma memória coletiva, pois uma impressão pode apoiar-se nas lembranças individuais e nas dos outros, o que traz para a mesma mais confiabilidade, já que ela resulta de um coletivo. É importante ressaltar que os fragmentos dessas lembranças podem, em algum momento, encontrar-se. Para tal, a memória coletiva, embora não se confunda com a individual, permite envolver-se com ela. Esse universo de lembranças e de informações que, em um determinado momento, encontra-se capaz de reconstruir um passado e os testemunhos de cada indivíduo, reestruturados ao outro, completa-se e retoma as lembranças de fatos esquecidos, os quais a memória coletiva se incube em recuperar, haja vista que as lembranças individuais permanecem coletivas, e elas são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. (HALBWACHS, 1968, p. 25-26).

Iniciou-se esta sessão, conceituando cultura e, em seguida, o resgate da mesma a partir da memória, evidenciando a citação de Halbwachs, na qual o mesmo relata que a dispersão do indivíduo do seu grupo pode acarretar no distanciamento deste com relação à sua cultura, e, uma vez ocorrido esse distanciamento, é necessário recuperar esse indivíduo. Tal ação pode acontecer por meio do resgate da memória com o intuito de acionar seu cognitivo relacionado à sua identidade, para que, desse modo, ele se reconheça novamente dentro do grupo cultural do qual pertence ou pertenceu e possa romper com o esquecimento e reconstruir sua história, pois [...] a memória deixa como herança à história: o passado está, por assim dizer, presente na imagem como signo da sua ausência, mas se trata de uma ausência que, não estando mais, é tida como tendo estado, que é o que a memória se esforça para reencontrar. (RICOEUR, 2003, Não paginado).

Neste trabalho, enfoca-se a necessidade de se resgatar a memória coletiva relacionada à história do negro no Maranhão, por meio da Biblioteca Maria Firmina dos Reis, equipamento cultural e lugar de memória.

As Bibliotecas surgem com a necessidade de compreensão do homem sobre o universo em que este estava inserido, bem como com a construção de suas relações não só com a natureza, mas, sobretudo, com o próprio homem, a princípio, pela oralidade e, posteriormente,

pela escrita. A partir desta é que o homem começa a registrar as informações que recebe do seu ambiente, transformando-se em fonte de conhecimento a ele e a outros indivíduos.

Quando as Bibliotecas surgem na Idade Média, seu objetivo nada tinha com os princípios fundamentais que regem a sociedade atual, como o princípio da igualdade de direito. Sendo assim, elas eram, em sua maioria, de domínio privado, restrito, cujo seu objetivo estava na concentração de documento, ou seja, no quantitativo, já que, para a época, quanto mais documentos se tivesse, mais poder se exaltaria. E era isso que elas representavam por longo tempo: objeto de poder.

A história das Bibliotecas no Brasil está atrelada à vinda da Coroa Portuguesa para o país. Sobre tal fato, a Biblioteca Nacional Brasileira (9 maio 2017) descreve que:

1808 Chegada do acervo inicial Início do itinerário da Real Biblioteca no Brasil, com a chegada de D. João VI e sua corte ao Rio de Janeiro, como consequência da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte. Junto com a comitiva desembarcaram cerca de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas.

Mas esse espaço tinha caráter exclusivamente privado. Seu acervo era visto a partir da relação de poder e autoritarismo dos monges copistas e da nobreza, os quais detinham a informação e as disseminavam conforme suas intencionalidades, isto é, a Biblioteca era um instrumento também de manipulação, pela informação ou falta dela.

A primeira Biblioteca do Maranhão foi a Pública Provincial, aberta oficialmente ao público de São Luís, e surgiu em 3 de maio de 1831. (MORAES, 1973, p. 16). Tempo depois, foi denominada de Biblioteca Pública Benedito Leite, e deve-se ressaltar que, em sua constituição, nada tinha de democrática, pois sua visão não estava atrelada ao papel social que a mesma tem nos dias atuais.

Com o tempo, elas vão mudando suas concepções ideológicas e entendendo que precisam acompanhar a dinâmica social que impunha a igualdade e liberdade. Esse sentido de igualdade e liberdade traz para a mesma o estatuto de democrática e leiga, pois agora pertence a todos os membros da comunidade (CARVALHO, 2011). Tais mudanças são decorrentes de ações como a promulgação da Constituição Federal brasileira (1988, p. 15), que traz em seu texto a liberdade de expressão e atividade intelectual sem censura. Manifesto da UNESCO (1994, Não paginado) onde se determina que “Os serviços da Biblioteca [...] devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social”. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula e garante o acesso à informação. A Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura. Nesse último, a Biblioteca é descrita como canal de

comunicação e diálogo com os cidadãos e consumidores culturais, favorecendo a ampliação e participação direta destes na gestão dos equipamentos e reconhecendo, assim, a Biblioteca como espaço fundamental de informação e de memória. (BRASIL, 2010, Não paginado).

A análise sobre a mudança do conceito “Biblioteca” é fundamental para a compressão de quem ela atende e para quem desenvolve e organiza suas atividades, seu acervo, neste caso, o usuário. Essa mudança se configura em todas as classes de Bibliotecas, a Pública, a Comunitária, a Escolar e a Especializada, foco deste trabalho. Todas independentemente de sua área de atuação devem servir ao usuário democraticamente com o objetivo de satisfazer suas necessidades informacionais.

As Bibliotecas Especializadas começam a se desenvolver no século XX, em decorrência do progresso científico e técnico. Diferenciam-se das demais por se estruturarem a partir do assunto ou objetivo específico que norteia sua mantenedora, o que, conseqüentemente, influencia em um público também mais específico. Evidente que essa especificidade de público não se restrinja à de seleção de pessoas, mas a de um assunto, por determinados indivíduos ou grupos. A Biblioteca especializada adquire, organiza, mantém, utiliza e dissemina seus materiais informativos em conformidade com sua mantenedora. (FIGUEIREDO, 1978, p. 155-157).

De acordo com Cesarino (1978, p. 231), a Biblioteca especializada é definida como uma unidade pertencente a uma instituição, cujo objetivo é fornecer ao usuário a informação relevante à sua busca, informação essa voltada a um campo específico de assunto.

Neste trabalho, propôs-se que a Biblioteca Maria Firmina dos Reis desenvolva suas atividades a partir do conceito de Biblioteca especializada, de modo que a mesma possa contribuir com sua mantenedora, o CCN-MA, dialogando com a comunidade e utilizando a informação e a disseminação desta sobre a temática proposta na missão da mesma. Nela está descrito o resgate da identidade e da cultura do povo negro.

Como se viu, esse resgate pode ser feito pela memória, neste caso, a memória coletiva, cuja finalidade é construir ou reconstruir a história de um povo a partir de testemunhos sobre um tempo e um fato que se configuram no tempo a partir da história. História e Memória, apesar de distintas não se rejeitam, como diz Ricoeur (2003, Não paginado). A história pode fornecer construções que ela declara serem reconstruções. No entanto, entre as reconstruções, tão precisas e próximas dos fatos quanto possível, e o reconhecimento, subsiste um fosso lógico e fenomenológico. A essa fenomenologia se atribui a visão de mundo, recontada e recriada pelo resgate da memória. Para Milanesi (2002, p.14), as informações que o indivíduo acumula em sua vida são fontes de informação de lembranças extraídas de suportes como

livros, diários, fotografias, cartas, papéis e objetos que podem ser resgatados ao menos para ele, por meio de sua memória. Segundo o mesmo autor, se:

[...] em algum momento da história os registros eram raros em outro houve um excesso, mas nem tudo que é pensado e registrado deve ficar na memória, porém selecionar o que conservar é complexo para o homem e por tal ele preserva. Assim as coleções passaram a ser referenciais importantes na produção intelectual de um período histórico de um povo. Essas crescentes coleções pelo seu tamanho e grau de indicativo de riqueza de uma sociedade com o tempo receberam o nome de “Bibliotecas”. (MILANESI, 2002, p. 10)

A Biblioteca como lugar de memória se configura a partir do plano biológico e cerebral do homem, transcrevendo suas experiências existenciais, científicas e culturais a partir da inscrita, sob a forma de documentos reunidos, organizados e disseminados. (SILVEIRA, 2010, p. 69).

A Biblioteca Maria Firmina dos Reis, nessa composição de memória e informação, deveria, com seu acervo e serviço, está disseminando a cultura do povo negro, pois conservar a memória deste pode evocar a memória de um indivíduo supostamente disperso ou não engajado no mesmo, e, como já mencionado, não se reconhecendo mais como tal, além de conscientizar também o não negro, porque é necessário trabalhar o oprimido e o opressor. Mas não é assim que a Biblioteca se encontra, mas “Se a informação é poder, a Biblioteca é perigosíssima. No entanto, não é vista assim; mas, também, não funciona como um centro de informação. Daí não ser entendida como perigo” (MILANESI, 1986, p. 17). Essa é a realidade da Biblioteca do CCN-MA, apesar de ser um equipamento cultural potencializador no resgate da memória e na disseminação da informação, ela não tem sido compreendida assim. Para sê-lo, precisa estar estruturada e organizada, e essa organização perpassa pela estrutura física, acervo, recursos materiais, humanos, tecnológicos, como se viu na sessão revitalização. E, dentro dessa estrutura, é o Bibliotecário quem fará o diferencial na prestação de serviço, tornando a Biblioteca um vaso capilar, conforme diz Milanesi (2002, p. 97)

O autor também enfatiza que:

[...] os centros de informações das cidades e bairros são imprescindíveis, como vasos capilares, quando se deseja tornar disponíveis os bens culturais, garantindo a cada cidadão o direito de conhecê-los. Nesse contexto a Biblioteca é o espaço que possibilita as pessoas encontrarem informação, discuti-la e gerar novas informações.

Esse vaso capilar poderá agir como instrumento de ação sobre o indivíduo a partir da disponibilidade da informação que influenciará numa consciência política, de cidadania e de identidade, uma vez que o resgate da memória da história do povo negro, por meio da Biblioteca Maria Firmina dos Reis, poderá quebrar o distanciamento entre a comunidade e a instituição. Esse distanciamento é pautado no que descreveu um dos usuários, quando questionado sobre qual o significado do CCN, e o mesmo responde como sendo um lugar

onde se ajuda pessoas, tira as crianças da rua, lugar onde é mostrada a “cultura deles”. O que despertou a atenção foi que essa fala veio de negros, o que nos leva a retomar o que disse Halbwachs, sobre a questão de o indivíduo não se reconhecer dentro do seu grupo, mais ainda o esquecimento e a memória. Numa hipótese, pensa-se que a fala de tal usuário pode estar atrelada à dispersão do grupo e a questão religiosa, isso referente ao usuário negro. A Biblioteca, nesse contexto, transforma-se em lugar de memória, como descrevem Silveira e Moura (2017, p. 216) a seguir:

Criadas com o propósito de abarcar, organizar, preservar e disseminar os elementos simbólicos e os insumos de conhecimentos concebidos por nosso fazer racional, as Bibliotecas qualificam-se como domínios de memória coletiva [...]Elas funcionam, assim, como um terceiro referente mnêmico, ao lado da memória biológica, que pertence à espécie, e da memória cerebral, que pertence ao indivíduo. Inscritos sob a forma de documento, os acervos reunidos em uma Biblioteca requerem organização e meios específicos para sua preservação e disseminação, tendo-se em vista garantir amplo uso por parte de todos aqueles que contribuem para seu processo constitutivo. De modo mais preciso: captar, manter sob guarda e compartilhar o conhecimento do mundo e de nós mesmos são alguns dos poderes (e perigos) que as Bibliotecas nos oferecem.

Como lugar de memória, a Biblioteca propicia o diálogo do passado com o presente, sendo que essa relação, a princípio, pode causar estranhamento e confusão, mas com o passar do tempo, tornar-se-á mais consistente e explicativa, uma vez que o Bibliotecário e suas habilidades técnicas e humanas poderão conduzir e mediar a relação desse indivíduo com a informação, a partir do momento que ele preserva e difunde, gerando ações afirmativas no ambiente com o intuito de promover a consciência étnico-racial.

3.1 Biblioteca e a preservação e difusão a informação étnico- racial

Em meados de 1996, inicia-se um discurso sobre o programa “Sociedade da Informação”, cujo objetivo é:

[...] integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global. A execução do Programa pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre os três setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil. (TAKAHASHI, 2000, p. 10).

O paradigma desse programa está voltado ao conceito de universalização do uso e acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, tendo como provedor a internet. Essas tecnologias, dentro desse programa, são vistas como instrumentos de educação para a cidadania, onde estão dispostas a inclusão e justiça social, a democracia de acesso e uso das mesmas. Porém, para a população brasileira, cuja renda disponível mensal é muito baixa, o custo do serviço como um todo é ainda um elemento limitador crítico para o acesso à internet. (TAKAHASHI, 2000, p. 10). Sendo assim, a sociedade da informação ainda é um sonho em construção, pois, como se viu anteriormente, é necessário educar a sociedade para utilizar as

tecnologias como fonte de informação, a fim de que sirvam o propósito de cidadania, democracia e justiça social. E como diz Ferreira (2003, p. 39), é um erro pensar que a democratização da informática implica a da informação, uma vez que esse leque informacional disposto na internet traz consigo a problemática da confiabilidade, veracidade e da qualidade da informação.

Nesse contexto de acesso e uso da informação democrática, inserem-se as Bibliotecas, sejam elas Públicas, Comunitárias, Especializadas ou Escolares. Todas estão a serviço de sua comunidade, como instrumento de preservação e difusão da informação.

Conforme Ferraz (2014, p. 21), “[...] a Biblioteca tem hoje papel fundamental na sociedade, na medida em que se torna um local de interação, debates e manifestações culturais e artísticas [...] É um centro de promoção cultural, atuando como veículo para o exercício da cidadania”. Hoje, a Biblioteca tem a preocupação de dialogar com a sociedade a partir da dinâmica que sofre a estrutura social. Esse é o olhar que a Biblioteconomia, enquanto ciência, emprega, orientando o Bibliotecário a efetivar ações, sob a ótica social, nessas instituições. Esse olhar tecnicista, sobretudo o humano, dentro das Bibliotecas, é também fruto de políticas normativas que objetivam garantir a igualdade de direitos e ações afirmativas para as camadas sociais em desigualdade social, como a população negra. A Constituição Federal do Brasil de 1988, sobre essa igualdade de direitos, discorre:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC no 48/2005)

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I—defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II—produção, promoção e difusão de bens culturais;

III—formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV—democratização do acesso aos bens de cultura;

V—valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 1988, p. 126).

O artigo que trata da cultura é enfático ao determinar incentivo à valoração e difusão das manifestações culturais, como forma de ação afirmativa étnico-racial. Ele descreve a difusão que lembra divulgação e compartilhamento, bem como o desenvolvimento e exercício de direitos, gestão e o Plano Nacional de Cultura, levando ao entendimento de que o produto desse processo de exercício dos direitos culturais é a informação consciente e democrática. Baseado na Carta Magna e em seu artigo 215, foi sancionada, em 2003, a Lei nº 10. 639,

alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para que esta incluísse em seu texto a obrigatoriedade das redes de ensino a incluírem em seu currículo a temática História e Cultura Afro-Brasileira.

E como a Lei nº 10.639 vai influenciar as práticas biblioteconômicas? Gomes (2016, p. 738) vai responder que:

A visibilidade da produção intelectual de pensadoras (es) negros e negras começa a ser discutida com intensidade a nível institucional e em caráter obrigatório, a partir da implementação da lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afrobrasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental e médio. Dessa forma, Bibliotecárias e Bibliotecários, gestoras e gestores da informação, educadoras e educadores precisaram repensar as práticas sociais e pedagógicas aplicadas a fim de contemplar e abarcar estudos a partir da perspectiva de uma educação afrocentrada, ou seja, legitimando as diversas formas de resistência negra [...]

A questão Afrocentricidade, pauta-se na filosofia do negro como sujeito que discute a temática do negro, não sob o viés do outro, mas sob o viés do próprio negro, trazendo para as práticas Biblioteconômicas e para o Bibliotecário, caráter de agentes sociais.

A afrocentricidade é apresentada neste artigo como uma alternativa à inclusão das questões étnico-raciais nas práticas biblioteconômicas no âmbito de recursos e serviços oferecidos e a postura profissional na esfera da formação humana e acadêmica de cunho social, tendo como foco principal a atuação profissional voltada para as pessoas e não para o acervo, buscando uma visão pós-custodial² comprometida em formar cidadãs e cidadãos conscientes dos diversos contextos socioculturais ao qual são participantes e podem se reconhecer como protagonistas ativas desse processo. (GOMES, 2016, p. 739).

Nessa linha, o que se percebe hoje, é um movimento na área da pesquisa e da informação, onde se realizam Encontros e Seminários para (re) discutir a história do negro. O acesso à informação e às fontes de informação, como as Bibliotecas, possibilitam fazer um comparativo do que se falou sobre a construção da história do negro e o que realmente foi essa construção. Dessa forma, as Bibliotecas se tornam também agentes sociais, gerenciadas por indivíduos profissionais, sobretudo, cidadãos com habilidades humanas capazes de ver e reconhecer o outro, partindo, daí, o direcionamento das práticas profissionais, a fim de atender às necessidades das (os) nossas (os) usuárias (os), leitoras (es) e em potencial. Tornando-se um lugar de conhecimento fundamental para a construção da identidade negra. (GOMES, 2016, p. 745).

O Bibliotecário deve estar atento à proposta do ambiente em que ele desenvolve suas atividades, relacionando-se não somente com as atividades técnicas que lhe são atribuídas, mas também possuir uma visão social e trabalhá-la, de modo a promover a relação entre a sociedade e a Biblioteca e incentivando seu usuário à percepção e criticidade dos fatos que norteiam as camadas sociais.

O gestor da informação deve trabalhar com o objetivo de propiciar a geração de conhecimentos, criando oportunidades e mostrar caminhos para que os usuários sejam preparados para produzirem novas contribuições científicas para a sociedade, por meio dessas atividades, o Bibliotecário desenvolve competências que irão corresponder à sua contribuição para a transformação social. (PIRES, 2012, Não paginado).

Essa geração do conhecimento deve fazer parte do planejamento da Biblioteca. Desse modo, nesse momento, o Bibliotecário deve desenvolver sua coleção partindo do seu objeto, neste caso, a literatura que discorra sobre a temática do negro, daí a importância da Lei nº 10.639 nas Bibliotecas, bem como do olhar social do Bibliotecário nas mesmas, pois:

A (o) Bibliotecária (o) não deve se portar passivamente diante do acervo e sim estar atento e informado a respeito das ideologias e estereótipos que circulam nos diversos suportes informacionais a fim de propor uma reflexão do processo de discriminação racial brasileiro que desqualifica a participação da população negra na construção social. (GOMES, 2016, p. 747)

Além da constituição do acervo voltado à necessidade do usuário e ao objeto da instituição mantenedora da Biblioteca, como forma de preservação cultural, política, social e histórica de um povo a partir da memória e seu resgate, o cunho social dela também se estabelece na difusão dessa memória, a partir de Serviços de Referência e Serviço de Disseminação Seletiva da Informação (DSI), que, de acordo com Lessa e Motta (2013, Não paginado), é usado [...] para captação de documentos em formato impresso ou digital utilizando serviços de alertas através do uso de expositores, informando suas novas aquisições e demais documentos que se encontram nos acervos. Dentro da questão Biblioteca e seu papel social, não podemos esquecer as relações interpessoais que são constituídas nesse ambiente. A Biblioteca promove a comunicação e a socialização das pessoas. Sabe-se que as relações humanas fazem o diferencial dentro das organizações, não somente sob a visão de melhoria na qualidade de prestação de serviço, mas também sob o olhar de garantir o bem star do cliente dentro do espaço, o que resulta na frequência ao mesmo. Nas Bibliotecas as relações interpessoais entre Bibliotecário e usuários devem transpassar o serviço de empréstimo, busca e recuperação da informação. A comunicação entre Biblioteca e usuário a partir do Bibliotecário (agente social) é fator fundamental no construto social do espaço, que deve ter como prioridade o respeito às diferenças. Compreendendo que a sociedade é constituída por diversidade de pessoas e de pensamentos, pois:

Todos nós ao nascermos já fazemos parte de uma cultura que é a forma de organização social de um grupo, com valores, crenças e costumes específicos. O que somos como seres humanos é o resultado da interação dialeticamente estabelecida entre os processos intrapessoais e interpessoais que se constituem e se transformam numa determinada cultura. Podemos perceber diferenças nos costumes das pessoas e como eles podem causar estranhamento. Em alguns casos, achamos divertidas essas diferenças, mas em outros, podemos reagir até com preconceito [...] (PEDROZA, 2006, p. 64).

A autora menciona duas etapas fundamentais da relação e comunicação humana, a primeira ligada ao relacionamento intrapessoal, àquele que temos com nós mesmos, sobre quem somos e quem são aqueles que determinamos como o “outro”, Para o Bibliotecário essa é uma etapa importante na constituição de suas atividades técnicas e humanas, ele se despe de uma bagagem cultural particular, para gerenciar a Biblioteca e a informação sem conceitos e/ou pré-conceitos. O Bibliotecário no processo de seleção, disseminação e tratamento da informação nas Bibliotecas, ampara-se em sua ética profissional, distanciando-se de olhares individuais que podem levar a censura da informação (assunto), onde os únicos critérios de seleção se pautem na veracidade e confiabilidade da mesma. Assim a Biblioteca se torna em sua plenitude um espaço democrático. E é seguindo essa democracia de serviços e relações que ela se torna esse espaço de difusão, neste caso da difusão da informação étnico-racial pautada na Afrocentricidade descrita por Gomes (2016), onde a comunicação estabelecida promova o discurso não sobre as falas sobre negro, mas sobre próprio negro falando de si(história), onde esta fala pode ser ouvida e discutida por outras falas, a partir do momento que elas interagem. Posteriormente, na sessão que trata da Biblioteca Maria Firmina dos Reis do CCN-MA e o processo de revitalização, será descrito em que momento ela se torna necessária e eficaz como organização social nesse processo de difusão e como ela poderá agir essa atividade fomentando o combate ao racismo disposto na missão do CCN. Essa visão se dará a partir das falas das categorias de sujeitos (usuários em potencial da Biblioteca e Militantes do CCN). Esses dados foram coletados a partir de um questionário aplicado aos sujeitos, onde se buscou analisar (nas falas dos dois sujeitos da pesquisa) questões como conceito de Biblioteca, Significado do bloco Afro-Akomabu, assim como a relação dos usuários em potencial da Biblioteca Maria Firmina dos Reis com o espaço Biblioteca e o espaço Centro de Cultura Negra do Maranhão.

4 METODOLOGIA

O presente estudo teve como campo de pesquisa a Biblioteca Maria Firmina, localizada na Instituição Centro de Cultura Negra do Estado do Maranhão (CCN-MA), sua mantenedora.

O movimento nasce a partir da preocupação de se estudar a situação do negro no Maranhão, na década de 70. Tal fato se dava através de diálogos, palestras e discursos, que, a cada dia, deveriam estar mais fundamentados em bibliografias que contribuíssem com as discussões e elaborações de pesquisas sobre a situação do negro no Estado, bem como sobre o próprio movimento social negro em âmbito de Brasil. Na Igreja dos Remédios, em uma das salas onde os militantes do CCN-MA se reuniam, foi se formando um acervo com, aproximadamente, 30 títulos que foram vendidos a um preço simbólico pelo Sociólogo Luís Carlos Manhães (informação verbal)¹². A priori, a ideia não era de Biblioteca, mas de uma sala de leitura. Com a institucionalização do Movimento Negro, por meio do Centro de Cultura Negra, em 14 de maio de 1987, foi inaugurada a Biblioteca do CCN-MA denominada Biblioteca Maria Firmina dos Reis, cujo objetivo é contribuir na missão de sua mantenedora.

A Biblioteca recebeu esse nome em homenagem à Maria Firmina dos Reis, defensora do combate ao racismo e do Movimento Social Negro, a partir da literatura. Ela nasceu em 11 de outubro de 1825, em São Luís do Maranhão. Foi registrada por João Esteves e Leonor Felipa dos Reis, filha “bastarda”, fruto do provavelmente incomum relacionamento amoroso entre uma portuguesa e um escravo africano. (CORREIA, 2013, Não paginado).

De acordo com Mendes (2008, Não paginado), no Maranhão, antes de Maria Firmina, a literatura utilizada para denunciar as maldades cometidas aos indígenas e escravos negros eram os sermões de Padre Vieira. No século XIX, escreve Úrsula e rompe com muitos paradigmas existentes naquele século, dentre tais, o de que a mulher é vista como produto de satisfação dos desejos dos homens. Como descreve Correia (2013, Não paginado), a sociedade que Maria Firmina nasceu era altamente patriarcal, na qual as mulheres eram criadas não para escrever, mas para serem esposas e mães. Para a autora da obra Úrsula, datada de 1850, Maria Firmina denuncia a opressão sofrida pelas mulheres daquele século e critica a forma e o objetivo para os quais elas eram educadas.

A literatura do século XIX se submete ao processo escravocrata e silencia o negro, deixando-o transparecer apenas quando são estereotipados como sensuais, bestiais, servis ou com caráter de piedade. Maria Firmina, com sua publicação Úrsula, traz para o contexto

¹² Informação fornecida pela Dra. Raimunda Araújo (Mundinha Araújo), uma das percussoras no Movimento Negro no Maranhão e uma das fundadoras do CCN-MA. Entrevista realizada no dia 7 dez. 2018.

literário um posicionamento antiescravista, dando ao negro caráter de humano, até então negado, e portador de sentimentos, memória e alma. Nela, Maria Firmina inova a escrita literária ao dedicar um capítulo a uma personagem negra, uma vez que nenhum autor preocupou-se em dar tamanha atenção a um negro dentro de sua literatura, haja vista a imagem de que eles não tinham caráter humano. Em suas obras, Maria Firmina, utiliza metáforas literárias para ludibriar a imprensa da época e, dessa forma, descrever ao leitor a forma brutal e desumana pela qual um homem livre é transformado em escravo. (Mendes, 2008, Não paginado).

Analisando as autoras Mendes (2008) e Correia (2013), sobre Maria Firmina dos Reis e suas obras, especificamente *Úrsula*, pode-se deduzir que a mesma foi uma revolucionária, rompeu os paradigmas, os preconceitos e as regras sociais do seu século que mantinham a mulher sob as rédeas do patriarcalismo, ressalta-se que Maria Firmina era “mulher e negra” dentro de uma sociedade escravista e patriarcal. Ainda assim, ela buscou, a partir da leitura e da literatura, discutir assuntos como etnia, escravidão, gênero, preconceito, discriminação, opressão e violência voltados à mulher (hoje chamadas de violência doméstica) aos quais eram submetidas no século do pudor e da moralidade, o século XIX.

A escritora também publicava poesias em jornais maranhenses, utilizando-os também instrumentos de informação para falar do negro, como se vê a seguir, na poesia *Prantos*:

Se um dia alegre me sorriu a sorte,
Se n'um transporte o coração bateu;
Porque tão breve, como a flor d'um dia,
Minha alegria se finou – morreu! (REIS, ano 5, n. 106, 7 maio 1885).

Pode-se dizer que, nessa poesia, Maria Firmina, metaforicamente, retrata o tráfico de escravos e a tristeza que os abatia no transporte. Sendo assim, intitular a Biblioteca do CCN-MA como o nome Maria Firmina dos Reis foi coerente para se compreender a função do bem cultural Biblioteca como instrumento expressivo no campo da informação e cultura, disseminada e compartilhada a partir da leitura que busca a democracia, a liberdade de expressão e a contribuição no processo de cidadania do indivíduo.

Desde 1987, ela se encontra instalada na Instituição CCN-MA, ocupando uma das salas do prédio, próxima à segunda entrada de acesso ao mesmo. A Biblioteca está localizada na Rua dos Guaranis, s/n – Barés – João Paulo, na cidade de São Luís do Maranhão e é aberta ao público das 08h30min às 19 h.

Como dito anteriormente, o CCN-MA está localizado no bairro do João Paulo, uma área comercial, com expressivo número de escolas. O local é referenciado por integrar em seu complexo estrutural a “feira do João Paulo”, muito conhecida na capital maranhense e em

outros municípios por oferecer produtos a baixo custo. O mesmo também é conhecido por ser palco de encontro das manifestações folclóricas do Bumba meu Boi, que ocorre no mês de junho em homenagem a São Marçal, nome dado também ao festejo.

Analisando esses fatos, percebe-se que o CCN-MA e a Biblioteca Maria Firmina dos Reis possuem em seu entorno um quantitativo elevado de usuários em potencial. Um universo de sujeitos como os comerciantes, feirantes, escolas, bem como de moradores de onde se encontram o CCN e a Biblioteca. Sendo assim, entender a relação já descrita entre o CCN-MA, a Biblioteca e a relação de ambos com as comunidades é fundamental para compreender um espaço de cultura e informação a serviço da cidadania, o qual se encontra inativa.

Para a construção deste trabalho, optou-se pela pesquisa classificada como descritiva. “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” (GIL, 2002, p.42). As técnicas de pesquisa utilizadas se pautaram em pesquisas bibliográfica, de campo e documental.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.158),

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

Nessa perspectiva, foram utilizadas variadas fontes bibliográficas, como publicações periódicas, no caso, jornais maranhenses como a Pacotilha, O Paiz e O Publicador Oficial; revistas eletrônicas, como Revista Outros Tempos, Revista Espaço Acadêmico, Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Além desses, compuseram a pesquisa bibliográfica obras literárias de autores como Roque de Barros Laraia, Mundicarmo Ferretti, Regina Helena Martins de Faria, Jalila Ayoub, Jorge Ribeiro, Perdigão Malheiro, Luiz Milanesi, Waldomiro de Castro Santos Vergueiro, Idalberto Chiavenato e Carlos Alberto Ávila Araújo. Autores que fomentaram esta pesquisa a partir da correlação de suas teorias com esta pesquisa e os assuntos nela abordados, relação essa a qual denominamos de embasamento teórico.

O acesso a tais fontes bibliográficas se deu a partir dos instrumentos de informação na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão, Biblioteca Central da Universidade Estadual do Maranhão, Biblioteca Pública Benedito Leite, Hemeroteca Digital Brasileira, Hemeroteca Municipal de Lisboa, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, base de dados Scielo e textos literários utilizados durante as disciplinas ministradas em sala de aula, no Curso de Biblioteconomia da UFMA. Todo esse conjunto bibliográfico permitiu a

análise e compreensão de assuntos que se relacionassem à temática desenvolvida neste trabalho.

Outra técnica de pesquisa utilizada na elaboração desta monografia foi a pesquisa documental. “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174).

Sobre a pesquisa documental e bibliográfica, Gil (2008, p. 46) relata que:

Como já foi visto, a pesquisa documental muito se assemelha à pesquisa bibliográfica. Logo, as fases do desenvolvimento de ambas, em boa parte dos casos, são as mesmas. Entretanto, há pesquisas elaboradas a partir de documentos, as quais, em função da natureza destes ou dos procedimentos adotados na interpretação dos dados, desenvolvem-se de maneira significativamente diversa.

A pesquisa documental realizada neste trabalho teve como fonte os arquivos do CCN-MA, nos quais foram coletados dados e informações sobre o Centro com relação à estrutura física, patrimonial e institucional. A partir de documentos como Requerimento, Estatuto, Ata de Constituição de 1980, Decreto de Tombamento nº 9657 de 10 de agosto de 1984, Termo de Comodato e outros foi possível descrever como o Centro de Cultura Negra se configurou e se desenvolveu enquanto instituição jurídica e social, uma vez que a partir da análise desses documentos pôde-se perceber como se deu o processo de transformar um bem, outrora puramente patrimonial, em um simbólico, que se tornou a representatividade do Movimento Negro no Maranhão. Esses dados foram analisados e as informações foram selecionadas sob o critério de atender à necessidade do diálogo descritivo deste trabalho, servindo, dessa maneira, não só como fomento, mas como documentos probatórios dos fatos discutidos e analisados neste.

Para a compreensão da realidade da Biblioteca, a coleta de dados se deu pela pesquisa de campo. Para autores como Laplantine (2003, p. 57), esse tipo de pesquisa só começa a existir no momento em que se percebe que o pesquisador deve ele próprio efetuar em campo sua própria pesquisa, diferente de algum tempo atrás, como diz o mesmo autor, em que a tarefa era dividida entre um observador que coleta as informações e o pesquisador erudito.

Para Marconi e Lakatos, 2003. p. 186), a “Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.” Sendo assim, os autores concordam que é preciso estar *in loco* para compreender os fenômenos que interessam ao pesquisador e que estes só podem sere vistos a partir da relação ambiente, pesquisador e sujeitos da pesquisa.

A pesquisa realizada no Campo Centro de Cultura Negra iniciou-se com a visita técnica na Biblioteca Maria Firmina dos Reis, com o objetivo de fazer o reconhecimento do ambiente e de sua realidade estrutural. Essa observação permitiu, posteriormente, descrever em que estado se encontrava o acervo, os mobiliários, a estrutura física, os recursos humanos e financeiros da Biblioteca. A partir da análise Swot pôde-se compreender que “Serve para analisar os pontos fortes e fracos, e as oportunidades e ameaças de um negócio. Em seguida, o empreendedor pode organizar um plano de ação para reduzir os riscos e aumentar as chances de sucesso da empresa”. (NAKAGAWA, 2011, p. 1). Para as Bibliotecas, essa análise representa melhoria na qualidade dos serviços prestados por ela.

O estar *in loco* trouxe para a autora deste trabalho percepções mais específicas sobre o funcionamento da instituição CCN-MA, detalhes que só o campo proporciona. Buscou-se neste analisar qual a ideia que o CCN-MA tem de Biblioteca, além da relação entre pesquisador e comunidade, esta última formada por usuários real e potencial, localizada ao redor do CCN-MA. Isso proporcionou a verificação, a partir da comunidade, e a relação da mesma com o Centro e o conceito Biblioteca. Tal relação e compreensão do questionamento aqui expostas se deu a partir da aplicação de questionários¹³ com perguntas abertas e fechadas. Os questionários se dividiram em dois formatos, pois os sujeitos da pesquisa são compreendidos como sujeitos distintos, e exigiram questionamentos distintos. Eles são identificados como uma amostra da comunidade e dos militantes do CCN-MA.

A aplicação do questionário para comunidade exigiu tempo e persistência, uma vez que a recusa da mesma em responder aos questionamentos foi bem expressiva, exigindo, assim, um diálogo convincente por parte do pesquisador. A aplicação do questionário ocorreu nos dias 4 de dezembro de 2018, no turno vespertino, e no dia 5 de dezembro de 2018, no turno matutino. Neste, optou-se por questionar um público diversificado.

No que diz respeito aos militantes, os 10 questionários foram entregues no dia 3 de dezembro de 2018, e a coleta do mesmo ocorreu no dia 10 de dezembro de 2018. Salienta-se que, dos 10 questionários, somente 2 foram respondidos, nos quais somente 1 teve todas as perguntas respondidas.

A pesquisa de campo proporcionou identificar fenômenos particulares à instituição. Isso se deu pela observação, coleta de dados, possíveis por meio de aplicação de questionário, e entrevistas, que se caracterizam como um encontro entre duas pessoas em que uma delas busca extrair informações sobre um determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.

¹³ Os questionários aplicados para os sujeitos desta pesquisa (usuários em potencial da Biblioteca Maria Firmina dos Reis e os Militantes do CCN-MA) encontram-se neste, em Anexos A e B.

195). A primeira entrevista ocorreu com o militante do CCN-MA, o Assistente Social Sr. Carlos Sergio Carvalho Ferreira. Esta foi concedida no dia 8 de novembro de 2018. A segunda entrevista ocorreu com a Militante Paula Guterres, no dia 9 de novembro de 2018. Após as coletas dos dados obtidos por meio de questionários, entrevistas, fotos e documentos como o censo demográfico do IBGE, referente ao Maranhão (1960; 1980; 2000; 2010), foi realizada a análise dos mesmos, que tem como objetivo relacionar o fenômeno estudado a outros fatores, e a interpretação busca dar um significado as respostas coletadas. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 168).

Os dados foram coletados a partir da técnica de coleta por amostragem, que é considerada um método eficaz, uma vez que:

De modo geral, os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, o mais freqüente é trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. Quando essa amostra é rigorosamente selecionada, os resultados obtidos no levantamento tendem a aproximar-se bastante dos que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos do universo. E, com o auxílio de procedimentos estatísticos, torna-se possível até mesmo calcular a margem de segurança dos resultados obtidos. (GIL, 2002, p. 121)

Essa amostra permitiu a representação das informações mediante tabelas e gráficos, os quais são apresentados em forma de coluna e buscam descrever e comparar diversas informações. O gráfico de setores, por sua vez, representam dados de um todo em partes. Após essa representação, esses dados foram interpretados.

Com relação à estrutura, este trabalho está organizado em sete sessões. A primeira é referente à Introdução; a segunda, ao Movimento Negro: compondo cenário; a terceira trata das Bibliotecas como lugar de memória; a quarta descreve a metodologia utilizada na pesquisa; a quinta sessão aborda a temática Biblioteca Maria Firmina dos Reis do CCN-MA e o processo de revitalização: orientações e ações; na sexta sessão, sugere-se a proposta de revitalização da Biblioteca Maria Firmina dos Reis do CCN-MA; e na sétima sessão, são feitas as Considerações Finais. Todas as sessões em resumo abordam a temática Movimento Negro e fazem relação com a Biblioteconomia, por meio da Biblioteca Maria Firmina dos Reis. A partir deste estudo, pôde-se concluir que a visão Institucional do CCN é importante para compreender a Biblioteca, seu significado e seus objetivos, evidente que fatores externos, como a economia, inferem nesse processo. Nesta linha, propõe-se a revitalização da Biblioteca, a fim de que a mesma esteja mais próxima da realidade de sua mantenedora, reconstruindo o espaço Biblioteca, sem que isso incorra em grandes gastos, além de buscar nas parcerias já existentes recursos humanos e financeiros. Assim, a revitalização da Biblioteca poderá contribuir com o CCN e a comunidade, no momento em que ela se torna

lugar de memória, cultura, informação democrática e incentivo a uma leitura que desperte o senso crítico do leitor e, assim, torne-se instrumento de fomento na missão do Centro de Cultura Negra.

5 A BIBLIOTECA MARIA FIRMINA DOS REIS DO CCN-MA E O PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO: orientações, ações e proposições

De acordo com o dicionário Aurélio, Revitalização significa a ação que visa reabilitar algo. Neste caso, o algo é a Biblioteca Maria Firmina dos Reis. Para justificar a necessidade do processo para a mesma, recorre-se a citação de Milanesi (1986 p. 18, grifo nosso) onde ele questiona a Biblioteca enquanto uma força de desordem. E, em seguida, ele diz que é preciso ordenar as informações para que se possa desordenar o pensamento. Com essa observação de Milanesi, a priori, busca-se analisar o estado atual da Biblioteca no que concerne sua estrutura física e institucional. Em seguida, o autor vai dizer que é preciso que esse instrumento esteja organizado para que sirva como ator capaz de agir na construção cultural da sociedade a partir da disseminação da informação, e, para tal, ela precisa estar ativa.

O que se percebeu durante a pesquisa de campo é que, mesmo em sua instituição, a Biblioteca Maria Firmina dos Reis (BMFR), que hoje se encontra estática, não possuiu estruturas física e humana que dessem a mesma caráter de Biblioteca. Não havia e não há organização e tratamento da informação, bem como um Bibliotecário, responsável pelas atividades técnicas e humanas nesse espaço. Para tal, foi proposto um projeto de revitalização da mesma, para que ela possa fomentar a Missão da Instituição do CCN- MA. Assim, a revitalização vem dar caráter de atividade, interação entre sociedade e espaço, acessibilidade à informação e transformação da Biblioteca, para que esta seja capaz de inferir na construção do pensamento e da análise crítica do indivíduo, a partir do resgate histórico e da memória. Desse modo, o objetivo dessa ação de reconstrução é permitir que a sociedade conheça e se reconheça, por meio da informação organizada de característica especializada, cuja temática é o negro e sua inserção nos contextos social, político e econômico, do ontem e do hoje, com uma visão no amanhã.

O processo de revitalização se desenvolve a médio e longo prazo, numa perspectiva de sustentabilidade da intervenção, articulando as oportunidades e as vantagens competitivas [...], ou seja, é elaborado a partir da ciência, das funções administrativas, que dão diretrizes e estabelecem prioridades para cada etapa. (MOURA, 2006, p.22).

Sendo assim, para discorrer sobre o Projeto de Revitalização, pautar-se-á nas funções administrativas: Planejamento – Organização - Direção – Controle.

a) Planejamento

De acordo com Chiavenato (2008, p. 341), quando consideradas em um todo integrado, as funções administrativas formam o processo administrativo. Quando consideradas isoladamente, o planejamento, a direção, a organização e o controle constituem

funções administrativas. Segundo Giacobbo (1996, p. 75), o planejamento, dentro desse processo, configura-se da seguinte forma:

O planejamento é a primeira das funções básicas da administração (planejamento, organização, direção e controle), pois serve exatamente de base para as demais funções. O planejamento define onde se pretende chegar, o que deve ser feito, quando, como e em que sequência, gera ações. A organização equaciona a realização das ações. O comando ou direção lidera, motiva, cobra, questiona, acompanha, estabelece o ritmo. O controle define os padrões para medir o desempenho, checka o funcionamento, corrige os desvios ou discrepâncias, garante que o planejamento seja realizado. Assim como as funções administrativas não existem como fim em si mesmas, mas como partes interdependentes e integrantes de um todo chamado processo administrativo, também o planejamento precisa ser entendido como um processo, ou seja, um conjunto de passos e procedimentos combinados e executados em sequência a fim de produzir um resultado.

O planejamento deve estar de acordo com a missão da instituição à qual a Biblioteca está ligada, e, também, à comunidade na qual a mesma prestará serviço. Sobre a função planejamento, Almeida (2005, p.1) enfatiza que “O planejamento consiste em uma importante tarefa de gestão e administração, que está relacionada com a preparação, organização e estruturação de um determinado objetivo. É essencial na tomada de decisões e execução dessas mesmas tarefas”. É nessa fase que se busca responder três questionamentos essenciais para o desenvolvimento da instituição, visando à implementação das metas e objetivos, sendo estes: Onde estou? Para onde vou? E como irei? Essas perguntas estão diretamente ligadas ao planejamento estratégico que surge na década de 60, cuja filosofia é:

[...] a compreensão do ambiente externo, capaz de reagir com rapidez e eficiência às turbulências, incertezas e desafios de uma nova conjuntura caracterizada por mudanças cada vez mais rápidas, complexas e inesperadas. Suas técnicas foram derivadas das ciências militares. (GIACOBBO, 1996, p. 77).

Fatores como política e economia, externas à instituição, agem diretamente na organização física e estrutural da mesma, assim como em sua forma de planejar e executar suas metas e objetivos. Já os fatores internos estão ligados à cultura da instituição, sua realidade.

Como já foi mencionado, objetiva-se aqui propor ações, a fim de tornar a Biblioteca ativa e favorecendo a interação com o usuário da instituição, a partir da disseminação da informação especializada. Neste, consiste-se em atribuir para a Biblioteca um caráter de Biblioteca Especializada, uma vez que sua mantenedora tem um foco definido, que é a ação afirmativa da cultura negra.

Seguindo a estrutura do planejamento, para se compreender onde se está (ambiente Biblioteca), a ideia é que, a princípio, seja realizada uma visita técnica, na qual poderá ser vista a realidade do ambiente. Os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta visita organizacional à Biblioteca Maria Firmina dos Reis consistiram em pesquisa

bibliográfica, com revisão de literatura e pesquisa de campo, que permitirá um comparativo entre teoria e prática, e, por conseguinte, elaborar um diagnóstico para se obter a real noção do estado em que se encontra a instituição.

A visita técnica realizada na Biblioteca Maria Firmina dos Reis ocorreu entre os dias 13 e 16 de novembro de 2018, onde se verificou na mesma, a partir de algumas variáveis descritas, a sua realidade estrutural, como se vê nas subseções, a seguir:

✓ Espaço Físico

A Biblioteca está localizada em uma das salas do CCN-MA, no térreo (corredor ao lado esquerdo da entrada principal do Centro). Ela mede 45,24 m². Possui boa iluminação, paredes bem estruturadas e conservadas e um ambiente arejado, como descreve a imagem fotográfica:

Imagem Fotográfica 1- Espaço Biblioteca Maria Firmina dos Reis



Fonte: Biblioteca Maria Firmina dos Reis (2018).

A partir das imagens, pode-se verificar que, em se tratando de estrutura física, a Biblioteca se manteve conservada, o que dispensa uma restauração. Seu espaço é passível de se organizar um acervo e estruturar o mobiliário sem que afete a circulação do usuário no mesmo. Porém, percebe-se que a mesma não possui nenhuma sinalização, seja visual ou tátil, prevista na norma de padronização para Bibliotecas (ABNT. NBR 9050), as quais estão atentas à questão da inclusão e do direito de acesso e uso da informação por todos, o que leva à busca de padronização das mesmas, a fim de que tais atendam às normas necessárias de acessibilidade, voltadas, principalmente, ao cadeirante e ao cego.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios, a fim de promover acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade

reduzida. Seguindo a lei, a Associação Brasileira de Normas Técnicas instituiu a Norma Brasileira Regulamentadora 9050, que trata da “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”. Diante disso, durante a visita técnica na Biblioteca Maria Firmino dos Reis (BMFR), pôde-se perceber que a mesma não atende a alguns dos requisitos dessa lei, tampouco da NBR 9050, voltados para a Biblioteca, como se vê nas figuras 1 e 2:

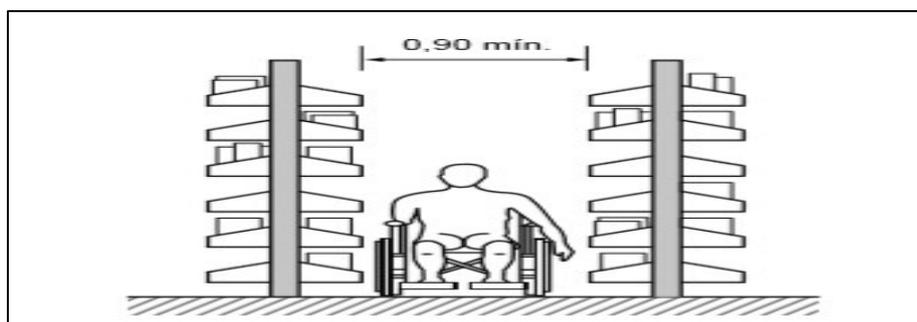
Imagem Fotográfica 2- Espaço físico /NBR 9050



Fonte: Biblioteca Maria Firmina dos Reis (2018)

De acordo com a imagem fotográfica 7, verifica-se como a Biblioteca Maria Firmina dos Reis se relaciona com a Lei nº 10.090 e a NBR 9050, em alguns aspectos que tratam desse espaço. Isso se dá a partir do que diz a norma e a imagem fotográfica da Biblioteca na atualidade. Esse comparativo é observado a partir da figura 2 até a 8, a seguir:

Figura 1: largura livre nos corredores entre estantes de livros

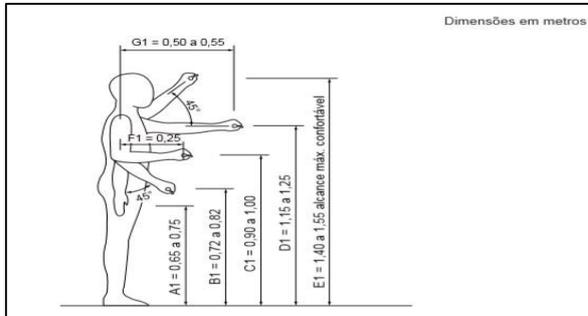


Fonte: NBR 9050 (2015, p. 31)

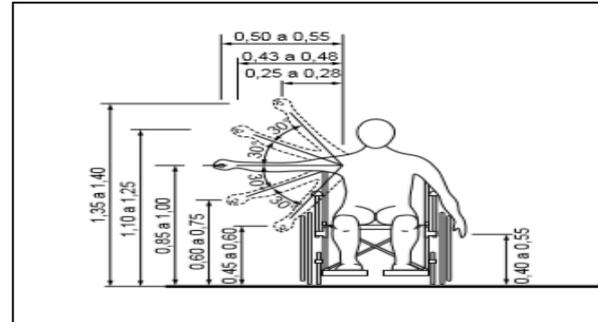
A figura descreve com clareza a distância que deve ter as estantes de livros em uma Biblioteca. Porém, na BMFR, como não há uma organização técnica do ambiente, as mesmas se encontram organizadas em fileiras laterais, não respondendo ao item 10. 16. 3 da NBR 9050, impossibilitando a movimentação e acesso ao acervo pelo usuário. Percebe-se, também, que as estantes nessa Biblioteca sofrem poluição visual devido ao quantitativo de cartazes

pendurados na mesma. Elas não possuem sinalização de informação, identificando o acervo de acordo com sua área do conhecimento, conforme descreve a NBR 9050, no item 5.2.4.1 que trata da sinalização informativa.

Figura 2- Alcance manual frontal/Pessoa em pé Figura 3- Alcance manual lateral/cadeirante



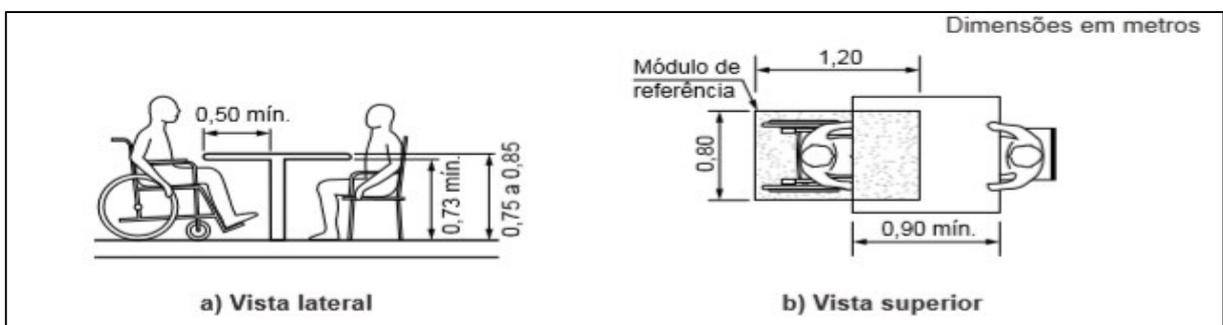
Fonte: NBR 9050 (2015, p. 15)



Fonte: NBR 9050 (2015, p. 18)

O alcance manual, tanto para quem está em pé como para o cadeirante, é o indicador para a padronização do tamanho das estantes, que devem atender ao item 4.6.1 e 4.6.2 da NBR 9050, a qual determina que a altura para alcance de livros na parte de baixo das estantes deve estar numa média de 0,60 m, e alcance acima de 1,40m, atendendo, assim, às necessidades de acesso livre e independente ao acervo por ambos os usuários mostrados nas figuras. As estantes de livros da BMFR tem em média 1,95m de altura e 0,96 m de largura (usa-se a média por haver diferenças na altura e largura das estantes), sendo os livros expostos na parte superior da estante, o que impossibilita ao cadeirante o acesso independente aos mesmos. Essa situação faz com que o cadeirante perca sua autonomia de busca que passa a ser intermediada por outro. Nesse quesito, a Biblioteca está em desacordo com a norma citada.

Figura 4- Mesas para sala de estudo



Fonte: NBR 9050 (2015, p. 119).

De acordo com a NBR 9050 (2015, p. 119), no item 9.3.2.4, “Devem ser asseguradas sob o tampo a largura livre mínima de 0,80 m, altura livre mínima de 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,50 m para possibilitar que as P.C.R. (pessoas de cadeiras de rodas) avancem sob a mesa ou superfície”. Ou seja, é necessário que as mesas da sala de estudo possibilitem

que as P.C.R. possam movimentar suas cadeiras sob a mesa e encaixá-las de acordo com suas necessidades e conforto. Deve-se, também, garantir circulação adjacente com largura de, no mínimo, 0,90 m, segundo descreve a NBR 9050, no item 9.3.3.3. Na BMFR, há somente 1 mesa com 8 cadeiras, cujo tamanho da mesa é de 2,00 m de comprimento por 1,00 m de largura, com altura livre de 0,74 m, o que é correspondente com a NBR citada, permitindo livre acesso do usuário ao mobiliário, usuário esse, cadeirante ou não. Entre a estante de livros e a mesa, o espaço não corresponde ao suficiente para que uma P.C. R. possa circular pela área.

Imagem Fotográfica 3- Corredor e Porta de entrada da Biblioteca Maria Firmina dos Reis



Fonte: Biblioteca Maria Firmina (2018).

De acordo com a Norma Brasileira Regulamentadora 9050, sobre corredores descreve-se que:

Os corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos, conforme 6.12.6. As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são:

- 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m;
- 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m;
- 1,50 m para corredores de uso público;
- maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas, conforme aplicação da equação apresentada em 6.12.6. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 68).

Nesse quesito, a Biblioteca se encontra em conformidade com a Norma, pois seu corredor tem medidas de 1,55m de largura por 15,50m de comprimento, estando dentro dos critérios da NBR 9050 para corredores.

Com relação à porta de entrada, a NBR 9050, no item 6.11.2.6, recomenda que:

As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento, e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,80 m e 1,10

m. Recomenda-se que as portas tenham, na sua parte inferior, no lado oposto ao lado da abertura da porta, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso [...]. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015. p. 71).

Nesse aspecto, a Biblioteca Maria Firmina dos Reis está em conformidade com a norma, pois a mesma tem medidas que correspondem a 0,80 m de largura e 2 m de altura.

A NBR 9050 (2015, p.55) descreve que “Os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado)”. Desse modo, a Biblioteca atende ao que é descrito pela norma.

A Biblioteca Maria Firmina dos Reis encontra-se divergente em alguns aspectos recomendados pela NBR 9050. Um desses aspectos refere-se à sinalização direcional, que trata sobre o piso tátil, tendo este como principal função direcionar o cego à estrutura externa e interna da Biblioteca (item 5.2.4.2), (Item 5.2.6.1), incluindo, aí, símbolos e textos que, de acordo com o item 5.2.9.1.2.1, devem estar em contraste com a superfície sobre a qual ela foi fixada.

A Biblioteca também não atende ao requisito do item 5.2.9.2.4.2, que se refere às informações em braile. Por não estar ativa e atendendo ao público, esse espaço não dispõe de recursos voltados às necessidades de pessoas com deficiência visual e cadeirantes, sendo que se utiliza nesta a simbologia que identifica a acessibilidade do ambiente, símbolos esses evidenciados nas figuras 5, 6 e 7:

Figura 5- Símbolo de indicação de local acessível para cadeirante.



Fonte: NBR 9050 (2015, p. 39).

Figura 6- Símbolo de indicação de local acessível para pessoas com deficiência visual.



Fonte: NBR 9050 (2015, p. 40).

Figura 7- Símbolo de indicação de local acessível para pessoas com deficiência auditiva.



Fonte: NBR 9050 (2015, p. 40).

Imagem fotográfica 4- Espaço Biblioteca / NBR 12693.



Fonte: Biblioteca Maria Firmina dos Reis (2018).

De acordo com a NBR 12693 (1993), o extintor deve possuir sinalização, marcação de piso, parede, coluna e/ou de teto, destinadas a indicar a presença do mesmo. Deve ser instalado de forma que ele não seja obstruído por qualquer outro material. Em acordo com a NBR 12693, a Norma Regulamentadora 23 – NR 23 diz que “Deverá ser pintada de vermelho uma larga área do piso embaixo do extintor, na qual não poderá ser obstruída por forma nenhuma. Essa área deverá ser, no mínimo, de 1,00m x 1,00m (um metro x um metro).” Com relação a isso, a BMF possui sinalização correta para o extintor existente no local.

No que se refere ao espaço CCN-MA, foi avaliada a questão acessibilidade, a partir da NBR 9050 e da análise das áreas descritas nas imagens fotográficas 5 e 6, a seguir:

Imagem Fotográfica 5 – Fachada do Centro de Cultura Negra -MA



Fonte: CCN-MA (2018).

De acordo com a NBR 9050, que trata dos corrimãos, é descrito que:

Os corrimãos de escadas fixas e rampas devem ter sinalização tátil (caracteres em relevo e em Braille), identificando o pavimento. Quando se tratar de escadas ou rampas com largura igual ou superior a 2,40 m, é necessária a instalação de no mínimo um corrimão intermediário, garantindo faixa de circulação com largura mínima de 1,20 m [...] (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 45).

A fachada do CCN-MA, em relação às escadas e rampas, encontra-se em conformidade com a norma, deixando a desejar apenas no que concerne à sinalização tátil.

De acordo com a NBR 9050, em edificações antigas, “quando a construção de rampas nas larguras indicadas ou a adaptação da largura das rampas for impraticável, as rampas podem ser executadas com largura mínima de 0,90m e com segmentos de, no máximo, 4,00 m de comprimento” [...] (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 60). Assim sendo, tanto a rampa da fachada quanto a da entrada principal, descrita na imagem fotográfica 6, estão em conformidade com a NBR 9050 de 2015, pois ambas se enquadram no

padrão de largura mínima de 0,90m e com segmentos de, no máximo, 4,00 m de comprimento descritos na norma.

Imagem Fotográfica 6- Entrada Principal do Centro de Cultura Negra-MA



Fonte: CCN-MA (2018).

É clara a observação de que o CCN-MA e a Biblioteca Maria Firmina dos Reis buscam estar em conformidade com as normas das NBR 9050, NBR 12693 e Norma Regulamentadora 23. É preciso salientar que o prédio é um bem de característica antiga e tombado pelo estado do Maranhão. Sendo assim, é preciso cautela em adequar o mesmo às necessidades estruturais exigidas no século XXI, pois sua estrutura não está propícia a certas alterações, que devem ser feitas para torná-lo apto para atender aos usuários e às particularidades do imóvel.

Além da questão patrimônio imóvel, existe também a questão de recursos financeiros para adequar as estruturas ao padrão indicado como correto pela ABNT, correspondente a ambos.

✓ **Serviços Prestados**

No momento, a Biblioteca não disponibiliza seus serviços, mas se sabe que ela deve oferecer a seu usuário divulgação e comunicação. Dessa forma, os usuários dessa unidade de informação podem ter acesso às informações, atividades e programações da instituição, bem como o cadastro de usuários, que permite a estes a solicitação de serviços da Biblioteca como empréstimo, renovação e devolução de livros.

O cadastro de usuário proporciona à instituição obter informações sobre o mesmo. É a formação de uma relação formal entre ela e seu usuário. Essa interação entre ambos inferirá no comportamento da mesma no que diz respeito à sua prestação de serviços, uma vez que, a

partir do momento que o usuário usufrui do serviço dela, ele também descreve suas preferências e características informacionais.

✓ **Estudo de Usuário**

O estudo de usuário é uma ferramenta fundamental para toda e qualquer organização que anseia está inserida no mercado competitivo e informacional, possibilitando à mesma o atendimento de seus clientes com critérios de “qualidade e satisfação de serviços”.

O estudo de usuário, de acordo com Araújo (2010, p. 6), nasce na cidade de Chicago, devido ao processo de imigração que ocorria naquele período, levando as instituições e os aparelhos sociais, entre tais as Bibliotecas, a se adaptarem a essa nova realidade de público que emergia de várias partes do mundo.

Sobre o estudo de usuário realizado nas Bibliotecas, Silva (2012, p. 104) disserta que:

Entre as décadas de 1960 e 1980 [...] implicava o usuário visto como acessório para identificação de elementos documentais em que o centro de informação era atentado como eixo central (importava pensar de forma central o que e quanto se usa em um centro de informação).

Na década de 1980 [...] os serviços de informação deveriam ser adequados às necessidades específicas dos usuários; a mudança do foco dos sistemas de informação que deveriam ser adequados aos usuários e não mais simplesmente as tecnologias e conteúdos; o foco dos estudos deve ser o próprio usuário.

De acordo com o autor, para que uma Biblioteca possa ser eficaz em sua atividade de atendimento ao usuário, é necessário que ela conheça suas necessidades informacionais, seu comportamento e expectativas com relação a ela. Sendo assim, foi realizado na comunidade do CCN-MA um questionário com perguntas abertas e fechadas, onde o objetivo é traçar o perfil do usuário da Biblioteca, seja ele real ou potencial, buscando relacionar os dados do usuário com a instituição e, desse modo, se pensar em uma forma de prestar um serviço que satisfaça a ambos. De acordo com a amostra coletada (15 sujeitos pesquisados), traçou-se o perfil do usuário em potencial da Biblioteca Maria Firmina do Reis, como:

Com relação à variável sexo, 53% se declararam do sexo feminino e 57%, do sexo masculino. Do total da amostra, 20% são brancos, 13% são pretos e 67%, pardos. Nenhum usuário se declarou amarelo ou indígena.

No tocante ao nível de escolaridade, 27% dos usuários têm Ensino Fundamental, 53% têm Ensino Médio, 13% têm Nível Superior e 7%, Nível Médio incompleto. Quando se questionou se os mesmos frequentam ou já frequentaram uma Biblioteca, 80% deles disseram que sim e 20%, não. Em seguida, foi questionado se nas Bibliotecas em que os mesmos frequentam ou frequentaram houve a participação de alguma atividade por parte deles: 53% responderam que sim e 47% responderam que não.

Sobre o CCN e as atividades e projetos realizados no mesmo, 60% dos usuários em potencial dizem conhecer as atividades e projetos realizados e 40% dizem desconhecê-los. Nessa linha, verificou-se que, dos 60% que conhecem ou já ouviram falar das atividades do CCN, 33% não participam das ações.

Sendo assim, infere-se que os usuários possuem certo desconhecimento sobre o CCN e suas ações afirmativas, e que eles, com relação ao conceito Biblioteca, já possuem um conhecimento prévio sobre o que esta vem a ser, uma vez que relatam ter participado de atividades nesse espaço. Nessa visão, entende-se que a familiaridade que eles têm com esses espaços seria fator favorável para a construção da relação entre eles e a Biblioteca Maria Firmina dos reis.

✓ **Mobiliário e Equipamentos**

Sabe-se que a informação é um bem imprescindível a todos, e que deve ser disseminada de forma democrática e acessível. Partindo desse princípio, a Biblioteca deve prover maneiras de permitir o acesso do usuário tanto ao espaço físico quanto à sua constituição de acervos, mobiliários e equipamentos.

Em se tratando da realidade da Biblioteca Maria Firmina, sobre a questão mobiliário e equipamento, serão descritos, nos quadros 2 e 3, como se encontram quantitativamente, esses recursos:

Quadro 2- Equipamentos Tecnológicos – CCN-MA

DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO
Computador	6
Ar condicionado	4
Impressora	3
Telefone	1
Tv	0

Fonte: CCN-MA (2018).

Sobre aspectos tecnológicos, o CCN possui quantitativo razoável de equipamentos, ressaltando que estes foram adquiridos, a partir de parcerias com empresas.

Quadro 3- Mobiliários e Equipamentos – BMFR

(continua)

MOBILIÁRIO		EQUIPAMENTO/ RECURSO TECNOLÓGICO	
Descrição	Quantitativo	Descrição	Quantitativo

(conclusão)

Estantes	10	Computador	0
Cabine Individual	0	Ar condicionado	1
Mesa para estudo coletivo	1	Extintor de incêndio	1
Armário	3	Impressora	0
Balcão de atendimento	0	Telefone	0
Cadeiras	6	Televisores	0
Conjunto com 3 cadeiras	1		

Fonte: Biblioteca Maria Firmina dos Reis (2018),

O quadro evidencia que a Biblioteca Maria Firmina dos Reis possui mobiliário que responde, quantitativamente, à necessidade dos usuários. Porém, a mesma, com relação aos equipamentos e recursos tecnológicos, possui certa deficiência.

✓ **Acervo**

Para se constituir um acervo, deve-se pensar no processo que é de fundamental importância nessa constituição, a Formação e Desenvolvimento de Coleções, que, por sua vez, deve respeitar a missão da instituição, assim como sua realidade. Sobre essa temática, enfatiza Vergueiro (1989, p. 11-12) que, a partir do final da década de 60 e início da de 70, a Biblioteconomia começa a se preocupar com suas coleções, nascendo, aí, o conceito de Desenvolvimento de Coleções, impulsionado pela explosão bibliográfica, que faz o Bibliotecário repensar sua postura perante o conceito de desenvolvimento, não cabendo mais nesse contexto à acumulação pura e simples do material, e sim, o acesso ao mesmo, mantendo, assim, as Bibliotecas como organismos vivos e atuantes. O desenvolvimento de uma coleção não é algo realizado sem um caráter científico, ao contrário, como parte do planejamento, ele precisa ser estudado, analisado e criteriosamente formulado, a partir da comunidade a quem ele irá servir, trata-se de um processo que, ao mesmo tempo, afeta e é afetado por muitos fatores externos a ele.

O Desenvolvimento de Coleção em uma Biblioteca deve responder as etapas, Seleção, Aquisição, Avaliação e Desbaste.

A etapa da seleção é onde se buscará atender as necessidades reais do usuário e da instituição, assim como controlar a massa documental nesta inserida. Para tal essa etapa terá como base três critérios: o assunto; o usuário; o documento; o preço.

O assunto deve responder a necessidade real da instituição e do usuário, este por sua vez deve ser visto sob a ótica do conceito real e potencial, aquele par quem se deva compor o

acervo. Em relação ao documento a questão está sobre sua representatividade e a linha de pesquisa. No quesito preço, a relação se pauta no custo/benefício, respeitando a realidade financeira da instituição. (VERGUEIRO, 1995).

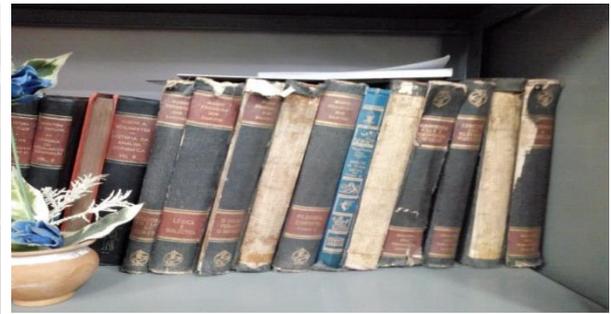
Na Biblioteca Maria Firmina dos Reis, pode-se observar que o acervo está sem uma linha específica de organização, ou seja, não há, até o momento, um critério de seleção que defina esse acervo. Há nesse espaço um acervo cuja maioria dos livros se constitui seguindo a temática “Cultura Negra”. No entanto, nesse espaço também foi evidenciado um acervo de livros paradidáticos (cunho de Biblioteca escolar). Importante salientar que algumas obras desse acervo não satisfazem mais a necessidade do usuário, isso devido a questões como tempo de publicação e estado de conservação do material bibliográfico. A partir das imagens fotográficas 7 e 8, pode-se ver a realidade desse acervo:

Imagem fotográfica 7- Acervo – Biblioteca Maria Firmina dos Reis



Fonte: Biblioteca Maria Firmina dos Reis (2018).

Imagem fotográfica 8- Acervo – Biblioteca Maria Firmina dos Reis



Fonte: Biblioteca Maria Firmina dos Reis (2018).

Deve-se salientar que o processo de seleção não se configura somente a partir do Bibliotecário. É claro que cabe a ele essa competência técnica, mas a questão da interdisciplinaridade traz para esse processo uma decisão coletiva, a partir de, caso preciso for, uma comissão composta por membros da instituição mantenedora e especialistas na área. Com relação a essa questão, vale salientar que a formação do acervo da Biblioteca Maria Firmino dos Reis não corresponde ao que é dito pela NBR 9050, no item que diz que “As Bibliotecas devem garantir recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e serviço de apoio, conforme definido em legislação específica (ver [3] e [7] da Bibliografia). Recomenda-se que possuam também publicações em Braille.” (ASOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015. p. 137).

Em relação a aquisição Segundo Andrade e Vergueiro (1996, p. 6) pode-se dizer que é o momento de obter para composição do acervo todo o documento previamente selecionado. Mas, não é um processo fácil, uma vez que nem tudo que está selecionado, pode estar disponível para aquisição seja ela por qual modalidade for, pois, infelizmente para os

profissionais os títulos não se encontram acenando para eles gritando “olha eu aqui, olha eu aqui” e quase implorando para serem adquiridos.

É preciso que as Bibliotecas façam uma análise de como serão constituídos seus acervos e quais as modalidades de aquisição elas utilizarão para o processo. Além disso, se tal ação se dará pela aquisição, doação, compra, permuta ou por todas as maneiras citadas.

O processo de compra está pautado na gestão financeira da instituição mantenedora, além de uma série de atividades que vão desde o pedido do item até o recebimento deste. Esse processo de compra deve ser algo planejado, que esteja de acordo com os recursos financeiros da Mantenedora, a chamada previsão orçamentária e deve ser feito a partir de licitação ou não, dependendo sempre da realidade da Biblioteca (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 19).

A aquisição por doação ocupa um lugar de destaque no processo de aquisição, isso devido à inconstância de verba nas instituições (ANDRADE; VERGUEIRO 1996, p. 78). Nesse sentido, é importante destacar que, na Biblioteca Maria Firmina do Reis, a maior parte do acervo é constituída pela aquisição por doação, e os grandes contribuintes nesse processo são os militantes do CCN-MA.

No que tange ao processo de avaliação do acervo, busca-se neste mensurar, através de métodos e técnicas científicas, o conjunto de publicações, documentos e materiais que compõem uma Biblioteca, com o objetivo de se constituir um acervo eficiente e eficaz, que possa atender à procura e às necessidades cognitivas de seu usuário. Sobre avaliação do acervo, descreve Miranda (2007, p. 14) que:

Os métodos utilizados para avaliar o acervo são: quantitativos (tamanho e crescimento) e qualitativos (julgamento por especialistas, análise do uso real), em que os resultados são comparados e analisados, assegurando o alcance dos objetivos da avaliação da coleção, garantindo uma melhor qualidade da política de desenvolvimento de coleções.

A avaliação é de fundamental importância para a gestão de uma Biblioteca, a fim de que se possa manter um acervo atualizado, útil e organizado. Como a Biblioteca Maria Firmina está inativa, ou seja, sem uma gestão (Bibliotecário) que possa em conjunto com o CCN-MA desenvolver o método avaliativo, o acervo não pôde ser submetido ainda a tal processo, cujo objetivo é identificar suas forças e fraquezas visando à atualização do mesmo. Nesse item, pode-se dizer que vários são os fatores que interferem na atualização de um acervo, dentre eles está o “Desbaste”, seguido do processo de avaliação, cujo significado é:

É o processo pelo qual se excluem do acervo ativo, títulos e/ou exemplares, partes de coleções; é um processo contínuo e sistemático para conservar a qualidade da coleção, ocorrendo sempre devido à necessidade de um processo constante de

avaliação da coleção [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. POLÍTICA DE DESBASTAMENTO... 2009, p. 10).

Ou, como diz Vergueiro (1989, p. 74), é a retirada de um item da coleção que, às vezes, pode ser definitivo a partir do descarte. Como se sabe, uma Biblioteca precisa se pautar em um planejamento, no qual conste uma política de desenvolvimento de Coleções. A partir desse planejamento, pode-se pensar de forma mais real e organizada em um inventário, uma avaliação ou diagnóstico do acervo, métodos esses capazes de identificar os pontos fortes e fracos do mesmo, e, assim, tomar decisões mais eficazes, pautadas em dados concretos que delineiem a estrutura e composição desse acervo. Mas nem sempre as Bibliotecas possuem uma Política de Desenvolvimento de Coleção como diretriz para as tomadas de decisões, o que não impede que sejam tomadas algumas decisões com relação à atualização do acervo, como, por exemplo, optar pelo processo de desbastamento ligado a vários fatores, dentre os quais serão citados três. O primeiro se refere ao espaço físico que, às vezes, não comporta mais o quantitativo de documentos existentes no acervo e que não podem ser descartados. Nesse momento, é necessário um remanejamento, ou seja, a retirada temporária de um item sem muita procura para dar espaço a novas aquisições. O segundo fator está pautado na atualização do acervo. Após a avaliação, determinam-se quais itens não farão mais parte deste, descartando-os. O descarte é a retirada definitiva do documento do acervo, e é feito, também, mediante a política de Formação e Desenvolvimento de Coleção da instituição. Ele está pautado nos critérios de uso/valor e tempo e, em alguns casos, pode seguir a Política de Desbastamento. O terceiro e último fator está atrelado à Conservação do acervo, que também é um fator relevante para um acervo atualizado em um bom estado de uso. A conservação do acervo vem tanto da questão ambiente, onde esse acervo se encontra, como da forma como ele está fisicamente tratado, sendo integrados, basicamente, aqui, conceitos de higienização e restauração. Esses conceitos estão ligados ao Desbastamento, à retirada do documento do acervo, que acontece, muitas vezes, porque são materiais que, por algumas razões, foram danificados ou pelo mau uso, mau estado de armazenamento ou pelo tempo, e precisam ser restaurados e higienizados, voltando ao manuseio dos usuários com qualidade.

✓ **Processamento Técnico**

O setor de processamento técnico é responsável por toda a parte técnica de processar a informação de forma que ela possa ser recuperada com eficiência. Lá ocorre o tratamento da informação, ou seja, a análise temática e descritiva da mesma.

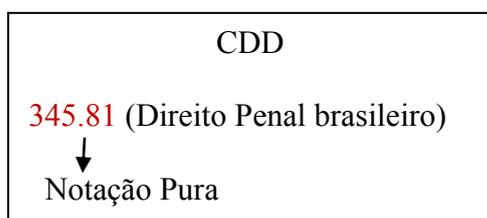
A análise temática consiste em analisar e reconhecer o conteúdo estabelecido no documento. A partir desse processo, pode-se, então, utilizar termos específicos que

representaram e definiram o assunto do mesmo. Nesse momento, emprega-se a indexação, que pode ser conceituada como a operação pela qual se escolhe os termos mais apropriados para descrever o conteúdo de um documento. (GUINCHAT; MENO, 1994, p.175). Momento em que se estabelecem descritores para representá-lo, assim como cabeçalho de assuntos que, posteriormente, serão traduzidos para uma linguagem documental. Nesta, inserem-se a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU).

De acordo com Andrade (2011), a classificação Decimal de Dewey foi desenvolvida em 1876 por Melvil Dewey. Atualmente, é o sistema de classificação bibliográfica mais utilizado em todo o mundo e desde sua criação até os dias atuais passou por várias edições. [...] essa linguagem documentária é muito utilizada em Bibliotecas públicas e escolares, bem como em Bibliotecas especializadas e universitárias devido à sua flexibilidade em representar o assunto. “A CDU é uma linguagem de indexação e recuperação de informação que abrange praticamente todos os assuntos e que pode ser utilizada em acervos que lidem com qualquer tipo de suporte documental”. (CDU, 2007.p.11).

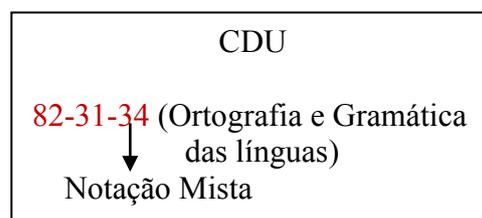
Com relação ao documento e seu assunto, a classificação é representada pelo que se chama de notação, que é a composição da classificação por número e/ou letra. Quando se dá somente por números, diz-se que a notação é pura. Entretanto, quando a classificação é feita por números, letras e sinais, ela é definida como mista. Essa notação somada ao número de Cutter corresponderá ao número de chamada do item, que possibilitará sua recuperação de modo mais preciso na estante e no sistema, como se vê em um exemplo nas figuras 8, 9 e 10:

Figura 8 – Notação Pura



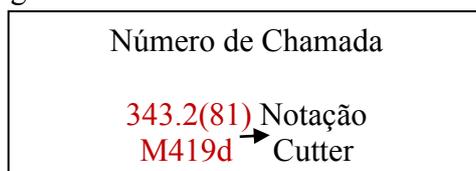
Fonte: A autora (2018).

Figura 9 – Notação Mista



Fonte: A autora (2018).

Figura 10 – Número de Chamada



Fonte: A autora (2018).

A análise descritiva consiste na prática da Catalogação. Sobre tal, Mey (2009, p. 94) diz que a prática da catalogação compreende três questões: a descrição bibliográfica, os pontos de acesso e os dados de localização, que se ligam com o intuito de individualizar o documento. Aquela é responsável pela caracterização do recurso bibliográfico. Os pontos de acesso estão nas responsabilidades e/ou no título. Os dados de localização, por sua vez, limitam-se ao número de chamada. Nessa linha, Conceição diz que:

A catalogação individualiza os itens documentais e os agrupa de acordo com suas semelhanças, além de propiciar ao usuário sua localização no acervo. É composta por descrição bibliográfica e indicação de ponto de acesso.

É feita com base nas seguintes etapas:

- 1) Identificação do tipo de documento a ser descrito;
- 2) Leitura técnica das fontes de informação do documento;
- 3) Descrição bibliográfica;
- 4) Determinação dos pontos de acesso (principais e secundários). (CONCEIÇÃO, 2015, Não paginado).

Um dos padrões adotados na Catalogação é o Código de Catalogação Anglo Americano- AACR2. Ele é dividido em duas partes: a primeira vai do capítulo 1, que trata das Regras gerais de descrição, ao 13, que contempla a Análise. A segunda parte vai do capítulo 21 ao 26. Este está direcionado aos Pontos de Acesso, Títulos Uniformes e Remissivas, mais o Apêndice de A a F e o índice. As áreas da descrição do AACR2, segundo Conceição (2015, Não paginado), são estruturadas da seguinte forma:

- 1 Área do Título e da indicação de responsabilidade
- 2 Área da Edição
- 3 Área dos Detalhes Específicos do Material
- 4 Área de Publicação, Distribuição, data (impreta)
- 5 Área da Descrição física
- 6 Área da Série
- 7 Área de Notas
- Área do Número Normalizado

A Catalogação auxilia a busca e recuperação do documento no sistema de automatização de Bibliotecas, assim como a busca, a partir dos catálogos impressos disponíveis ao usuário. As fichas catalográficas surgem como o produto do processo da catalogação. Mediante essas descrições, pode-se compreender a atividade e a importância do Processamento Técnico e do Bibliotecário dessa área, responsável pelo tratamento do documento, cujo objetivo é possibilitar a busca e recuperação do mesmo pelo usuário. Engloba-se, aí, a Linguagem Documentária Thesaurus, as normas da ABNT (Associação Brasileira de Norma Técnicas). Com relação à Biblioteca Maria Firmina dos Reis, o que se percebe é que os livros não são tratados tecnicamente. Não possuem classificação, não são indexados, nem catalogados de maneira manual (fichas catalográficas) ou pelo processo automático e semiautomático, pois a mesma não é automatizada.

✓ **Projetos e Campanhas**

Os projetos e campanhas são desenvolvidos pelo CCN-MA, e não há nestes a inclusão da Biblioteca. Até a data desta pesquisa, os projetos existentes no Centro são o Vida de Negro, Akomabu e o Akô Erês, voltados às classes menos favorecidas. Tais projetos serão detalhados, posteriormente, neste trabalho.

✓ **Recurso Financeiro e Recurso Humano**

De acordo com o Centro de Cultura Negra-MA (2018, p. 9), em seu Estatuto, a captação de recurso financeiro se dá da seguinte forma:

- I – Verbas de convênios com o Governo Federal, estadual, municipal e outras entidades e direito público, privado e de economia mista.
- II – Verbas relativas a financiamento de projetos específicos de atuações nas áreas social, cultural, educativo, político organizacional, socioambiental e saúde e ambiente.
- III – Verbas de doações ou bonificações de pessoas físicas ou jurídicas nacional ou internacional em concordância com os princípios norteadores da entidade.
- IV – Verbas de contribuições compulsórias ou não dos associados do CCN e realizações de eventos culturais e artísticos.
- V – Verbas oriundas da comercialização de produtos confeccionados pelo CCN.

O CCN, em parceria com universidades, capta também recurso humano, como estagiários da área da Assistência Social, que são cedidos por suas universidades e compõem o quadro de voluntariado do CCN-MA. Parcerias com empresas como a ALUMAR proporcionaram a reforma e ampliação do mesmo, além dos apoios das Secretarias Estaduais de Cultura e Turismo, Educação e Esporte, que propiciaram a captação de recursos para o Centro. Na questão de captação de recurso financeiro a partir da realização de eventos, o CCN aluga o espaço para festas de aniversários e festa de Reggae. No entanto, quanto à Biblioteca Maria Firmina dos Reis, não há no quesito parceria e recurso, nenhum projeto efetivo voltado a ela.

Após a análise técnica que busca perceber a composição do ambiente, passou-se, então, para a visão analítica do mesmo, a partir do que estabelece o modelo de análise conhecido como Matriz Swot, que nos proporcionará conhecer os pontos fortes e os pontos fracos da Biblioteca, assim como as ameaças e oportunidades a que ela está suscetível. De acordo com Silva et al. (2011, p.3), essa ferramenta é fundamental para que as organizações possam ter:

[...] uma visão clara e objetiva sobre quais são suas forças e fraquezas no ambiente interno e suas oportunidades e ameaças no ambiente externo, dessa forma com essa análise os gerentes conseguem elaborar estratégias para obter vantagem competitiva e melhorar o desempenho organizacional.

A análise Swot foi criada por “[...] Kenneth Andrews e Roland Cristensen, professores da Harvard Business School, e, posteriormente, aplicada por inúmeros acadêmicos [...]”

(SILVA et al. 2011, p.2). Essa análise traz a percepção do comportamento da organização mediante o mercado em que ela se insere, possibilitando, se preciso for, melhorias na qualidade do serviço.

Quadro 4 - Análise Swot na Biblioteca Maria Firmina dos Reis

(continua)

MATRIZ SWOT				
Variáveis	Ponto Forte	Ponto Fraco	Ameaças	Oportunidades
Espaço Físico	Amplo; Arejado; Climatizado. Possibilita a locomoção do usuário em geral.	Somente uma porta que funciona como entrada e saída; O espaço não comporta uma área (ampla para desenvolver atividades com crianças; Sinalização inadequada com a NBR 9050; Utilizado para reuniões.	Política econômica do país que se encontra fragilizada, pela instabilidade que se apresenta no mercado mundial; Situação financeira da Instituição CCN.	Parcerias que proporcionem a ampliação da mesma, sem modificação em sua estrutura matriz, haja vista que o prédio é tombado.
Serviços Prestados	Empréstimo de itens para e entre os militantes.	Não há controle de itens que saem do acervo; Não realiza os serviços característicos de uma Biblioteca.	A apatia sobre o estado atual da Biblioteca, que não exerce nenhuma atividade para a comunidade local e/ou não.	Parceria e projetos que visam recurso, e, assim, revitalizar a Biblioteca.
Mobiliário e Equipamentos	Possui um bom quantitativo de mobiliários como estantes, mesa, cadeira, armários e outros.	Alguns mobiliários não estão de acordo com a NBR 9050; Alguns mobiliários já apresentam certo desgaste.	Não há mobiliários específicos para organização do espaço de trabalho do Bibliotecário.	Parcerias que restaurem ou financiem a compra de novos mobiliários. Deslocar mobiliários de outros setores do CCN para a Biblioteca.
Acervo	Há um acervo passível de ser tratado. Ele é constituído de obras cuja temática é de relevância para as pesquisas sobre a história do negro no Brasil e Maranhão.	- Não existe uma política de Formação e Desenvolvimento de Coleção; - Não há tratamento técnico da informação; - Falta de controle do processo de circulação do acervo (empréstimo); - Número expressivo de livros com estado físico comprometido; - Sem padrão de	Política econômica do país que se encontra fragilizada, pela instabilidade que se apresenta no mercado mundial; Recurso financeiro para adquirir novos exemplares de livros.	Parcerias para obter título; Ações que promovam doações de livros (devidamente selecionados)

(conclusão)

		<p>seleção;</p> <p>- Livros e artefatos tridimensionais ocupando a mesma prateleira nas estantes;</p> <p>Acervo em pequeno quantitativo de obras.</p>		
Processamento Técnico	- Como não há um serviço de processamento técnico, tal fato permite que, a partir da revitalização, esse processo seja feito pautado em um padrão específico, facilitando a catalogação dos mesmos em um possível sistema (gratuito) desenvolvido para automação de Bibliotecas.	- Não existe o serviço de processamento técnico da informação.	- Falta de recurso financeiro e humano.	Parceria e projetos que visem recurso humano (Bibliotecário) e financeiro, para realizar as etapas do Processamento Técnico, dentre elas a classificação e a Catalogação.
Projetos e Campanhas	- Os projetos e campanhas desenvolvidos por sua mantenedora podem ser estendidos para a Biblioteca.	- A Biblioteca não interage com os usuários em potencial, aqueles que frequentam o CCN-MA, a partir dos projetos e ações.	- Biblioteca inativa.	- Projeto e proposta de revitalização da Biblioteca Maria Firmina dos Reis.
Recurso Financeiro	-----	-----	- Política econômica do país que se encontra fragilizada, pela instabilidade que se apresenta no mercado mundial;	- Buscar nas parcerias já existentes, como a SECTUR-MA, recursos para a revitalização e manutenção da Biblioteca.
Recurso Humano	- Existência de parceria com a Secretaria de Estado da Cultura.	- Não há Bibliotecário para realizar as atividades da Biblioteca. São os militantes, não Bibliotecários, que atuam na Biblioteca.	- Situação econômica da Instituição CCN;	- Buscar nas parcerias já existentes, como a SECTUR-MA, recursos humanos.

Fonte: Centro de Cultura Negra –MA (2018).

Após a identificação do problema a partir da análise Swot, pode-se, então, pensar em uma proposta de revitalização que atenda à realidade não só da Biblioteca, mas, sobretudo, de sua mantenedora, responsável por arrecadar recursos para ela.

b) Organização

A organização é a função administrativa responsável por estruturar e organizar aquilo que já foi planejado pela instituição, ou seja, é o momento de pôr em prática, transformar em ação o plano.

De acordo com Chiavenato (1987, p. 298), “A organização é uma atividade básica da administração: serve para agrupar e estruturar todos os recursos – sejam humanos ou não-humanos [...]”. É essa função responsável pela divisão do trabalho, isto é, nesse momento são delegadas funções que implicarão em cargos e setores dentro de uma instituição, a fim de que melhor se possam cumprir as etapas que concretizaram o produto desejado pela mesma.

A esse processo de divisão de trabalho chama-se de departamentalização, onde as atividades ali realizadas ao mesmo tempo em que se divide, integra-se, dando a cada setor e indivíduo (as organizações são sociais) responsabilidades de acordo com suas competências técnicas e humanas.

As organizações formais respondem a uma estrutura também formal, hierarquizada, e são geralmente descritas a partir de um organograma que representa com clareza o perfil e o comportamento de tal instituição, assim como suas relações técnicas e sociais.

De acordo com Chiavenato (1987, p.303):

O *organograma* deve permitir a visualização da estrutura do organismo de forma simples e direta. Ele é estático por definição, sendo uma espécie de retrato do esqueleto organizacional da empresa.

[...] O *organograma* é constituído de retângulos (ou quadrados ou círculos) ligados por linhas horizontais e verticais. (grifo do autor)

Na estrutura organizacional, pode-se verificar a razão da existência e funcionalidade da instituição, o que chamamos de Missão. O CCN-MA tem como missão:

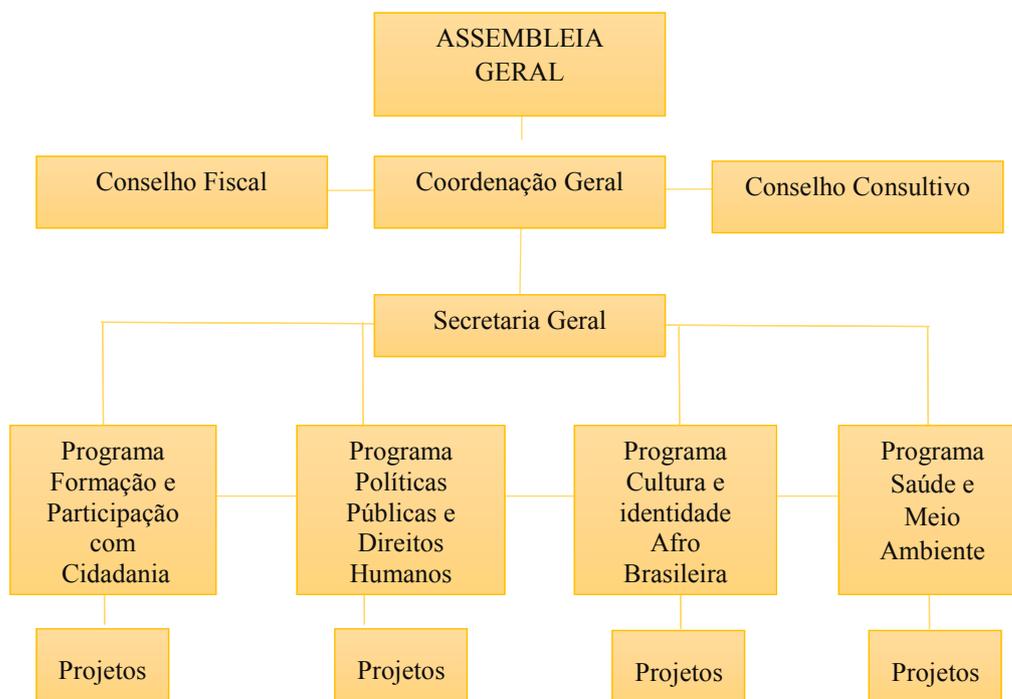
“Conscientização política, cultural e religiosa para resgatar a identidade étnico-cultural e autoestima do povo negro viabilizando ações que contribuam para a promoção de sua organização em busca de cidadania, combatendo todas as formas de intolerância causadas pelo racismo, e promovendo os direitos da população negra do Maranhão”. (CENTRO DE CULTURA NEGRA, 2015? Não paginado).

Em se tratando da Biblioteca Maria Firmina dos Reis, esta não tem em sua estrutura organizacional uma missão estabelecida, que norteie suas atividades. Neste trabalho, na sessão proposta de revitalização, será sugerida uma missão à mesma.

Apesar do CCN-MA não ser caracterizado como uma Organização Formal, isso não o impede de se estruturar hierarquicamente. Sua estrutura atual se dá sob a forma de

departamentalização por função, pois esta relaciona perfil profissional e pessoal com o processo e o produto a ser desenvolvido. Para especificar melhor essa questão, será descrito, a seguir, o organograma criado pelo CCN – MA:

Figura 11 - Organograma – Centro de Cultura Negra.



Fonte: Centro de Cultura Negra, (2018).

O organograma descreve as relações e a hierarquização relacionadas aos programas do CCN-MA. O Programa Formação e Participação com Cidadania é coordenado pela Sra. Josanira Rosa Santos da Luz. Neste, não há um projeto específico, pois o mesmo tem como objetivo oferecer curso de formação para os militantes. O Programa Políticas Públicas e Direitos Humanos é coordenado pela Sra. Ana Amélia Bandeira Barros. Nele, está inserido o Projeto Vida de Negro, auxiliado juridicamente pelos advogados Nonato Masson Mendes dos Santos e Felipe Farias Correia. O Programa Cultura e Identidade Afro Brasileira não possui coordenação, e nele está inserido o Projeto Akô Erês, coordenado pela Sra. Paula Cristina Guterres, além do projeto Akomabu, que não possui uma coordenação, por ser ele desenvolvido por uma comissão. O Programa Saúde e Meio Ambiente não possui nenhum projeto, pois ele se encontra em fase de construção.

É importante ressaltar que, embora a Biblioteca Maria Firmina dos Reis não apareça nessa estrutura organizacional do CCN-Ma, ela foi descrita como instituição que se encontra sob a coordenação do Professor da Universidade Federal do Maranhão, Richard Christian Pinto dos Santos.

Quadro 5- Relação da 15ª Diretoria do CCN-MA (2017-2019)

RELAÇÃO DA 15ª DIRETORIA DO CCN-MA (PERÍODO DE 27 DE SETEMBRO DE 2017 A 27 DE NOVEMBRO DE 2019)		
Militante	Cargo	Profissão
Josania Rosa Santos da Luz	Coordenadora Geral	Administradora
Maria de Fátima Souza Vieira	Coordenadora Geral	Assessora de Marketing
Raimundo Maurício Matos Paixão	Coordenador Geral	Secretário Executivo
Ligia Regina Santos Ferreira	Conselho Fiscal (efetivos)	Pedagoga
Max Linder de Oliveira Pinheiro	Conselho Fiscal (efetivos)	Editor de Vídeo
Carlos Sergio Carvalho Ferreira	Conselho Fiscal (efetivos)	Assistente Social
Luiza Helena Silva Serra	Conselho Fiscal (suplentes)	Assistente Social
Siaca Dabó	Conselho Fiscal (suplentes)	Prof. Universitário Ciências Sociais
Elizabeth Mary Soares de Assunção	Conselho Fiscal (suplentes)	Enfermeira
Luiz Alves Ferreira	Conselho Consultivo	Médico
Maria de Lourdes Siqueira	Conselho Consultivo	Antropóloga
Maria do Socorro Guterres	Conselho Consultivo	Pedagoga
Richard Christian Pinto dos Santos	Conselho Consultivo	Professor
Silvia Cristina Leite	Conselho Consultivo	Assistente Social

Fonte: Ata de Assembleia Geral Ordinária do CCN-MA (2016, Não paginado).

A composição da diretoria do CCN-MA é atualizada de dois em dois anos, quando ocorrem as eleições.

c) Direção

Dentro de uma organização, quando se delega aquele que vai direcionar as pessoas dessa instituição, deve-se pensar, primeiramente, se suas competências profissionais estão em comum acordo com a atividade exercida no local especificado, pois esse critério de seleção acrescentará no objetivo e nas metas da instituição, uma vez que o profissional habilitado para a atividade compreenderá e desenvolverá as atividades com menos chances de riscos e erros nas tomadas de decisões. Sobre essa questão, enfatiza Chiavenato (2008, p. 368-369) que:

A direção é a função administrativa que se refere ao relacionamento interpessoal do administrador com os seus subordinados. Para que o planejamento e organização possam ser eficazes, eles precisam ser complementados pela orientação e apoio às pessoas, através de uma adequada comunicação, liderança e motivação. Para dirigir as pessoas, o administrador precisa saber comunicar, liderar e motivar. Enquanto as outras funções administrativas - planejamento, organização e controle - são impessoais, a direção constitui um processo interpessoal que define as relações entre indivíduos. A direção está relacionada diretamente com a atuação sobre as pessoas da organização. Por essa razão, constitui uma das mais complexas funções da administração. Alguns autores preferem substituir a palavra direção por liderança ou influência. Outros ainda preferem o coaching. A direção é uma função administrativa que se distribui por todos os níveis hierárquicos das organizações. No nível institucional, denomina-se direção, no nível intermediário é chamada de gerência e no nível operacional recebe o nome de supervisão de primeira linha.

É a direção que desenvolverá, em parceria com seus subordinados, o planejamento da instituição. Observando o ambiente interno e o externo à mesma, para que as tomadas de

decisões, em relação aos projetos e planejamento, seja eficiente e eficaz, trazendo retorno e lucro. No caso da Biblioteca, este é mensurado a partir do acesso e uso da informação pelo usuário e seu nível de satisfação, e a direção deve seguir a proposta do ambiente, que deve ser direcionada, ou seja, gestada por um Bibliotecário, profissional responsável e qualificado tecnicamente para atuar nesses locais e gerenciar a informação proveniente na mesma. É ele o gestor/líder que será responsável por motivar sua equipe para que se desenvolvam projetos e ações que atendam à necessidade da comunidade a partir da informação. O Bibliotecário traz em seu Know-how a característica de disseminador e mediador da informação nesse espaço. Diante disso, com relação à mediação realizada a partir da relação Bibliotecário – informação (leitura) – usuário, Raimundo (2007, p. 110, grifo do autor) enfatiza que:

O Bibliotecário é um profissional importante neste processo, embora pouco lembrado. A partir da década de 1990, foi estabelecido um novo papel para esses profissionais através de projetos do Ministério da Educação e Cultura. Também foi revista a função das Bibliotecas públicas e ou escolares as quais deixaram de ser vistas como locais silenciosos e escuros. O Código de Ética Profissional do Bibliotecário, do Conselho Nacional de Biblioteconomia, resolução do CFB nº. 42 de 11 de dezembro de 2001 em seu oitavo artigo regulamenta: *“Art.8º - O Bibliotecário deve interessar-se pelo bem público e, com tal finalidade, contribuir com seus conhecimentos, capacidade e experiência para melhor servir a coletividade.”*

Por intermédio dos Bibliotecários, as Bibliotecas passaram a ser lugar para se contar histórias. Mas cabe ao profissional não ser mais um mero guardador de livros [...].

O Bibliotecário, em suas atividades, é respaldado pela lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão do Bibliotecário e regula seu exercício, como se vê a seguir:

Art. 1º A designação profissional de Bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor.

Art. 2º O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido:

a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas [...]

Art. 5º O certificado de registro ou a apresentação do título registrado será exigido pelas autoridades federais, estaduais ou municipais para assinatura de contratos, termos de posse, inscrição em concursos, pagamentos de licenças ou impôsto para exercício da profissão e desempenho de quaisquer funções a esta inerentes.

Art. 6º São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes:

- a) o ensino de Biblioteconomia;
- b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação.
- c) administração e direção de Bibliotecas;
- d) a organização e direção dos serviços de documentação.

e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência.

Art. 7º Os Bacharéis em Biblioteconomia terão preferência, quanto à parte relacionada à sua especialidade nos serviços concernentes a:

- a) demonstrações práticas e teóricas da técnica biblioteconômica em estabelecimentos federais, estaduais, ou municipais;
- b) padronização dos serviços técnicos de biblioteconomia;
- c) inspeção, sob o ponto de vista de incentivar e orientar os trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro das Bibliotecas;
- d) publicidade sobre material bibliográfico e atividades da Biblioteca;
- e) planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de Bibliotecas;
- f) organização de congresso, seminários, concursos e exposições nacionais ou estrangeiras, relativas a Biblioteconomia e Documentação ou representação oficial em tais certames. (BRASIL, 1962).

Os Bibliotecários, enquanto classe, são representados pelos Conselhos Federal e Regional de Biblioteconomia.

Sobre o Conselho Regional de Biblioteconomia no Maranhão (CRB-13, MA), descreve-se que:

No dia 23 de setembro de 1983, institui-se a Comissão Provisória para criação do Conselho Regional de Biblioteconomia – 13ª Região no estado do Maranhão, cuja primeira presidente foi a Bibliotecária Darcy de Jesus [...]

O Conselho Regional de Biblioteconomia tem como objetivo básico fiscalizar o exercício da profissão de Bibliotecário (a) e contribuir para o aprimoramento da área e de seus profissionais. CRB 13 tem participado de discussões importantes na área, principalmente naquelas que tratam de Bibliotecas, participando da construção do Plano Municipal de Cultura de São Luís com representação no fórum de validação do referido plano [...] (CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA).

O CRB-13, MA, além de ser um órgão fiscalizador, é também um órgão que promove ações e programa, como o II SEMINÁRIO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICAS DO MARANHÃO – II SEDIJUR/MA, ocorrido em dezembro de 2017, que trouxe como tema: “Segurança e preservação da informação e da documentação jurídica nas organizações”. Dentro desse seminário, foram oferecidos minicursos como o de “Preservação de acervos digitais”, importantes para a melhoria na qualidade do serviço oferecido pelo Bibliotecário, pois tais cursos trazem para o mesmo a atualização e inovação na prestação de serviço.

Nesse contexto legal, insere-se também a lei nº 12. 244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das Bibliotecas nas instituições de ensino do País. (BRASIL, 2010). Apesar de seu texto dissertar sobre Bibliotecas nas escolas, tal fato não foge da necessidade da mesma, em outras instituições como o CCN-MA, que, em certos momentos se torna instrumento de pesquisa, servindo, assim, à base escolar. Descrever todo esse aparato jurídico é importante para salientar a importância e legalidade de se ter como gestor de uma

Biblioteca um Bibliotecário, profissional qualificado para desenvolver as atividades relacionadas à mesma.

Relacionando esse contexto organizacional à Biblioteca Maria Firmina dos Reis, descreve-se que em sua constituição esta contou informalmente com a participação de uma Bibliotecária que buscou, na medida do possível, organizar o acervo. Esta realizou o processo de inventário e elaborou uma lista dos livros catalogados. Porém essa listagem não se encontra mais no CCN. Sendo assim, não se pode dizer que a Biblioteca teve em seu histórico a gestão ativa de um Bibliotecário. Suas atividades, em maioria, eram desenvolvidas pelos militantes do CCN-MA, que possui em seu quadro de militantes, profissionais como: Assistentes Sociais, Psicólogos, mas nenhum Bibliotecário.

d) Controle

No princípio da administração (não científica), o controle estava voltado diretamente ao humano, ao comportamento do homem em relação à sua força de trabalho e produção de bens de consumo. Hoje, a administração trabalha o controle voltado para o processo e seus resultados, buscando a melhoria do produto. Maximiano (2000, p. 27) diz que o “Controle é o processo de assegurar a realização dos objetivos e identificar a necessidade de modificá-los”. Ele é percebido na avaliação do produto, quando este está sendo operacionalizado na organização e a partir das relações de consumo, onde o cliente mostra seu nível de satisfação a partir da aceitação ou rejeição, além de contribuir na melhoria do mesmo, a partir de canais de comunicação e relação interpessoal que possibilitam a interação Organização e Usuário. Nas Bibliotecas, esse é o formato do controle: avaliar como o usuário está reagindo a todas as atividades desenvolvidas em prol de atender às suas necessidades no campo informacional. Lembrando que, nesse contexto, as relações interpessoais são peso e medida tanto para mensurar resultados como para promover melhorias na prestação de serviço e na oferta do produto que é a “informação precisa e de qualidade”, cujo julgo dessa precisão e de sua qualidade virá do cliente usuário. Esse controle propicia a instituição perceber as características de seu público e, desse modo, o desenvolvimento mais eficiente e eficaz no atendimento, diminuindo neste a obsolescência do produto, que, por sua vez, poderá ser ofertado em um tempo mais hábil, uma vez que se compreende com exatidão a procura e, assim, pode-se, precisamente, se cumprir a oferta.

A partir dessas descrições permitidas pela visita técnica realizada na Biblioteca Maria Firmina dos Reis do CCN-MA, pode-se fazer um comparativo entre a literatura e a realidade da Biblioteca, reconhecendo sua força e fraqueza. A partir desse reconhecimento, serão sugeridas melhorias para que a mesma possa retornar as suas atividades. Lembrando sempre

que respeitar à realidade financeira da instituição é fator primordial para se propor eventuais mudanças na mesma. Sendo assim, por meio desse olhar, é que na sessão a seguir se descreve uma proposta de revitalização coerente com a realidade do CCN-MA, instituição mantenedora da Biblioteca Maria Firmina dos Reis.

Nas linhas anteriores, trabalhou-se a primeira etapa do processo de revitalização de uma Biblioteca. Para tal, utilizou-se da fundamentação teórica como critério de análise do que apresenta a realidade do “ambiente Biblioteca”. A metodologia utilizada foi pautada em visita técnica (campo de pesquisa), análise documental, registro de imagens do ambiente, seus mobiliários e equipamentos, comparação dos mesmos com a NBR 9050 e a NBR 12693 e entre as funções administrativas planejar, organizar, dirigir e controlar, voltadas à instituição Biblioteca e à realidade da Biblioteca Maria Firmina dos Reis, bem como o estudo da literatura de autores como Vergueiro, que discernem sobre Formação e Desenvolvimento de Coleções. A partir do estar *in loco*, pode-se reconhecer, utilizando as variáveis acervo, mobiliário, espaço físico, recurso financeiro e humano, usuário e serviços prestados, a realidade do espaço, seus pontos fortes e fracos, o que agora proporciona sugerir, utilizando as mesmas variáveis, ações que objetivem a mudança da realidade da Biblioteca, haja vista que foram diagnosticados problemas nas variáveis já citadas. Nas alíneas: a) Missão, Visão e Valores; b) Acervo; c) Cadastro de Usuário; d) Empréstimo de Livros; e) Renovação de livros; f) Busca e recuperação da Informação; g) Processo Técnico; h) Proposta de Regulamento para Biblioteca Maria Firmina dos Reis; i) Captação de recursos para melhoria do ambiente Biblioteca; j) Estantes; k) Mesas de Estudo; l) Balcão de Atendimento; m) Equipamentos Eletrônicos; n) Automação da Biblioteca; o) Gestão; p) Controle; q) Layout – Biblioteca Maria Firmina dos Reis, serão propostas ações, que visam revitalizar a Biblioteca Maria Firmina dos Reis, buscando conciliar a estrutura existente ao que se propõe como característica de uma Biblioteca, com o intuito de que a mesma possa, a partir de sua realidade, interagir com o público. Enfatizando sempre que tais propostas de mudanças serão pautadas na realidade estrutural e financeira de sua Mantenedora, o Centro de Cultura Negra do Maranhão.

a) Missão, Visão e Valores

Para nortear as atividades realizadas na Biblioteca Maria Firmina dos Reis, buscou-se, aqui, primeiramente, propor e criar conceitos que expressem a Missão, Visão e os Valores para a Biblioteca, lembrando que é somente uma proposta desta autora, haja vista que esses itens são de suma relevância para uma instituição, devendo responder à missão da mantenedora. Sendo assim, deve ser discutida e avaliada em um coletivo, onde os militantes

da instituição contribuiriam em acrescentar ou não para a elaboração do texto proposto, sendo que darão seu aval de aprovação e/ou desaprovação do mesmo, pois como militantes do CCN-MA compreendem com mais propriedade a causa.

A Missão do CCN-MA é definida como:

Conscientização política, cultural e religiosa para resgatar a identidade étnico-cultural e autoestima do povo negro viabilizando ações que contribuam com a promoção de sua organização em busca de cidadania, combatendo todas as formas de intolerância causadas pelo racismo, e promovendo os direitos da população negra no Maranhão.

Pautado nesta missão, foi proposta para a Biblioteca Maria Firmina dos Reis a seguinte missão:

Promover o resgate da memória e da história do povo negro a partir da informação organizada e disseminada, gerando a partir do incentivo à leitura conhecimento sobre a questão política, cultural e religiosa relacionada ao negro, como o objetivo de despertar a análise crítica do indivíduo leitor e contribuir assim para o processo de cidadania do mesmo.

A missão proposta tem como finalidade promover ações afirmativas a partir da informação focada no negro.

Com relação à visão da Biblioteca como referência na prestação de serviço, cujo produto é a informação, propôs-se para a mesma “Ser referência e agente de fomento no processo de resgate cultural e de identidade do Afrodescendente a partir da disseminação da informação, estruturada em seu acervo”.

Os Valores propostos para a Biblioteca Maria Firmina dos Reis ficaram, até este momento, definidos como:

1. Disponibilizar um acervo democrático;
2. Respeitar a Missão da Instituição mantenedora (CCN-MA);
3. Promover o acesso e uso da informação de forma democrática, respeitando a ética da profissão do Bibliotecário e os valores humanos.

Os conceitos Missão, Visão e Valores descrevem a cultura organizacional de uma instituição. A missão diz o porquê de sua existência; a Visão diz onde ela pretende chegar (objetivos) e o que pretende ser no mercado em que se insere e os Valores vão descrever sua visão comportamental e ética sobre para quem ela pretende atender.

b) Acervo

Como foi percebido, o acervo da Biblioteca está sem uma linha de atuação: possui muitos livros e periódicos deteriorados, além de publicações que não respondem mais à necessidade de informação da atualidade por haver no mercado publicações que discutem e rediscutem certas temáticas numa perspectiva mais atualizada.

O que se propõe aqui é que a Biblioteca tenha como linha de atuação o trabalho voltado a uma Biblioteca especializada, o que atenderá com eficácia a missão do CCN-MA,

que traz em seu texto a conscientização política e cultural, a fim de resgatar a identidade étnica e cultural do povo negro. Nessa visão, propõe-se:

1. Avaliar o acervo;
2. Realizar o processo de Desbaste;
3. Realizar o Inventário do acervo;
4. Higienizar o acervo;
5. Catalogar no sistema os livros e periódicos que farão parte do acervo. Construir a partir deste um catálogo de autores ou de assuntos para que o usuário possa fazer, manualmente e sem intermediário, a busca e recuperação da informação;
6. Tratar tecnicamente a informação a partir do processo de Indexação e Classificação. Nesta última, sugere-se utilizar a Classificação Decimal Universal- CDU, que atende com mais abrangência às necessidades de uma Biblioteca especializada;
7. Construir uma política de Formação e Desenvolvimento de Coleção;
8. Promover campanhas de doações de livros que atendam à necessidade da Biblioteca;
9. Promover parcerias com escolas e demais instituições com o intuito de arrecadar livros;
10. Agregar ao acervo a literatura infantil e juvenil, visando à interação da mesma com esse público;
11. Agregar ao acervo publicação em braile, livros falados e livros com fontes ampliadas.

Sobre esse último tópico, a Instituição pode fazer parcerias com outras, como a Fundação Dorina Nowil¹⁴, para os cegos, que traz em seu objetivo a inclusão de pessoas com deficiência visual na sociedade, a partir da leitura, como se descreve, a seguir:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma organização sem fins lucrativos e de caráter filantrópico.

Há mais de 70 anos, temos nos dedicado à inclusão social de pessoas com deficiência visual. Uma das formas como fazemos isso é por meio da produção e distribuição gratuita de livros em braile, falados e digitais acessíveis, diretamente para o público e também para cerca de 3000 escolas, Bibliotecas e organizações de todo o Brasil. (FUNDAÇÃO DORINA NOWIL, Não paginado).

As parcerias para a Instituição CCN são importantes na captação de recursos e funcionam como fórmulas para amenizar gastos e poder atribuir a seu conceito o direito de igualdade a todos no quesito acesso e uso da informação.

c) Cadastro de Usuário

O cadastro de usuário corresponde à identificação do mesmo para a Biblioteca. É a relação formal estabelecida entre ambos, uma relação documental que permite o

¹⁴ Disponível em: < <https://www.fundacaodorina.org.br> >.

reconhecimento de seu usuário e o direcionamento de serviços a ele. Ao mesmo tempo, essa relação desenvolve critérios para que o usuário possa fazer usufruto dos itens da Biblioteca. O cadastro de usuário na Biblioteca Maria Firmina, caso esteja automatizada, poderá ser feito pelo sistema Biblivre, que gera uma carteira para o mesmo, identificando-o como indivíduo parceiro legal da instituição com direitos como o de empréstimo, e deveres, como prazos de devolução.

d) Empréstimo de Livros

Antes de descrever sobre o serviço de empréstimo, salienta-se neste que a proposta do perfil da Biblioteca é que ela seja de caráter especializado, sendo que, apesar de seu acervo estar acessível ao usuário em geral, somente os militantes do CCN-MA e os alunos do projeto do Centro poderão realizar empréstimos domiciliares. Aos demais usuários, por sua vez, será permitido apenas a consulta local, lembrando sempre que obras de referência como dicionários e enciclopédias não estarão disponíveis para empréstimos.

e) Renovação de livros

No processo de renovação de livros, deve-se primeiro atentar para o quantitativo de itens disponíveis. Posteriormente, para a necessidade do usuário em apreender o assunto (avaliar a partir de uma média de tempo) e atentar para a questão demanda e procura do livro. Sendo assim, se no acervo da Biblioteca houver apenas um ou dois exemplares de uma obra, deve-se pensar que a renovação de livros deve ser feita pelo usuário cadastrado no máximo duas vezes, seguida do tempo real de empréstimo. Caso a procura por um determinado documento seja grande, deve-se, então, pensar na redução de tempo da renovação, que seria de duas vezes para somente uma.

f) Busca e recuperação da Informação

Uma vez automatizada, a Biblioteca Maria Firmina dos Reis poderá oferecer duas formas de busca e recuperação da informação. A primeira será manual, onde o usuário, por meio do catálogo de assunto e/ou autores, poderá buscar e recuperar a informação que precisa. A segunda seria a automatizada, seguida pela indexação automática ou semiautomática (como descrevem algumas literaturas), que permite, mediante a descritores, fazer a busca e recuperação da informação. Nessa última, a busca seria mediada pelo Bibliotecário, a quem é atribuída, legalmente, a atividade gerencial de uma Biblioteca.

g) Processo Técnico

Com relação ao processamento técnico, propõe-se que este, seguindo a linha de atuação e Biblioteca especializada, utilize como instrumento de linguagem de classificação documentária a Classificação Decimal Universal (específica para Bibliotecas Universitárias e

Especializadas). Como instrumento de descrição bibliográfica, recomenda-se o Código de Catalogação Anglo Americano. Outra proposição que se faz é referente ao uso da Tabela de Cutter (codifica a autoria do documento), instrumento que compõe o número de chamada de um documento. E como norteador no processo de indexação, o Bibliotecário pode fazer uso de instrumentos como: Vocabulário controlado e a Linguagem documentária conhecida como Tesouros.

h) Proposta de Regulamento para Biblioteca Maria Firmina dos Reis

De acordo com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), no regulamento se [...] estabelecem as características de um produto ou dos processos e métodos de produção com eles relacionados, com inclusão das disposições administrativas aplicáveis e cuja observância é obrigatória. É entendido como um ato administrativo normativo, ou seja, ele funciona em uma Biblioteca como um processo de normas e padrões que norteiam suas atividades com o intuito de que os serviços da mesma se deem com critérios de qualidade e satisfação atribuídos ao ambiente e ao usuário.

✓ **Horário de funcionamento**

A proposta é que a Biblioteca funcione das 8 horas da manhã às 18 horas.

✓ **Usuários**

- Para acesso à Biblioteca, os usuários que estiverem portando bolsas, sacolas, pastas e/ou mochilas deverão guardá-los em um armário disponível na Biblioteca para este fim;
- O acervo será de livre acesso, permitindo também ao público externo a consulta local a todos os tipos de materiais;
- A Biblioteca não se responsabilizará por materiais pessoais esquecidos e/ou deixados em suas dependências internas;
- Será expressamente proibido nas dependências da Biblioteca: fumar, portar alimentos e bebidas, utilizar aparelhos sonoros e telefone celular em volume alto;
- Será proibido dobrar ou marcar as páginas, sublinhar ou escrever observações nas obras pertencentes à Biblioteca;
- Será dever do usuário comunicar à Biblioteca qualquer alteração dos seus dados cadastrais: endereço, e-mail e/ou telefone;
- Os usuários devem zelar pelos bens da Biblioteca; os infratores estarão sujeitos a ressarcimento pelos danos causados;
- O usuário poderá fazer consulta local;

- O usuário terá acesso livre ao acervo.
- ✓ **Cadastro de Usuário**
- O usuário deverá cadastrar-se na Biblioteca. Para tal, no momento do cadastro, deve apresentar documentos como: identidade, CPF, comprovante de endereço e dois números de telefones para contato, além de e-mail. Se o usuário for menor de idade, o mesmo só poderá realizar a inscrição mediante a presença do seu responsável que assinará um termo de responsabilidade relacionado a qualquer dano material ocorrido ao objeto emprestado (livro) ao menor;
- A carteira é de uso pessoal e intransferível;
- Para o primeiro cadastro de usuário, será cobrada uma taxa de R\$ 5,00, valor este que será revertido ao material de impressão da mesma;
- Para a renovação da carteira, não será cobrado nenhum valor. Do contrário, para a emissão de uma segunda via (em caso de extravio), será cobrada a taxa acima proposta.
- ✓ **Empréstimo domiciliar**
- O usuário poderá pegar emprestado até, no máximo, 3 livros com autores, títulos e edições diferenciadas;
- O empréstimo é concedido a alunos dos projetos, e, também, aos militantes do CCN-MA, mediante a apresentação da carteira de identificação;
- O empréstimo de livros terá data de duração de sete dias corridos;
- Não poderão ser emprestados TCC's, obras de referência e periódicos;
- Usuário com multa ou com dados cadastrais desatualizados não poderão fazer empréstimos de livros.
- ✓ **Renovação/ reserva**
- O usuário poderá fazer a renovação do livro emprestado no local ou por telefone, informando seus dados e/ou número de cadastro no sistema;
- A renovação poderá ser feita até duas vezes consecutivas. Cada renovação terá como tempo máximo de duração 7 dias corridos;
- Não ocorrerá nesta cadastro de reserva de livros para supostos empréstimos;
- Não poderão ser renovados itens em atraso ou com limite de renovação excedido.
- ✓ **Devolução**
- A devolução deve ser realizada no local e à Bibliotecária, para que esta dê baixa do item no sistema;

- Qualquer pessoa pode devolver o livro emprestado;
 - A devolução de um livro extraviado resultará em punição ao usuário, com o pagamento do valor do item ou com a reposição de um novo livro comprado pelo usuário;
 - A devolução deve estar dentro do prazo estabelecido. Caso contrário, ocorrerá aplicação de multa ao usuário;
 - A multa pela devolução em atraso será contabilizada por dia corrido, a partir do início do atraso, onde, para cada dia e por cada item, será cobrado o valor de R\$ 0,50.
- ✓ **Orientação/ educação dos usuários**

Cabe nesta etapa ao Bibliotecário, instruir o usuário sobre a interação do mesmo com o espaço e o acervo da Biblioteca, por meio das ações abaixo:

- Instruir o usuário a encontrar itens no acervo a partir do número de chamada;
- Instruir o usuário a devolver o item consultado para o mesmo local que foi retirado;
- Instruir o usuário a preservar o ambiente Biblioteca e o acervo;
- Instruir o usuário a ter autonomia na busca da informação a partir dos catálogos disponíveis na Biblioteca.

Nesta proposta de regulamento direcionado à Biblioteca Maria Firmina dos Reis, pretende-se dar uma diretriz para as práticas dos serviços descritos acima. Enfatiza-se, porém, que é apenas uma proposta sugerida neste trabalho, e que a mesma deverá ser avaliada e discutida em conjunto com a coordenação da instituição mantenedora. Um trabalho de visão coletiva entre Bibliotecário e coordenadores do CCN-MA.

i) Captação de recursos para melhoria do ambiente Biblioteca

O CCN-MA, mantenedora da Biblioteca Maria Firmina dos Reis, é uma organização não governamental, que, por meio de parcerias e desenvolvimentos de projetos, busca gerar recursos, sejam eles humanos ou financeiros. Sendo assim, o que se propõe como captação de recursos para a Biblioteca, também, são parcerias. Na página da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão, está disponível a Lei de Incentivo à Cultura, que seria um espaço para a submissão de projetos culturais. Estes, caso sejam aprovados, recebem recursos financeiros para sua implementação. Sobre a lei e suas beneficias, tanto para quem patrocina como para quem é patrocinado, a página descreve:

A Lei Estadual de Incentivo à Cultura é um instrumento de fomento e difusão da produção cultural no Estado, instituído por meio da Lei 9.437, de 15 de agosto de 2011, que se destina ao financiamento de projetos artísticos e culturais, por meio de recursos oriundos da renúncia fiscal do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) a partir do faturamento da empresa patrocinadora.

A Secretaria de Estado da Cultura e Turismo faz a intermediação entre patrocinador e incentivado contribuindo para dinamizar o desenvolvimento cultural do estado. Os projetos que demandam o incentivo são avaliados por uma comissão técnica que analisa as documentações com base nas normas que regulamentam a Lei e parâmetros para a concessão do Certificado de Mérito Cultural – CMC.

Com o Certificado em mãos, o produtor ou a instituição que entrou com o projeto ganha o direito de captar recursos pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura junto às empresas patrocinadoras. As empresas, por sua vez, além de terem o benefício fiscal sobre o valor do incentivo, fortalecem sua imagem institucional apoiando e criando condições para o desenvolvimento da cultura no Estado.

Pode entrar com projeto qualquer pessoa jurídica, com pelo menos um ano de existência. A concessão do CMC destina-se aos projetos que visem à democratização do acesso, divulgação e preservação da memória cultural, bem como ao desenvolvimento de atividades artísticas e as obras em espaços que abriguem atividades artísticas e destinadas à cultura. (MARANHÃO, 2011).

É importante lembrar que as Bibliotecas fazem parte do conjunto cultural do estado, seja qual for seu âmbito, e que elas, dentre tantas outras funções, também são responsáveis pelo resgate da memória de um povo. A parceria com a SECTUR-MA pode ocasionar também a inserção do monumento CCN-NA no circuito cultural promovido pelo mesmo, que serve para fomentar, divulgar e incentivar a produção cultural e artística do estado [...] (MARANHÃO, 2018, Não paginado). Ressalta-se que a Biblioteca do CCN-MA enquadra-se como instituição que promove a cultura do local.

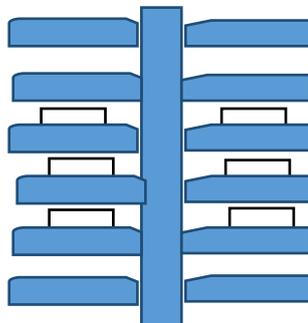
Outras instituições que, a partir de editais e submissão de projetos, oferecem meios e oportunidades para captar recursos financeiros para a Biblioteca, são a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), que tem por objetivo “promover o desenvolvimento humano por meio de pesquisa científica e de inovação tecnológica, atendendo às demandas do setor produtivo e da sociedade em geral”. Em seu Edital nº 002/2019, (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO MARANHÃO, 9 jan. 2019, Não paginado). E o Fundo Brasil de Direitos Humanos, sob o edital 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que tem como missão “[...] promover o respeito aos direitos humanos no Brasil, construindo mecanismos inovadores e sustentáveis que canalizem recursos para fortalecer organizações da sociedade civil e para desenvolver a filantropia de justiça social”. (FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS, 16 jan. 2019, Não paginado).

j) Estantes

As estantes de livros da Biblioteca possuem medidas diferenciadas numa média. Elas possuem 1,95 de altura e, aproximadamente, 0,94 de largura, o que não é compatível à NBR 90 50, que estipula que as estantes devem ter, no mínimo, 1,35 m e, no máximo, 1,40. Esse seria o padrão acessível para o manuseio e alcance de livros nas estantes para todos. Sendo assim, é necessário que, na organização dos livros nas estantes, não sejam utilizadas uma

prateleira da parte inferior da estante e duas da parte superior da mesma, como mostra a figura 12.

Figura 12 – Organização de livros nas estantes conforme a NBR 9050



Fonte: A autora, (2018).

Nesse tipo de organização de livros nas estantes, torna-se possível a utilização das que já existem na Biblioteca, nas quais se reconfiguram totalmente adaptadas ao ambiente em conformidade ao que diz a NBR 9050 que, em seu texto, também propõe a sinalização dessas estantes, ou seja, descrever o acervo por sua área de conhecimento de forma legível.

k) Mesas de Estudo

Há no ambiente Biblioteca uma mesa com medidas de 2 m de comprimento por 1 m de largura, cuja altura do chão em relação à base da mesa é de 0,74m. Esse mobiliário se encontra em conformidade com a NBR 9050. Sendo assim, propõe-se sua permanência no espaço com o objetivo de que a mesma sirva para o estudo coletivo. Porém a Biblioteca não possui cabine de estudo individual. Assim, é proposto que sejam adaptadas ao ambiente ao menos duas cabines de estudo individuais.

Imagem Fotográfica 9 – Mesa de estudo coletivo



Fonte: Biblioteca Maria Firmina dos Reis (2018).

Figura 13– Cabines de estudo individual



Fonte: Google (2018).

l) Balcão de Atendimento

A Biblioteca Maria Firmina dos Reis não possui um balcão de atendimento, e sua mantenedora também não disponibiliza esse mobiliário. Sendo assim, a proposta é que sejam colocadas próximo à entrada da Biblioteca mesas de escritórios que estejam em conformidade

com a NBR 9050, de modo que o Bibliotecário possa realizar o atendimento ao usuário, servindo esse espaço como a primeira relação entre a Biblioteca e o usuário, estabelecendo, dessa forma, o serviço de referência. O CCN-MA possui em seu espaço um bom quantitativo de mesas para escritório, como se percebe na figura 13, sugerindo-se o deslocamento de dois desses mobiliários para a Biblioteca.

m) Equipamentos Eletrônicos

Durante a visita técnica no CCN-MA, foi possível perceber que, em determinados ambientes, há computadores em quantidade expressiva. Somente em um só setor, cinco mesas para escritório, nas quais em quatro havia um computador em cada. Nesse setor, observou-se, também, a presença de 3 impressoras. Pautada nessas informações, sugere-se que seja deslocado para a Biblioteca um computador e uma impressora, uma vez que se percebeu que esses equipamentos estão suscetíveis ao remanejamento. Nesse quesito, sugere-se, também, a inclusão de uma linha telefônica para a Biblioteca.

n) Automação da Biblioteca

Uma vez remanejado um computador para a Biblioteca, é possível automatizá-la. Sobre automação, Viana (2016, p. 45) descreve que:

[...] a automação deve ser pensada sempre da forma mais ampla possível: usar a tecnologia para que máquinas - equipamentos e programas de computador - realizem tarefas de seres humanos[...]o que significa efetivamente usar a tecnologia para realizar os serviços básicos (catalogação, busca e recuperação no catálogo, aquisição e circulação), para os serviços de atendimento ao usuário (entrevistas de referência, solicitação de documentos), para recuperação de informações armazenadas localmente e em provedores remotos (usando catálogos, metabusca, ferramentas de descoberta ou qualquer outra tecnologia), para os processos internos e serviços aos usuários, para a gestão dos funcionários, para controle de uso de equipamentos e de acesso a espaços físicos, segurança, transações financeiras (pagamento de serviços), interações da Biblioteca com todos os seus stakeholders (empregados, usuários, coordenadores, provedores de serviços privados, provedores de informação impressa e eletrônica, Governo...), ou seja, todos os serviços e processos realizados pela Biblioteca, dentro ou fora do seu prédio ou sala.

A automação possibilita a catalogação, a indexação, a busca e recuperação da informação (Sistema de Recuperação da Informação- SRI) com precisão, o que implica em economia de tempo na resposta dada ao usuário.

O processo de automação de uma Biblioteca não é uma atividade simples de ser realizada. É preciso estar atento ao mercado tecnológico e suas demandas, além da necessidade de se ter critérios avaliativos na escolha de um software para a Biblioteca. Sobre tal, enfatiza Café, Santos e Macedo (2001, p.73) que:

A escolha por um *software* que automatize de forma eficiente uma Biblioteca não é uma tarefa fácil. A variedade de opções existentes aliadas às peculiaridades de cada Biblioteca dificulta ainda mais a escolha.

Na verdade, o sistema que realmente responderá às necessidades de automação deverá ser alcançado por meio da *customização*, critério fundamental na escolha de um *software*. (grifo do autor)

A customização corresponde em aliar a necessidade da Biblioteca em ser automatizada respeitando suas realidades financeira e estrutural. No que tange à Biblioteca Maria Firmino dos Reis e sua realidade institucional, o software que se propõe neste trabalho para atendê-la, no quesito automação, é o software Biblivre.

O programa Biblioteca Livre (**BIBLIVRE**) é um aplicativo que permite a inclusão digital do cidadão na sociedade da informação. Trata-se de um software para catalogação e a difusão de acervos de Bibliotecas públicas e privadas, de variados portes.

Por utilizar padrões internacionais de biblioteconomia e possibilitar a comunicação em rede de acervos, o sistema permite ao usuário acessar diferentes Bibliotecas no mundo todo.

O sistema é licenciado como General Public Licence da Free Software Foundation (GPLv3) e foi desenvolvido pela Sociedade dos Amigos da Biblioteca Nacional (SABIN), com apoio da COPPE/UFRJ., no desenvolvimento do projeto nas versões, 1.0 e 2.0.

O projeto foi patrocinado inicialmente pela IBM-Brasil e desde 2007 seu patrocinador exclusivo é o Instituto Itaú Cultural. Sua versão 3.0 possui versões em Inglês e espanhol, além do português, para atender à crescente demanda de utilização do software em instituições no exterior.

Hoje, o **BIBLIVRE** é sucesso em todo o Brasil, assim como no exterior e, por sua extrema relevância cultural, vem se firmando como o aplicativo de escolha para a inclusão digital do cidadão. (BIBLIVRE).

O software é gratuito, logo acessível à Biblioteca Maria Firmino dos Reis e sua mantenedora o CCN-MA. Sua configuração permite:

O **BIBLIVRE** enfatiza as rotinas e sub-rotinas dos principais procedimentos realizados em Bibliotecas, tais como:

- A busca e a recuperação da informação;
- A circulação, mediante o controle do acesso para consulta, a reserva, o empréstimo e a devolução de exemplares do acervo;
- A catalogação de material bibliográfico, de multimídias e objetos digitais, inclusive com controle de autoridades e de vocabulário, e a transferência de registros entre bases de dados;
- O controle do processo de aquisição de novos itens para o acervo.

A interface de administração do **BIBLIVRE** ainda permite a gerência da tipologia de usuários, das permissões de acesso e uso do sistema, das configurações do servidor Z39.50 e das características do programa.

A manutenção do sistema prevê a reindexação das bases de dados e a geração de cópia de segurança.

Há uma relação de relatórios pré-formatados disponíveis para impressão ou gravação gerados pelo sistema.

O programa é, sem dúvida, uma grande contribuição tecnológica alinhada com a filosofia do software livre, que vem ampliando seu espaço diante do software de código fechado. (BIBLIVRE, grifo do autor).

A partir do processo de automação da Biblioteca e do software Biblivre, os serviços prestados pela mesma ganham um caráter mais inovador e tecnológico. Gerenciamento de serviços como empréstimos, devolução, cadastro de usuário, busca e recuperação da informação, cadastro de itens e outros ganham maior qualidade na forma como se presta tais

serviços. Nas Bibliotecas e centros de informação, a automação surge para oferecer um atendimento eficaz e eficiente ao usuário, poupar tempo, aperfeiçoar os processos, atender à demanda, tornar a organização mais precisa e, sobretudo, atender às necessidades do usuário em tempo hábil.

o) Gestão

Já foi discorrido neste trabalho sobre todo o instrumento jurídico (Lei nº 4.084 de 1962; Conselho Federal e Regional de Biblioteconomia) que ampara e garante a legalidade de somente o Bibliotecário ser o gestor das atividades de uma Biblioteca. Por sua formação, é ele quem possui a técnica para executar as atividades que iniciam no planejamento e finalizam na execução das metas e objetivos. Como se viu anteriormente, o CCN-MA possui parceria com a SECTUR-MA. Desse modo, propõe-se a aquele que solicite à Secretaria de Estado da Cultura e Turismo um Bibliotecário para gestar a Biblioteca Maria Firmina dos Reis.

p) Controle

O controle realizado pelo Bibliotecário na instituição será pautado nos serviços que a mesma disponibiliza, bem como na observação desses serviços e se estes estão alcançando a meta desejada pela Biblioteca, ou seja, entender se o produto ofertado aos usuários (Informação) satisfaz às necessidades dos mesmos e se está sendo disseminado com qualidade, onde as variáveis de análise desta se norteiem a partir de variáveis como confiabilidade, precisão, tempo hábil e ações pautadas em relações humanas, cujo objetivo seja tornar o usuário um sujeito ativo no processo de acesso e uso da informação. Essas análises sobre o produto são necessárias para a melhoria do mesmo e do espaço que o serve, neste caso a Biblioteca.

q) Layout – Biblioteca Maria Firmina dos Reis

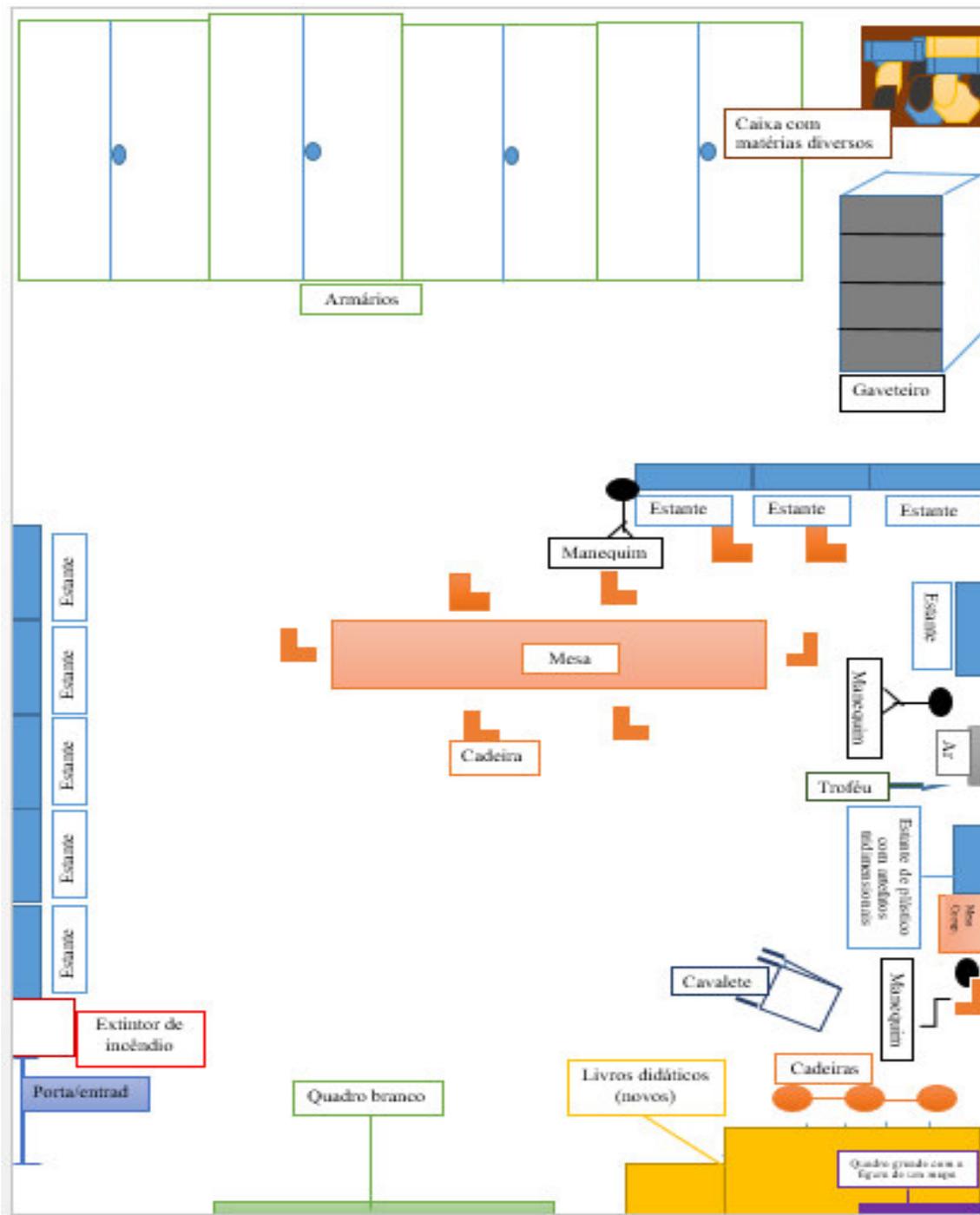
No que tange às proposições, parte do processo de revitalização da Biblioteca Maria Firmina dos Reis é sugerido na figura 15, por meio de um modelo de layout para a mesma. Essa proposta se dá mediante a análise do layout atual da Biblioteca, descrito na figura 14. Sobre layout, discorre-se que:

Um layout planejado corretamente influencia diretamente os custos de produção, produtividade e o prazo de entrega do produto final. Tudo isto influencia o desempenho e competitividade da empresa. O layout é uma ferramenta indispensável para a excelência dos produtos, pois permite eliminar as falhas e desordens que poderiam ocorrer durante todo o processo produtivo, levando a melhorias na produtividade e na distribuição dos produtos, garantindo assim um desempenho que permite criar vantagens competitivas. (FEVEREIRO, 2012, p. 25).

De acordo com o autor, o layout dentro de uma instituição influencia na qualidade e prestação de serviços, assim como na disseminação do produto. Tal fato será ratificado nas

figuras 14 e 15, que descrevem o layout atual e o proposto para a instituição, evidenciando aquele como um fator importante na composição do espaço Biblioteca.

Figura 14 - Layout (atual) da Biblioteca Maria Firmina dos Reis

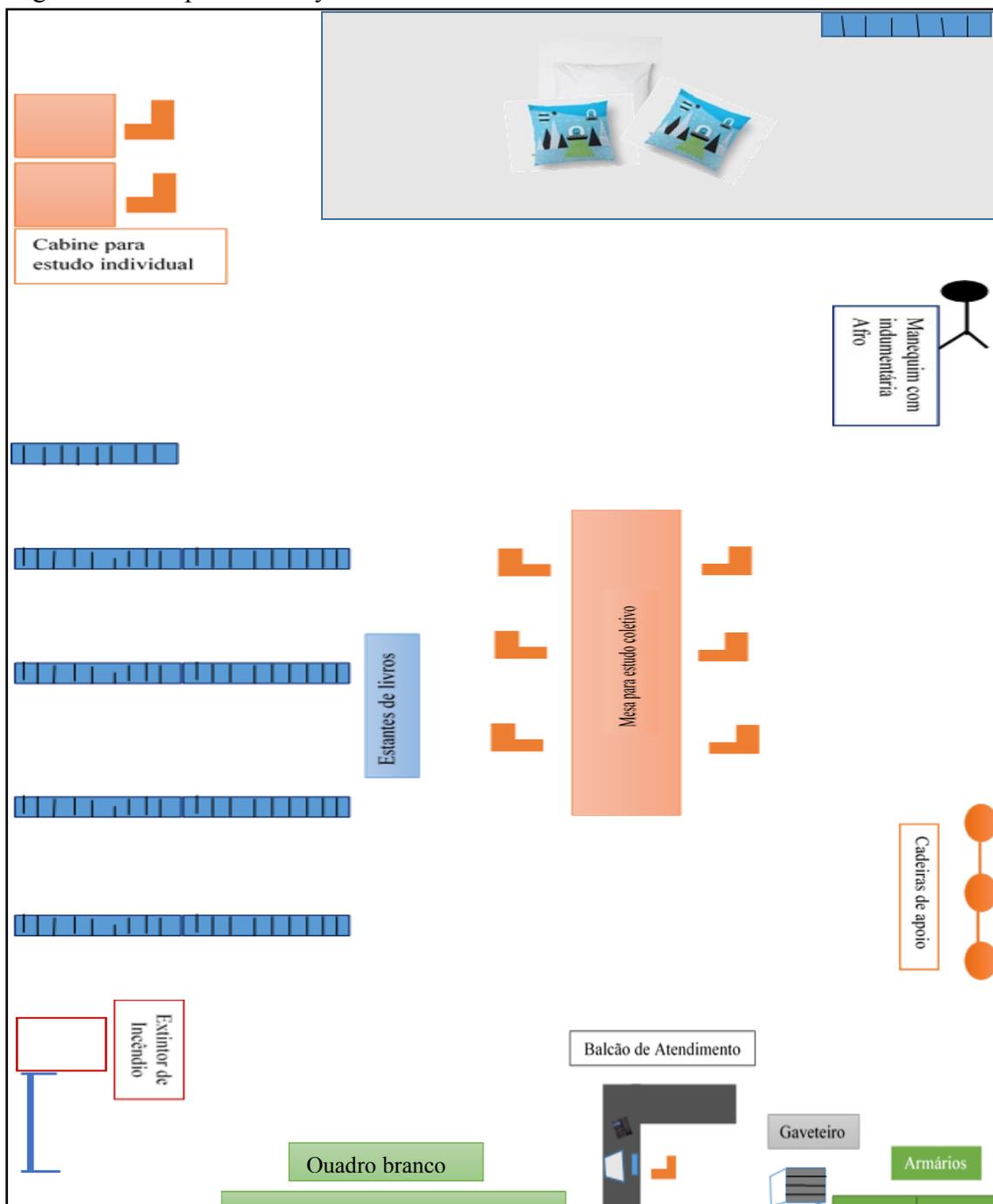


Fonte: Biblioteca Maria Firmina dos Reis (2018).

O que se percebe na figura 14 é um espaço com muitos mobiliários, um determinado acervo não organizado e não tratado. O mesmo contém um excesso de cartazes e artefatos tridimensionais, de mobiliários e caixas arquivos. Essa poluição visual distancia o espaço de

uma concepção de Biblioteca. O ponto positivo deste fica por conta da boa iluminação, da climatização e da área em metros quadrados que possibilita a reestruturação da mesma, como se vê na figura 15.

Figura 15 – Proposta de Layout - Biblioteca Maria Firmina dos



Fonte: Biblioteca Maria Firmina dos Reis (2018).

O layout agora evidencia a estrutura organizada de uma instituição Biblioteca, o que permite a relação organização – informação – usuário, intermediada pelo Bibliotecário.

Mediante tudo o que foi descrito a partir da análise técnica ambiental realizada na Biblioteca Maria Firmina dos Reis, na qual se comparou a realidade da mesma com teorias que discorreram sobre as diretrizes e etapas que seguem os serviços desse espaço, o que se pôde perceber foi que a Biblioteca Maria Firmina dos Reis, mesmo sendo denominada de Biblioteca, ainda se encontra distante de um formato adequado para tal lugar, uma vez que a concentração e formação de acervo não caracterizam uma Biblioteca. Para que ela assim seja, é necessário que disponibilize com eficácia seus serviços. E se sabe que eficácia corresponde à utilização de todos os instrumentos necessários em um processo, cujo resultado seja alcançado. Dentre inúmeros fatores que constituem uma Biblioteca, cita-se a organização e tratamento do acervo e a presença de um Bibliotecário no espaço, o que dá caráter legítimo ao funcionamento da mesma, além de ser este profissional o detentor da competência técnica e humana para gerenciá-la, conforme cita a Lei nº 4. 084, de 30 de Junho de 1962. (Brasil, 1962).

Nessa visão, propôs-se, então, ações que, aplicadas ao espaço, possam dar à Biblioteca Maria Firmina caráter de Instituição formal “Biblioteca”, haja vista que se compreende que um espaço tão importante na sociedade maranhense, como é o Centro de Cultura Negra, cuja motivação e ideologia estão pautadas em combater o racismo e resgatar a identidade do povo negro, que teve em sua fundação a pesquisa como base, ratificando, assim, a importância da informação como instrumento de consciência e liberdade, deve continuar respaldado no conceito informação como instrumento de cidadania, disponibilizando ao povo negro e não negro, uma Biblioteca ativa, com caráter de Biblioteca, que funcione em sua totalidade. Desse modo, resultará em um espaço realmente comprometido com a pesquisa e a disseminação da cultura Afro-Brasileira, aproximando a comunidade de sua mantenedora o Centro de Cultura Negra do Maranhão. Inativa, a Biblioteca não poderá responder como agente cultural, político e social. E para compreender a atual situação da Biblioteca, foram aplicados dois questionários, com perguntas abertas e fechadas, com o intuito de analisar as falas das categorias de sujeitos da pesquisa (Militantes do CCN-MA e os Usuários em potencial da Biblioteca) sobre a relação dos mesmos com o CCN-MA e o conceito Biblioteca. Para essa análise, foram selecionados alguns questionamentos, cujos dados coletados serão apresentados a seguir, a partir das categorias: Militantes do CCN-MA e Usuários em potencial da Biblioteca Maria Firmina dos Reis, como se vê a seguir:

✓ **Categoria - Militantes do CCN-MA (totalizados em 2 sujeitos)**

Os militantes são do sexo masculino, ambos têm ensino superior. Para eles, a informação pode contribuir na Missão da Instituição no momento em que ela se aproxima do

indivíduo negro. Contudo, os mesmos não a descrevem como canal de comunicação entre o Centro e a comunidade, ficando tal fato a cargo de instrumentos, como a televisão e redes sociais.

Com relação ao bloco Afro-Akomabu, como instrumento de preservação e divulgação da cultura negra, ambos o compreendem como um instrumento de cultura e política no combate ao racismo, contribuindo para o resgate da identidade. Afirmam, ainda, que ele dialoga com a comunidade, que compreende o sentido político e cultural do mesmo.

Sobre o conceito “Biblioteca”, um militante a descreve como passível de discussão. Para o outro militante, é um local para guardar livros. Servia para atrair militantes e estudantes e/ou novos militantes interessados na história do movimento negro. O Bibliotecário, por sua vez, é visto pelo militante como aquele que gere, trata e torna a informação acessível, aquele que traz o conhecimento a partir da leitura, sendo, assim, importante por facilitar o acesso aos livros.

Nas falas dos militantes, foi percebida a compreensão da importância da revitalização da Biblioteca para o Centro de Cultura Negra, haja vista que, para um dos militantes questionados, ela pode ser um instrumento de convivência humana e estímulo à autoestima do negro, contando a história do Movimento Negro a partir da visão do opressor. De acordo com o mesmo, no que diz respeito às visitas guiadas realizadas pelo CCN-MA, elas podem ajudar na divulgação dos trabalhos desenvolvidos em prol da discriminação racial, porém fora da instituição.

✓ **Categoria- Usuários em potencial (totalizados em 15 sujeitos)**

Sobre os usuários em potencial, a maioria dos questionados tem de 18 a 30 anos e possuem ensino médio completo. No que tange ao significado do CCN-MA, eles o descrevem como um espaço no qual são realizadas atividades em prol da cultura do negro, evidenciando a noção dos mesmos sobre o espaço. Mediante essa noção, dos 15 usuários em potencial questionados, 8 deles dizem conhecer os projetos desenvolvidos no CCN, e 7 dizem desconhecer. Dos 8 usuários que dizem conhecer os projetos do Centro, 2 já participaram do Projeto Akô Eres, e 3 já tiveram parentes que participaram desse projeto. Quando questionados sobre o conceito Biblioteca, os usuários a reconhecem como sendo um espaço de livros, um lugar de conhecimento e leitura, de pesquisa e estudo. Um mundo em uma sala. Descrevendo que esse conceito não é fruto de uma noção, mas de uma realidade evidenciada. Quando dos 15 usuários questionados, 12 responderam que já frequentaram uma Biblioteca, e destes somente 1 relata não ter participado de nenhuma atividade na mesma. Para eles, a revitalização da Biblioteca Maria Firmina dos Reis é importante e pode contribuir para a

formação de leitores na comunidade, por ser um meio de educação e pesquisa para quem não tem acesso ao livro. (Esta fala serviu como exemplo, por estar em concordância com as demais).

Para alguns usuários, o Bibliotecário é a pessoa que cuida e trabalha em uma Biblioteca, que organiza os livros. Outro usuário descreve o Bibliotecário como sendo um professor, que ajuda a mantê-la limpa e organizada, evidenciando um certo desconhecimento com relação a esse profissional. Mas, em se tratando da Biblioteca como espaço de cidadania, todos os usuários são enfáticos em dizer que a Biblioteca pode contribuir para o exercício da cidadania. Uns dizem que a partir da leitura; outros, que é por meio do conhecimento e da interação social, e um descreve que é mediante a democracia no acesso e uso da informação. Segunda ela, *“tem livros muito caros que a pessoa não tem acesso, tem a internet, mas depende de dinheiro e, às vezes, não temos como pagar”*.

Os usuários também foram questionados sobre a representatividade do bloco Afro Akomabu como instrumento de combate ao racismo descrito pelos militantes, que acreditam que a comunidade compreende essa simbologia expressa por ele em suas apresentações. De acordo com as respostas dos usuários, o bloco Afro Akomabu é definido como uma dança, um bloco de carnaval.

A partir desses dados, pode-se fazer uma breve análise das respostas primeiramente dadas pelos militantes e, logo após, pelos usuários em potencial da Biblioteca. Percebe-se que os militantes, em sua maioria, possuem ensino superior. Para eles, a informação é fator de contribuição na missão do CCN, no momento no qual ela forma leitores e aproxima estes da instituição. Sobre os canais de informação utilizados para a promoção da consciência da raça negra, o que foi descrito pelos militantes é que *“em uma sociedade racista todo instrumento de comunicação e informação é necessário”* para o combate ao racismo. Eles utilizam as redes sociais, rádios, televisões, promovem seminários e rodas de conversa, porém a Biblioteca também é um canal de comunicação, mas não age como tal, talvez pelo fato de que não seja esta a visão dada à mesma. Como diz Milanesi (1986, p. 24), *“A ruptura dessa ordem vai exigir a articulação de uma nova ordem: uma desordem em relação a precedente. Os meios de comunicação e a escola não produzem um discurso de desordem[...]”*. No caso das Bibliotecas, o sistema é formado por sua instituição mantenedora. É ela quem dita as regras, sua visão que norteará a organização, seu andamento e a ideia sobre a Biblioteca e seu objetivo, bem como o discurso sobre o canal de comunicação. Nessa linha, Milanesi discorre que muitos discursos da Indústria Cultural vão ao encontro do discurso pregado pelo sistema e que romper essa linha não é uma atividade fácil, podendo levar a um nível de conflito, pois o

discurso dos meios de comunicação e da escola, às vezes, é alienador, é seguidor de uma ordem de autoritarismo do capitalismo e das necessidades humanas. O indivíduo que age nesses meios, mesmo que em sua essência, opõe-se ao sistema que o norteia e, ainda assim, se vê obrigado a aceitar a ordem do sistema e silenciar a sua e a criticidade do outro. Em entrevista realizada com o Sr. Carlos Sérgio (informação verbal), ele relata que a mídia só os procura em datas comemorativas, como se o CCN não funcionasse o resto do ano. Essa é a mídia que Milanesi chama de alienadora e capitalista e que se distancia da informação como instrumento de uma causa e não de um produto. Essa comunicação e essa mídia de interesses individuais podem ser uma das fontes pelas quais a comunidade, quando questionada sobre o CCN e seu significado, relata desconhecê-lo. Segundo (Milanesi,2002):

[...] a informação passou a ser um bem acessível a todos, funciona como uma alavanca social, mas ela tem um valor e um preço que estão atribuídos a seu crescimento e a necessidade de estratégias de organizá-la com segurança a partir das políticas de informação e posteriormente disseminá-la. Assim ao mesmo tempo que se paga para tê-la se ganha por dá-la. Esse conceito de valor dado a informação influenciará no quadro econômico social, sendo assim aquele que menos tem, menos recebe. Como o conhecimento é fundamental para o desenvolvimento, sem ele cria-se uma clara situação em que a ignorância perpetua a miséria.

Esse valor atribuído à informação foi descrito pelos usuários em potencial, quando descrevem a Biblioteca na formação de leitores como um canal de comunicação eficaz para a informação, cujo acesso é gratuito e, como diz um dos usuários, as redes sociais ajudam, por nem sempre ter disponível recurso financeiro necessário para se fazer uso da internet. E sendo assim, a comunicação não se estabelece mesmo que haja um emissor e um possível receptor, que não passa de ser “possível”, uma vez que não há um canal que permita a comunicação entre eles. Para os usuários, seria a Biblioteca esse canal, democrático por não ser oneroso e por contribuir para a cidadania a partir da leitura e informação. Sobre essa democracia na forma de se disseminar a informação, um dos militantes do CCN, discorre que “nunca haverá informação democrática. Talvez isso não se dê em sua totalidade, mas desprezar o termo democrático do acesso ao livro é determinismo. Vejam-se, na constituição deste trabalho, muitos livros que serviram de fonte para a elaboração do mesmo. Alguns foram emprestados por Bibliotecas, livros cujo custo é alto e que a autora deste trabalho não teria como arcar. Esse mesmo livro é emprestado a outras pessoas com situações financeiras, mais ou menos capital, que divergem a desta autora. Isso não pode ser visto como democrático? Quando vários indivíduos de classes diferentes se beneficiam de um mesmo produto de forma igual pela mesma fonte (empréstimo na Biblioteca)? Além do custo, a diversidade de assunto, de teóricos e teorias, que, algumas vezes, divergem, também não estabelece uma democracia de ideias sobre determinada temática? A Biblioteca fornece essa estrutura de olhar mais amplo, a

partir de várias abordagens sobre um mesmo assunto. Sobre tal, Milanesi (1986, p. 132) comenta que:

[...] Aí é que se pode pensar em desordem. As obras são conflitantes entre si e sendo entre si o serão também com experiências de vida. A contradição leva à desordem, essa que leva o leitor à perplexidade, ao embaraço porque não vê a cômoda coerência. A fusão da imagem e da escrita pode enriquecer a ambas, sugerindo novas correlações e insuspeitas contradições.

Nessa linha, questionou-se então qual o significado do conceito “Biblioteca” e como ela pode contribuir na missão do CCN-MA? De acordo com os militantes do CCN, o conceito de Biblioteca é algo a ser discutido, podendo ser um local para guardar livros, atrativo para o público (usuário real ou em potencial). Na percepção dos usuários, a Biblioteca é um lugar de livros, de informação, de leitura, de pesquisa, como descreve um dos usuários em potencial, é “um mundo em apenas uma sala”. Essa descrição é dada pelos usuários, pois como vimos à maioria já frequentou uma Biblioteca e já participou de alguma atividade, isso dá aos mesmos, a compreensão real do espaço. Pode ser ela um mundo, que precisa funcionar e que, a partir do desenvolvimento de ações culturais, pode tratar a temática negro no Maranhão e no Brasil a partir da leitura com cunho político, com o objetivo de despertar no indivíduo leitor o olhar crítico que se relacione com o ontem e o hoje, onde este possa produzir e não só reproduzir pensamentos, além de difundir a informação sob o olhar político e social, proposto nas ações culturais. Sobre ação cultural, descreve Cabral (1999, p. 39) que:

Além da dimensão educativa, a ação cultural tem também uma dimensão política por estar revestida de um caráter transformador, que visa operar mudanças na realidade. Assim, ao fazer sua opção para atuar como agente cultural, o Bibliotecário deve dar início a um processo de ação cultural emancipatória, de conteúdo ideológico, que propicie a emergência das manifestações culturais do público infantil e adulto [...].

É necessário enfatizar que há uma diferença não só de conceito entre animação cultural e ação cultural, mas também de como ambas acontecem na prática.

Na “ação cultural” o agente prepara as condições e fornece os recursos que propiciem o desenrolar e o avanço da produção cultural, deixando que os membros dos grupos exerçam o papel de sujeitos do processo de criação. Nela o indivíduo é o CRIADOR, e tem autonomia para escolher com ampla liberdade os meios e técnicas que prefere utilizar no ato criativo.

Quanto à “animação cultural”, esta não passa de uma atividade com finalidades de divertir o público e promover formas alienantes de lazer. Nela o agente é o sujeito que cria, conduz e é o ator principal de todo o processo, tratando-se, pois, do oposto da “ação cultural”. É fundamental para o Bibliotecário que pretenda atuar como agente cultural, o entendimento das diferenças conceituais existentes no campo, a fim de que possa adotar aquele mais adequado à finalidade de suas ações. Além disso, deve estar apto para desenvolver um trabalho de caráter interdisciplinar com uma equipe de profissionais de várias áreas, que juntos conduzirão o processo, cada qual contribuindo com seus conhecimentos específicos. Outro ponto indispensável a ser observado pelo Bibliotecário na prática da “ação cultural” é o enfoque do conceito de CULTURA que melhor servirá como referencial para nortear suas práticas e as formas de conduzir seu trabalho como agente. (CABRAL, 1999, p. 41).

Questionado aos militantes como a Biblioteca pode auxiliar nas visitas guiadas realizadas pelo CCN-MA, os mesmos responderam que poderia ser ajudando na divulgação do trabalho do Centro, em prol da discriminação racial, fora da instituição. O CCN-MA está aberto ao público o ano todo, porém somente em dois momentos ele recebe um expressivo número de visitantes (público escolar e outro): primeiro é na Semana do Negro; e o segundo acontece na Semana da Consciência Negra. São nesses dois momentos em que se configura a relação entre os sujeitos públicos e Instituição CCN.

É importante ressaltar que, em alguns casos, o CCN-MA se desloca até as unidades escolares para fazer o que na Biblioteconomia é chamada de animação cultural, que nada tem com o caráter político da cultura descrita na missão da instituição. Como descreveu Cabral, a ação cultural serve para impulsionar o cidadão a questionar onde ele está inserido na sociedade, qual o seu papel e seus direitos. Essa ação cultural é promovida pelo Bibliotecário (agente) e deve ser desenvolvida a partir da etapa do planejamento e elaborada pelas partes responsáveis por tal (Bibliotecário e CCN). Em sua programação, pode constar ações como apresentação de teóricos, que, por meio de palestras, contação de histórias e elaboração de atividades criativas, coloquem o sujeito não como passivo da ação, mas como ativo nesta, promovendo e estimulando, assim, o cognitivo do mesmo para a análise da temática proposta. Como enfatiza Flusser (1983, p.159), uma das tarefas da animação, da ação cultural, animação cultural e Bibliotecária é ativar o cognitivo do homem, pois a Biblioteca também funciona como centro cultural, a partir da cultura literária, agindo sobre um grupo determinado. Esse é um processo que pode ocorrer várias vezes ao ano e que atrairá o público para a Biblioteca.

A ação cultural realizada em uma Biblioteca, pelo agente Bibliotecário, também tem o caráter de promover a memória, nesse caso, a memória coletiva e institucional, assim como dar sentido a determinadas manifestações culturais que perdem sua simbologia para a cultura capitalista, que não se preocupa em informar a razão e o porquê de tal coisa existir e nem como e o que representa o movimento ou o comportamento da manifestação cultural. Vendo o caso do bloco Afro Akomabu (projeto do CCN), questionou-se aos sujeitos da pesquisa: De acordo com o CCN-MA, o bloco Afro Akomabu tem como objetivo a preservação e divulgação da cultura negra. Na concepção dos senhores, o indivíduo que assiste a uma, ou várias, apresentação (ões) do bloco consegue ter essa compreensão da manifestação como um ato político e afirmativo de uma raça? Ele consegue compreender a importância dessa simbologia para a causa do negro?

De acordo com os militantes, o bloco Akomabu é um instrumento de cultura e política, no qual expressam as divindades africanas e afro-brasileiras e de denúncia e luta contra o racismo. Seria um ponto de partida para o resgate de uma identidade. Sendo assim, ambos concordam que o Akomabu cumpre seu papel de agente cultural e mediador na relação de disseminação da cultura Afro entre CCN e comunidade, assim como instrumento de combate ao racismo. Porém, quando a comunidade (usuários em potencial) foi questionada sobre o Akomabu e seu significado, as respostas, em sua maioria, o descrevem como um bloco de dança. Os mesmos não têm a visão de que este seja um instrumento cultural, político e religioso, nem que, a partir de suas canções carnavalescas, abordam temáticas envolvendo o negro na sociedade maranhense. Essa compreensão da causa a que defende o Afro Akomabu se perde em meio à sua caracterização como “dança”. A ação cultural promovida pela Biblioteca Maria Firmina dos Reis poderia fazer o público repensar sobre a manifestação, por meio desse viés político, religioso e de luta contra o racismo. A Biblioteca e o Bibliotecário contribuiriam, assim, para o resgate do objetivo do Afro Akomabu, que é de disseminar a simbologia dos cultos Afro, resgatando a memória cultural do povo negro, informando ao usuário da Biblioteca e, conseqüentemente, do CCN-MA que cada movimento representa o traçar da história do negro africano e afro-brasileiro, que a letra compõe não só uma melodia, mas expressa, sobretudo, uma fala de luta, de resistência e de denúncia. Esses elementos passam despercebidos em meio à euforia do ritmo e da dança.

A partir da leitura na Biblioteca, o Bibliotecário pode despertar o usuário para uma consciência crítica dos significados desses eventos, conforme enfatiza Silva e Bortolin (2006, p. 49-50):

[...] o homem precisa da leitura para se situar no mundo, para usufruir e se utilizar dos mecanismos disponíveis para sua sobrevivência, para se fazer cidadão, para lutar por essa condição. A leitura é imprescindível para que a pessoa possa se apropriar dos mecanismos de opressão da sociedade que visam mantê-la do mesmo modo como está, nada de transformações, de alterações, de mudanças. A sociedade é regulada por leis e, estas, são elaboradas e veiculadas através da escrita. Não só isso, a linguagem empregada é diferente daquela utilizada pelas pessoas para se comunicar. É lógico que isso dificulta seu entendimento, impedindo ou obstaculizando o exercício dos direitos da cidadania. Quando nos apropriamos dessa linguagem, quando entendemos as leis, passamos a ter mais consciência de nossos direitos e podemos exigí-los.

Como relata os autores, a partir da leitura de um acervo que atenda a essa leitura e de um mediador desta, no caso o Bibliotecário, o indivíduo compreenderia que corpo e voz transcrevem fatos e verdades. Falando em Bibliotecário, questionou-se também o que seria o mesmo na visão dos sujeitos da pesquisa. Para os militantes, é o profissional que está atrelado à informação e à disseminação desta, um pesquisador. Porém, com relação a gerir uma

Biblioteca, na concepção de um dos militantes, como ela é algo discutível, pressupõe-se que o Bibliotecário também seja. O segundo militante já o caracteriza como o responsável por gerir os recursos informacionais, apesar de que, quando se questiona sobre o papel do Bibliotecário nas vistas guiadas no CCN-MA, ele vai dizer que este ajudaria na divulgação dos trabalhos da instituição, desenvolvidos em prol do combate à discriminação racial fora da instituição. O Bibliotecário pode, sim, auxiliar na divulgação, na disseminação e no resgate da memória coletiva do povo negro, além da divulgação dos projetos da mantenedora, descrevendo seus objetivos na promoção e divulgação do acervo da Biblioteca. No entanto, esse trabalho compartilhado se concentra na própria Biblioteca, espaço onde ele desenvolve suas atividades, o que, evidentemente, não significa dizer que o mesmo não possa realizar atividades externas à Biblioteca, uma vez que a interação desse profissional com a realidade da comunidade onde ele atua é que configura seu papel social. A descrição de espaço serve apenas para configurar o espaço de trabalho do Bibliotecário, assim como o de outras profissões.

Por fim, questionou-se, então, qual importância teria revitalizar a Biblioteca Maria Firmina dos Reis?

De acordo com os militantes, a revitalização da Biblioteca Maria Firmina dos Reis é importante por ser esta um instrumento de convivência humana e estímulo à autoestima do negro, ou, ainda, por ser esta um meio de contar a história do negro não pelo opressor, mas pelo oprimido. E o Bibliotecário, cumprindo seu papel social de preservação e difusão da informação, deve buscar nas competências técnicas e humanas recursos e instrumentos de apoio que fomentem todo o espaço da Biblioteca Maria Firmina dos Reis, tornando-a não só um espaço de memória e de cultura, mas um ator político dentro da luta de classe do povo negro, sendo capaz de potencializar o pensamento do negro sobre si, seu meio e seu lugar na sociedade atual. Sendo assim, descreve Gomes (2016, p. 748) que:

Desse modo, não podemos descartar a formação continuada, sobretudo de competências, saberes, fazeres e compartilhamento de experiências que potencializam sua competência de atuação como mediador de leitura. A Biblioteca através da seleção de materiais que tenham como foco elencar elementos que centralizam a discussão étnico-racial no viés cultural, histórico, de produção do conhecimento e valorização da oralidade e memória tem o potencial de modificar estereótipos negativos atribuídos aos saberes africanos/afro-diaspóricos.

Sobre a relação dos usuários em potencial da Biblioteca Maria Firmina dos Reis com a questão da importância da mesma está ativa, é dito que:

- ✓ *Contribuiria muito para que as crianças tivessem oportunidade de sair das ruas, onde as famílias pudessem ser apoiadas mais;*
- ✓ *Porque pode ser um meio de educação e pesquisa para quem não tem acesso ao livro;*
- ✓ *Para melhor desenvolvimento no geral;*
- ✓ *Serve de incentivo para toda a comunidade;*

- ✓ *Os jovens de hoje precisam muito aprender a ler e escrever e conversar para não caírem no mundo das drogas;*
- ✓ *Através dela o mundo se abre;*
- ✓ *A leitura é a base para uma educação bem sucedida;*
- ✓ *Por que através dela estarão buscando sabedoria através de livros;*
- ✓ *Porque muitas são as pessoas que precisam de um livro e, às vezes, não têm dinheiro para comprar. A Biblioteca ajuda muito.*

Poderiam ser escritas aqui teorias de diversos autores para discorrer sobre a importância da Biblioteca Maria Firmina dos Reis estar em atividade, nesse caso, estar revitalizada. Entretanto, foi com a compreensão de que nada é mais real do que os relatos dos usuários, que se resolveu, neste trabalho, justificar essa importância por meio da fala dos mesmos. Afinal, eles determinam se uma Biblioteca é importante, pois esta pretende servi-los. Isso porque toda e qualquer instituição deve estar atenta ao seu usuário, ouvir suas necessidades, buscar conhecê-lo, para que se compreendam seus anseios e, assim, buscar desenvolver projetos e ações que saciem seus desejos. Tendo essa compreensão do valor da informação e da relação com o público, a instituição terá como resposta o acesso e uso a seus serviços, e esse é o valor dado ao produto ofertado – o da oferta e da procura. Para finalizar essa discussão, Milanesi (1986, p.8) descreve a narrativa de Monteiro Lobato sobre o seguinte episódio:

Certa ocasião fui a Iguape. Vocês conhecem Iguape? Água por toda parte. [...] Fomos ao hotel e encomendamos o almoço. E o hoteleiro solícito, perguntou: - O que os Srs. Desejam almoçar? Ora em meio a tanta água eu só podia encomendar uma coisa. Peixe. [...] O hoteleiro amável trouxe-nos uma imensa travessa, e dentro dela, duas latinhas de sardinha Brandão Gomes.

O autor é enfático em sua proposição: o que adianta a um faminto ter um rio ou um mar, onde não há peixe para pescar? Assim, uma sociedade carente, antes de tudo, carente de informação, não poderá agir, nem reagir ao sistema, seja ele qual for, caso ela não se reconheça, nem compreenda seu papel dentro de uma sociedade. Como descreve Milanesi, o peixe de uma massa popular é a informação. Sem ela, a massa é vazia, improdutiva e não alimenta.

6 CONCLUSÃO

O contexto histórico brevemente narrado neste trabalho permitiu resgatar um pouco da memória do processo escravista, o grande formador dos conceitos de racismo e desigualdade relacionados, aqui, ao negro, o qual, por um bom tempo, nem humanidade tinha, sendo visto como um bem semovente.

Observa-se, também, que o choque cultural foi o fator preponderante para manipular o negro africano escravizado e caracterizá-lo como um animal. Sendo assim, era preciso que o mesmo se desconstruísse culturalmente, para que, ao menos assim, a imposição aos severos castigos fosse amenizada, haja vista que, a priori, essa realidade cultural pautada no escravismo levava-o ao estado de imobilidade.

Com o fim da escravidão, o que se configura é um povo negro influenciado pelos resquícios da cultura burguesa colonialista, além da mistura de raças. Nesse contexto, a cultura africana propriamente dita ganha novos aspectos, seja na religião, nas manifestações folclóricas, ou, ainda, na forma de ver o mundo e se ver nela. Porém, o modo como o negro é visto não mudou, continuou sob a visão do preconceito racial, que determinava o negro como ser inferior. A partir dessa visão depreciativa dada ao povo negro, identificado como minoria e classe em estado de vulnerabilidade social, é que surgem os Movimentos Negros no Brasil. No Maranhão, esse movimento se consolida com o Centro de Cultura Negra- CCN, que, além de objetivar o combate ao racismo, busca fazer o resgate cultural do povo, agora afro-brasileiro.

O CCN-MA tem, em seu quadro, duas fontes culturais que podem ser usadas como instrumento desse resgate cultural. Um deles é o Akomabu, representante formal, amparado no Estatuto do Centro como fonte e representante da cultura de matriz africana. A outra é a Biblioteca Maria Firmina dos Reis, que se encontra inativa, em situação imprópria para servir como Biblioteca institucional. Seu acervo não está tratado tecnicamente e se constitui de forma mínima, quantitativa e qualitativamente, o que não seria suficiente para atender a uma comunidade tão significativa para o CCN, que busca trabalhar política, cultura, religião e a cidadania do negro maranhense.

Assim sendo, neste trabalho, buscou-se compreender e, em seguida, descrever como a Biblioteca Maria Firmina dos Reis, em atividade, pode contribuir na Missão do CCN. Na construção desta pesquisa, foram identificados alguns fatores curiosos que podem explicar a atual situação da Biblioteca, como se vê a seguir:

- ✓ O organograma atual proposto pela instituição CCN-MA, em sua estrutura organizacional, não descreve a Biblioteca;

- ✓ O Estatuto do CCN-MA, com relação aos objetivos, traz em seu texto a ação cultural, porém nele não se relata a Biblioteca;
- ✓ Quando se questionou sobre os canais de divulgação utilizados pelo CCN-MA para promover seus projetos e atividades, a Biblioteca não foi citada;
- ✓ Questionados (CCN) sobre o conceito “Biblioteca”, a resposta foi que a mesma é algo a ser discutido.

A partir desses fatores, infere-se que uma das causas e, talvez, a mais significativa, da Biblioteca Maria Firmina dos Reis está inativa é o olhar que se teve ou ainda se tem, por parte de alguns, sobre ela. Isso se justifica pelo conceito que foi dado à mesma. Uma Biblioteca, principalmente institucional, não funciona pautada em um olhar, mas por meio de uma visão organizacional e estruturada, onde se compreende o espaço como lugar de memória, de cultura, a partir da informação, da leitura e de um mediador com habilidades técnicas e profissionais para administrá-la, a fim de que a mesma possa ser dinâmica e contínua.

A ausência de um (a) Bibliotecário (a), dentro das unidades Bibliotecas, é o grande motivo pelo qual elas não respondem ao propósito de servir como instrumento de informação e formação, de cultura e de cidadania, formando leitores críticos a partir de um acervo vivo e circulante. Porém, muitos não a veem assim. Essa é uma problemática que a Biblioteconomia, bem como o Bibliotecário tem tentado transformar ao longo do tempo. “As Bibliotecas vêm se tornando espaços de conhecimento, cujo reconhecimento social tem aumentado significativamente.” (VALENTIM, 2016, p. 19). Esse reconhecimento foi descrito na visão dos usuários que conceituam a Biblioteca com termos como: pesquisa, leitura, informação democrática e fonte de conhecimento. Mas, como foi relatado, esse não é o olhar de um todo. Em 2018, as alunas do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão foram convidadas a fazer parte de um projeto realizado pelo CCN-MA, cujo objetivo é revitalizar a Biblioteca Maria Firmina os Reis. Nessa proposta, o primeiro passo foi a captação de recurso financeiro, pois se sabe que este é outro fator que incide na Biblioteca inativa. A pretensão com essa verba seria, dentre muitas, a de ampliar o espaço, a fim de que se pudesse criar um espaço para as crianças, os futuros atores sociais; aumentar o acervo, bem como investir em instrumentos para tratá-la tecnicamente. Com o objetivo de arrecadar esses recursos, em agosto de 2018, elaborou-se, então, um projeto para a mesma, o qual foi submetido ao Fundo Brasil de Direitos Humanos, sob o edital “Enfrentando o Racismo, a partir da base: mobilização para defesa de direitos”, com o intuito de investir no processo de revitalizá-la. Nesse documento, um item bem evidenciado foi o acervo e sua constituição, no qual foi elaborada e submetida ao projeto uma lista de livros físicos com assuntos voltados a temática

‘negro’, além de uma lista com sugestão de mobiliários e equipamentos para a Biblioteca. No entanto, o projeto não foi escolhido. A questão do profissional ficaria a cargo do CCN, lembrando que o mesmo já possui parceria com a SECTUR-MA, responsável juridicamente pelas Bibliotecas estaduais e pelos recursos voltados a elas.

Com a negativa do projeto, buscou-se neste uma proposta de revitalização que atendesse e respeitasse a realidade financeira da instituição mantenedora, além de tornar o processo possível de ser realizado, haja vista que a nova estrutura dada pela proposta tentou ao máximo utilizar recursos já existentes no espaço.

Somente a questão ‘Bibliotecário’, responsável por gerir a Biblioteca, segundo a Lei nº 4.084, de 30 de julho de 1962, que dispõe sobre a profissão do (a) Bibliotecário (a) e regula seu exercício, é que continuou sendo uma questão de parceria como já mencionado. Ressalta-se que a SECTUR-MA, em sua página na Internet: <http://www.sectur.ma.gov.br/>, disponibiliza a Lei de Incentivo (Lei Estadual 9.437, de 15 de agosto de 2011) à Cultura, na qual são abertos espaços para propostas de projetos culturais, com a finalidade de captar recursos para os projetos aprovados.

Diante disso, percebe-se que revitalizar a Biblioteca Maria Firmina dos Reis, mesmo não sendo um processo fácil, é algo possível. É, ainda, um processo importante para o CCN-MA, pois como lugar de memória, ela resgatará a história e a cultura do povo negro, a partir da informação, da leitura e de um acervo afrocentrado, ou seja, que responda à ideologia de se ver a história do negro, contada por ele próprio. Para tal, sugere-se que a Biblioteca tenha um caráter especializado. Nessa visão, a Biblioteca e o Bibliotecário agiram não somente sob o aspecto cultural, mas também sob o aspecto social, uma vez que estes estão atentos à dinâmica social. Sendo assim, a Instituição poderá não só preservar, mais difundir a informação étnico-racial, promovendo ações culturais que despertem a consciência crítica e que levem o indivíduo a mudar, caso seja preciso, sua visão de mundo, sua realidade. A ação cultural desenvolvida na Biblioteca poderá contribuir na divulgação do objetivo, da missão e dos projetos realizados por ela e sua mantenedora. Como fonte de informação, ela servirá de base para pesquisadores e usuários em geral, por meio de um acervo vivo. Como bem cultural, ela poderá informar ao usuário -leitor acerca das manifestações folclóricas da cultura afro-brasileira, a partir de instrumentos como a animação cultural.

A relação entre a Biblioteca e o Movimento Negro contribui para o diálogo dentro de uma visão positiva pautada na informação e no conhecimento, duas bases fundamentais para o construto da dignidade e cidadania. A Biblioteca é um ator social, capaz de dialogar com a

comunidade negra e não negra, sob a ótica da política, da história, da memória e da cultura, partindo, como descreve Gomes (2016), da visão centrada no próprio negro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Vanessa Kern de; INÁCIO FILHO, Geraldo. A educação moral e cívica: doutrina, disciplina e prática educativa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.24, p. 128, dez. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4955/art11_24.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.
- ALMEIDA, Maria Cristina Barbosa. Planejamento: uma introdução. In: _____. **Planejamento de Bibliotecas e serviços de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2005. p. 1.
- AMADO, Jorge. **Jubiabá**. São Paulo: Círculo do Livro, [1983?]. p. 116-117.
- ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 1996. p. 19.
- ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 1996. p. 78.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Abordagem Interacionista de estudos de usuários da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 6, set. 2010. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/3856/3403>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- ARAÚJO, Maria Raimunda. **Centro de Cultura Negra do Maranhão 1979 – 1984**: breve histórico, estrutura, relatório de atividades. São Luís, 1984. Não paginado.
- ARAÚJO, Raimundo Inácio de Souza. **O reino do encruzo**: história e memória das práticas de pajelança no Maranhão (1946-1988). Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12693**: Sistemas de proteção por extintores de incêndio. Rio de Janeiro, 1993.
- _____. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. 148p.
- BABAÇU industrializado em Pinheiro. **JORNAL DO MARANHÃO**: Semanário de Orientação Católica. São Luís, ano 36, n. 1834, 13 jun. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112135&PagFis=4788&Pesq=Sudam>. Acesso em: 15 out. 2018.
- BENEDICT, Ruth, 1887-1948. **Padrões de cultura**. Tradução de Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p.11. (Coleção Antropologia). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4411098/mod_resource/content/1/Padr%C3%B5es%20de%20Cultura.pdf. Acesso em: 1 dez. 2018.
- _____. **O Crisântemo e a Espada Padrões da Cultura Japonesa**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. p. 19. Disponível em: https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4988/BENEDICT._O_crisA_ntemo_e_a_espada.pdf. Acesso em: 1 dez. 2018.

BIBILIVRE. Disponível em: < <http://www.bibilivre.org.br/index.php>. Acesso em 27 nov. 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL. (BRASIL). Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobrebn/historico>. Acesso em: 9 Maio. 2017.

BOLETIM Informativo Zumbido. IN: Movimento Negro Unificado de Pernambuco: **Documentação sobre a História dos Movimentos Negros de Pernambuco no acervo do MNU-PE**. ano 1, n. 1, nov./dez. 1982. Disponível em: <http://culturadigital.br/mnupe/2017/04/20/boletim-informativo-zumbido>. Acesso em: 10 maio 2018.

BOSSI, Dário et al. Reféns da riqueza de nossa terra: os impactos da mineração sobre as comunidades. In: Brasil. Comissão Pastoral da terra. **Conflitos no campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011. p. 65-74. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/192-conflitosnocampo2011?Itemid=0>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL IMPERIAL. **Código Criminal**: com as leis, decretos, avisos e portarias publicado desde a sua data até o presente... Recife: Typographia Universal, 29 out. 1858, 142p. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/discover?query=C%C3%B3digo+Criminal+de+Imp%C3%A9rio&submit=Ir&filter_relational_operator_2=contains&filtertype_1=type&filter_relational_operator_1=notequals&filter_1=not%C3%ADcia+de+jornal. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. **Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm . Acesso em: 26 set. 2018.

_____. Central Única dos Trabalhadores. Disponível em: www.cut.org.br. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas. Código Penal. Edição atualizada até abril de 2017. Brasília, DF, 2017. p. 84. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais Nº 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas constitucionais de revisão Nº 1 a 6/94. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2007. p 15.

_____. Constituição Política do Imperio do Brazil (1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 24 jul. 2018.

_____. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm. Acesso em 14 nov. 2018.

_____. **Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013.** Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8136.htm. Acesso em: 16 nov. 2018.

_____. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.** Promulga o Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 9 ago. 2018.

_____. **Lei nº 12.288, de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.** Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 16 nov. 2018.

_____. **Lei nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. **Lei nº 4 - de 10 de junho de 1835.** Determina as penas com que devem ser punidos os escravos, que matarem, ferirem ou cometerem outra qualquer ofensa physica contra seus senhores, etc.; e estabelece regras para o processo. Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=540816&id=14387480&i dBinario=15632879&mime=application/rtf>. Acesso em: 24 jul. 2018.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. **Lei nº 12.244 de Maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das Bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm. Acesso em: 9 nov. 2018.

_____. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.** Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a40de-bc74-8dc694fe777a>. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888.** Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888.** Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. **Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962.** Dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: egis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=545922&id=14234682&idBinario=15714571&mime=application/rtf. Acesso em: 9 nov. 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE nº 14 de 28 de abril de 2008.** Estabelece critérios para a assistência financeira com o objetivo de fomentar ações voltadas à formação inicial e continuada de professores de educação básica e a elaboração de material didático específico no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO). Disponível em <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3243-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-14-de-28-de-abril-de-2008>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. Universidade Federal do Maranhão. **Novo curso de graduação: Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**. Publicado em: 27 fev. 2015. Disponível: <http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=44762>. Acesso: 16 nov. 2018.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Em 3 anos, 150 mil negros ingressaram em universidades por meio de cotas**. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas. **Código Penal**. Edição atualizada até abril de 2017. Brasília, DF, 2017. p. 84. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Histórico – SUDAM**. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/index.php/ouvidoria/58-acesso-a-informacao/87-historico-sudam>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF garante posse de terras às comunidades quilombolas**. Notícia publicada em 8 fev. 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=369187>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CABRAL, Ana Maria Rezende. Ação cultural: possibilidades de atuação do Bibliotecário. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 39. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte.

_____. Ação cultural: possibilidades de atuação do Bibliotecário. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 41. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte.

CAFÉ, Lígia; SANTOS, Christophe dos; MACEDO, Flávia. Proposta de um método para escolha de software de automação de Bibliotecas. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v.30, n. 2, p. 70-79, maio/ago. 2001.

CARVALHO, Maria Irene Acquaviva. **Biblioteca Pública: diretrizes de criação, implantação, funcionamento e manutenção**. São Paulo: USP, 2011. 68p. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/TCC%20MARIA%20IRENE%20A%20CARVALHO%20JUNHO%202011.pdf>. Acesso em: 5 maio 2017.

_____. **Biblioteca Pública: diretrizes de criação, implantação, funcionamento e manutenção**. São Paulo: USP, 2011. 68p. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/TCC%20MARIA%20IRENE%20A%20CARVALHO%20JUNHO%202011.pdf>. Acesso em: 5 maio 2017.

CARVALHO, Rayssa Andrade. Movimento de Mulheres Negras e a luta pela afirmação dos Direitos Humanos no Brasil. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.2, n.1, p. 3-6, 2012. Disponível em:<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/view/14252/8826>. Acesso em: 26 set. 2018.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. Ainda a liberdade Profissional. **Diário do Maranhão: Jornal do commercio, lavoura e industria**. São Luís, ano 30, n. 7728, 6 jun. 1899. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720011&pasta=ano%20189&pesq=>. Acesso em: 15 out. 2018.

CATENACCI, Vivian. Cultura popular: entre a tradição e a transformação. **Perspectiva**, São Paulo, v.15, n. 2, p. 28, maio/jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8574.pdf> . Acesso em: 17 out. 2018.

CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO. **Alteração do Estatuto**. São Luís, MA. 2018, p. 9.

_____. **Sistema de Gestão**. São Luís, MA, 2006. p. 54-55.

_____. **Nossa missão**. São Luís: CCN-MA, [2015? Não paginado]. 1 folder.

_____; SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. Projeto Vida de Negro-PVN. "Terras de preto no Maranhão: dos quilombos às comunidades negras rurais. São Luís, MA: PVN, set. 1995. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03D00016.pdf>. Aceso em: 14 nov. 2018.

CESARINO, Maria Augusta da Nobrega. Bibliotecas especializadas, Centros de documentação, Centros de análise de informação: apenas uma questão de terminologia? **R. Esc. Bibliotecon**. UFMG, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 231, set. 1978. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/16141>. Acesso em: 9 nov. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 341.

_____. _____. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 358.

_____. _____. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 368-369.

_____. **Teoria geral da administração: abordagens prescritivas e normativas da administração**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1987. p. 298.

_____. **Teoria geral da administração: abordagens prescritivas e normativas da administração**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1987. p. 303.

CONCEIÇÃO, Valdirene P. da. **Código de Catalogação Anglo Americano - AACR2: primeiras aproximações**. Material disponibilizado pela autora na disciplina Descritiva I, pertencente a grade curricular do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão em 14 abr. 2015.

CORREIA, Janaína Santos. Maria Firmina dos Reis, vida e obra: uma contribuição para a escrita da história das mulheres e dos afrodescendentes no Brasil, **Revista Feminismo**, v.1, n.3, set./dez. 2013. Não paginado. Disponível em: www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/download/27/71. Acesso em: 5 dez. 2018.

COSTA, Alex Silva. **Dança de negro, bailado maranhense, sotaque da gente: um estudo sobre as novas configurações do bumba meu boi e do tambor de crioula**. São Luís, MA: UEMA, 2015. p. 32.

COSTA, Katia Regina Castro. Dinâmicas da Política Pública de Desenvolvimento executada pela Sudene, Entre 1959 - 1980 e da Política Fundiária do Governo do Maranhão, Implementada a partir de 1969 e suas repercussões sobre a questão agrária no Maranhão. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6. O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação, São Luís – UFMA, 20-23 ago. 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo10-desafiosedimensoescontemporaneasdodesenvolvimentoepoliticaspUBLICAS/pdf/dinamicasdapoliticapublicadedesenvolvimentoexecutadapelasudene.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, ano 7, n. 1015, 22 dez. 1876. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=5093&Pesq=quilombo>. Acesso em: 19 set. 2018.

DOURADO, José Ribamar; BOCLIN, Roberto Guimarães. **A indústria do Maranhão: um novo ciclo**. Brasília, DF: IEL, 2008. p. 51. Disponível em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/07/06/120/20121101181107766750e.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. **A indústria do Maranhão: um novo ciclo**. Brasília, DF: IEL, 2008.p. 41. Disponível em:

http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/07/06/120/20121101181107766750e.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. _____. Brasília, DF: IEL, 2008.p. 46. Disponível em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/07/06/120/20121101181107766750e.pdf. Acesso: em 10 out. 2018.

ELTIS, David. Um breve resumo do tráfico transatlântico de escravos. In: The Trans-Atlantic Slave Trade Database Voyages (Brasil). **VOYAGES**. Disponível em: lavevoyages.org/assessment/essays#. Acesso 21 dez. 2018.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: Edufma, 2012. 318p.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das Bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, número especial, p.18-30, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/04.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 39, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1017/1072>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FERRETTI, Mundicarmo (Org.). **Um caso de polícia!**: Pajelança e religiões Afro-brasileiras no Maranhão (1876-1977). São Luís: Edufma, 2016.488p.

_____. **Terra de caboclo**. São Luís: SECMA, 1994. p. 21. Disponível em: <http://www.gpmina.ufma.br/site/wp-content/uploads/2017/03/Terra-de-Caboclo.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

_____. Brinquedo de Cura em terreiro de Mina. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 59, p. 61, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n59/0020-3874-rieb-59-00057.pdf>. Acesso em 16 out. 2018.

_____. Tambor de Mina e Umbanda: o culto aos caboclos no Maranhão. In: SEMINÁRIO CULTURAL E TEOLOGICO DA UMBANDA E DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS,2. 1996, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: CEUCAB, 1996. p. 2-3. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/205/1/Mina%20e%20Umbanda.pdf> 18 out. 2018.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo (Coord.) et al. **Tambor de Crioula**: ritual e espetáculo. São Luís: SECMA, 1995. p. 21.

_____. _____. São Luís: SECMA, 1995. p. 35.

FEVEREIRO, Ricardo Jorge Moutinho. **Definição de Layout, fluxos de produção e capacidades de uma fábrica de produção de carroçarias na Caetano Bus, S.A.** Porto: FEUP, 2012. f. 25. Dissertação (Mestrado Integrado em Engenharia Industrial e Gestão) - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/68348/1/000154689.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

FIGUEIREDO, Nice. Serviços oferecidos por Bibliotecas especializadas: uma revisão de literatura. **R.bras.Bibliotecon. Doc**, v. 11, n. 3/4, p. 155-157, jul./dez.1978. Disponível em: <http://www.brapi.inf.br/index.php/article/download/18195>. Acesso em: 9 nov. 2018.

FLUSSER, Victor. A Biblioteca como um instrumento de ação cultural. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

FREITAS, Décio. **Palmares**: a guerra dos escravos. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. 182 p. (Série Novas Perspectiva, n. 12).

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MARANHÃO. Documentos para a história da escravidão negra no Maranhão. São Luís, MA, 1978. p. 11.

_____. **Documentos para a história da escravidão negra no Maranhão**. São Luís, MA, 1978. p. 11.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO MARANHÃO. **Edital Fapema nº 002/2019 – Universal**. São Luís, 9 jan. 2019. Disponível em: <http://www.fapema.br/index.php/edital-fapema-n-o-0022019-universal/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. **Edital: 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: undodireitoshumanos.org.br/edital/70-anos-da-declaracao-universal-dos-direitos-humanos/. Acesso em 16 jan. 2018.

_____. **História**. Disponível em: <https://fundodireitoshumanos.org.br/quem-somos/historia/>. Acesso em 16 jan. 2018.

GIACOBBO, Mauro. **O desafio da implementação do planejamento estratégico nas organizações públicas**. 1996, p. 75. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1003/1077>. Acesso em: 24 out. 2018.

_____. _____. 1996, p. 77. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1003/1077>. Acesso em: 24 out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/031120162924_AntonioCarlosGil_ComoElaborarProjetosdePesquisa_EditoraAtlasCopia.pdf. Acesso em: 6 dez. 2018.

_____. _____. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 3 dez. 2018.

GOMES, Elisângela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na Biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov., 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/1216/pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. corr. aum. Brasília, DF: IBICT, 1994. p. 175. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1007/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20geral%20%C3%A0s%20ci%C3%A7%C3%A2ncias%20e%20t%C3%A9cnicas%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20documenta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 1968. p. 30. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. _____. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 1968. p. 25. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico dados gerais-migração-instrução fecundidade- mortalidade: Maranhão. Rio e Janeiro: IBGE, 1982. 346p. (Recenseamento Geral do Brasil 1980, 9.,v.1, t. 4). Disponível em: https://Biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n12_pe.pdf. Acesso em: 6 out. 2018.

_____. Censo Demográfico de 1960: Maranhão – Piauí. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. 258p. (Recenseamento Geral do Brasil 1960, 7., v. 1, t. 3). Disponível em: https://Biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t3_p2_ma_pi.pdf. Acesso em: 6 out. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em 22 nov. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Manifesto da IFLA/UNESCO Sobre Bibliotecas Públicas 1994**. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PLmanifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 9 maio 2017. MORAES, Jomar. Guia Histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite. São Luís: FUNC, 1973. p. 15.

FURTADO, João Garcia. A terra dos homens. **Jornal Do Maranhão: Semanário de Orientação Católica**. São Luís, ano 35, n. 3.840, 12 abr. 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112135&PagFis=4783>. Acesso em: 15 out. 2018.

KENSKI, Rafael. Vencendo na raça. Edição 187. **Revista Super Interessante**, ano 4, n. 187, abr. 2003. p. 42 – 50.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 25.

_____. _____. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 28.

LARAIA, Roque de Barros. O desenvolvimento do conceito cultura. In: **Cultura: um conceito antropológico**. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 62.

_____. A cultura Interfere no plano biológico. In: **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 65- 101.

_____. A cultura condiciona a visão de mundo do homem. In: **Cultura: um conceito antropológico**. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. cap. 2, [120] p.

LESSA, Iris Fabiano do Rosario; MOTA, Rosaline Leite. Disseminação da informação na Biblioteca central da Universidade Federal de Alagoas. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciências da Informação, 25.,2013, Florianópolis. **ANAIS**

eletrônicos... Florianópolis, julho de 2013. Não paginado. Disponível em:
<https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1396/1397>. Acesso em: 10 jan. 2018.

LUDIN, Robert W. **Psicologia da personalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1976. p. 7. (Coleção Psicologia Contemporânea).

LICENCIADOS, até agora 13 brincadeiras de bumba-meu-boi. **Pacotilha**. São Luís, n. 133, 1959. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123846&pesq=bumba%20boi&pasta=ano%20195>. Acesso em: 17 out. 2018.

LIMA, Olavo Correia; AZEVEDO, Ramiro Corrêa. **Isolados Negros no Maranhão**. São Luís, 1990. p. 6-7.

MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. 322p. (p. 37, 25, 31)

MARANHÃO. Conselho Regional de Biblioteconomia – 13º Região. Disponível em:
<http://crb13.org.br/conheca-o-crb13/>. Acesso em: 9 nov. 2018.

_____. _____. **Histórico**. Disponível em: <http://crb13.org.br/conheca-o-crb13/>. Acesso em: 9 nov. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003. Disponível em:
https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em: 6 dez. 2018.

MARINGONE, Gilberto. O destino dos negros após a abolição. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. História - O destino dos negros após a Abolição. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, São Paulo, ano 8, n. 70, 29 dez. 2011. Não paginado. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2673:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 8 ago. 2018.

MARQUES, Marília. **A cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil, diz ONU ao lançar campanha contra violência**. 7 nov. 2017. Disponível em:<
<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-morre-no-brasil-diz-onu-ao-lancar-campanha-contra-violencia.ghtml>>. Acesso em 5 dez. 2018.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 27. Disponível em:
http://ftp.demec.ufpr.br/disciplinas/EngMec_NOTURNO/TM038/2013-1/Livro_-_Introdu%20%E0%A0_Administra%20-%20Antonio_Cesar_Amaru_Maximiano_-_5%20Ed.pdf. Acesso em: 24 out. 2018.

MEIRELES, Marinélma Costa. As conexões do maranhão com a África no tráfico atlântico de escravos na segunda metade do século XVIII. **Revista Outros Tempos**, São Luís, MA, n. 8, v. 6, dezembro de 2009. Disponível em:
<http://www.outrostempos.uema.br/vol.6.8.pdf/Marinelma.pdf>. Acesso em 7 nov. 2018.

MELLO, Sebastião Joseph de Carvalho (Marquês de Pombal). **Diretório dos índios [1755]**. Disponível em: < https://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm >. Acesso em: 16 jul. 2018.

MENDES, Algemira. Maria Firmina dos Reis: um marco na literatura afro-brasileira do século XIX. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências, 11., 2008. São Paulo. **Anais...** USP, São Paulo, 13-17 jul. 2008. Não paginado. Disponível em: http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/078/ALGEMIRA_MENDES.pdf. Acesso em 5 dez. 2018.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.36, p. 99-100, dez.2009. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07_36.pdf. Acesso em: 16 set. 2018.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. A prática da catalogação. In: _____. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009, cap. 4, p. 94.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 14.

_____. _____. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 10.

_____. _____. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 97.

_____. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e Bibliotecas públicas**. São Paulo: Editora brasiliense, 1986. p. 18.

_____. _____. São Paulo: Editora brasiliense, 1986. p. 17.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de Coleções em Bibliotecas Universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 14, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2018/2139>. Acesso em: 24 out. 2018.

MONTALVÃO, Sérgio. A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação. **Revista Mosaico**, v. 2, n. 3, p 36, 2010. Disponível em: Bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/download/62786/61921. Acesso em: 10 out. 2018.

MORAES, Jomar. **Guia Histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite**. São Luís: FUNC, 1973. p. 15.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (Brasil). **Quem somos**. Disponível em: <http://mnu.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 26 set. 2018.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica (Col.). **Movimento negro no Brasil**. Verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-negro>. Acesso em: 16 set. 2018.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de Raça, Racismo, Identidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2003. Rio de Janeiro: PENESB, 2003. Não paginado.

NAKAGAWA, Marcelo (Elab.). Ferramenta: análise swot (clássico). In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Movimento Empreenda**. 2011, p. 1. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME_Analise-Swot.PDF. Acesso: 12 jan. 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n. 50, p. 210, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a19v1850.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.

NEVES, Marília Castro. **Código Criminal brasileiro do século XIX: o Brasil entre o moderno e o arcaico**. Brasília, DF: Uniceub, 2014. p. 22. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/5984/1/20918066.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

NORMA REGULAMENTADORA 23. **Proteção Contra Incêndios**. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/trabalhista/nr/nr23.htm>. Acesso em: 16 nov. 2018.

O ABOLICIONISTA: a nossa missão. O Abolicionista, Rio de Janeiro, número avulso, 1 nov. 1880. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-abolicionista-orgao-da-sociedade-brasileira-contra-a-escravidao/>. Acesso em: 13 set. 2018.

O COMBATE. São Luís, ano 31, n. 6416, 2 jun. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763705&pesq=bumba%20boi&pasta=ano%20195>. Acesso em: 17 out. 2018.

O PUBLICADOR OFFICIAL (MA), São Luís, n. 162, 25 maio 1833. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=740454&PagFis=364&Pesq=escravo>. Acesso em 7 nov. 2018.

OLIVEIRA, Josué Petrônio Quirino de. Zumbi dos Palmares: a afroresiliencia. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 12, v. 17, n. 197, p. 105, Out. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34903/20802>. Acesso em: 15 nov. 2018.

OS Abolicionistas. Ad perpetuam rei memoriam. **O Paiz**. São Luís, ano 26, n. 40, 20 fev 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704369&PagFis=3615&Pesq=aboli%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 set. 2018.

OS batuques. **Pacotilha**. São Luís, ano 39, n. 115, 17 maio 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&PagFis=12158&Pesq=batuque. Acesso em: 17 out. 2018.

PACOTILHA, São Luís, ano 1, n. 14, 26 abr. 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=aboli%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 15 set. 2018.

PAPA PAULO III. Decretos, Bulas: Bula Veritas Ipsa [1537]. In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL MONTFORT. **Base de dados Montfort**. Disponível em: http://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/veritas_ipsa/. Acesso em : 24 jul. 2018.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Nossa história**. Disponível em: <http://www.pt.org.br/nossa-historia/>. Acesso em 15 nov. 2018.

PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. **Relações interpessoais: abordagem psicológica**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006, p. 64. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/04_rel_int_pes.pdf. Acesso em: 8 jan. 2019.

PIRES, Cecília. A violência no Brasil. 6. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1985. 72p. (Coleção Polêmica).

PIRES, Erik André de Nazaré. O Bibliotecário como agente transformador social: sua importância para o desenvolvimento da sociedade informacional através da disseminação da informação. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONÔMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO – EREBD, 2012, Pará. **Informação e sociedade: a importância da Biblioteconomia no processo de preservação da memória documental**. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2202/1410>. Acesso em: 5 nov. 2018.

POLÍCIA civil: portaria 21/54. **O Combate**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763705&pesq=bumba%20boi&pasta=ano%20195>. Acesso em 19 out. 2018.

PORTUGAL. Instituição da Companhia Geral do Graão Para e Maranhão. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca, 1755. p. 3. In: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (Portugal). **BNP**. Disponível em: http://purl.pt/16411/4/255937_PDF/255937_PDF_24-C-R0150/255937_0000_rosto-b_t24-C-R0150.pdf. Acesso em: 6 ago. 2018.

PUBLIO, Ennio. Caracteres político. Pacotilha. São Luís, ano 37, n. 147, 23 jun. 1917. In: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (Brasil). **BNDigital**. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_02&PagFis=12158&Pesq=bat uque. Acesso em: 17 out. 2018.

RAIMUNDO, Ana Paula Peres. A mediação na formação do leitor. In: CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS. 3, 2007, Maringá. **Anais...** Maringá, 2009, p. 110. Disponível em: http://www.ple.uem.br/3celli_anais/trabalhos/estudos_literarios/pdf_literario/010.pdf. Acesso em: 28 jul. 2016.

REIS, Maria Firmina. Prantos. Pacotilha. São Luís, n. 133, 1959. In: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (Brasil). **BNDigital**. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20188&pesq=maria%20firmina. Acesso em: 5 dez. 2018.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. São Luís: SIOGE, 1990. 188p.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. 2003.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O movimento negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Governo de São Paulo**. Campinas, SP: Imprensa Oficial, 2007. Originalmente apresentado como Tese de Mestrado em Ciências Políticas, apresentado no Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas em 2001.

SANTOS, Nara Limeira F. História, paixão e poesia na obra de Chico César. **Graphos**. João Pessoa, v. 10, n. 2, dez. 2008, v. 11, n. 1, jun. 2009. Disponível em: www.periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/download/4214/3190. Acesso em: 2 set. 2018.

SÃO LUÍS. **Lei nº 1.790 de 12 de maio de 1968, Código de Posturas do Município de São Luís**. Disponível em: <http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%201790.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018. Não paginado.

SÃO LUÍS. **Ata de constituição do Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN**. São Luís, 3 mar. 1980. Não paginado.

SELBACH, Jeferson Francisco (Org.). **Código de Postura de São Luís/MA**. Edufma, 2010, p. 212. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=kiC55rKGMwgC&pg=PA12&lpg=PA12&dq=s%C3%A3o+luis+decreto+205+de+3+de+novembro+de+1936&source=bl&ots=B8_zesLNZo&sig=49pL5syTE1Q08ju-pFzvGIHUC0s&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiorOKfrpPeAhUGkJAKHWutAEIQ6AEwAnoECACQAQ#v=onepage&q=s%C3%A3o%20luis%20decreto%20205%20de%203%20de%20novembro%20de%201936&f=false. Acesso em: 19 out. 2018.

SERRA, Astolfo. **A Balaiada**. São Luís: Instituto Géia, 2008. p. 147. e outras (Coleção Géia de Temas Maranhenses, v. 12)

SILVA, Allan Gustavo Freire da et al. A revolução entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 31, jan./abr. 2017.

SILVA, Andreia Aparecida da et al. A utilização da matriz swot como ferramenta estratégica: um estudo de caso em uma escola de idioma de São Paulo. In: SIMPOSIO DE EXCELENCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 8., 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: AEDB, 2011. Disponível em: <http://eng.aedb.br/seget/artigos11/26714255.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Necessidades de informação e satisfação do usuário: algumas considerações no âmbito dos usuários da informação. **InCID: R.Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v.3, n. 2, p. 104, jul./dez. 2012.

SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 2, p. 225, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n2/a02v25n2.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.

SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, Sueli (Orgs.). **Fazeres cotidianos na Biblioteca Escolar**. São Paulo: Polis, 2006. p. 49-50.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectiva em ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 69, set./dez. 2010.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; MOURA, Maria Aparecida. Biblioteca, memória institucional e acesso aberto à informação: apontamentos teóricos e experiências desenvolvidas pela Universidade Federal de Minas Gerais. In: **Bibliotecas do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2017. cap. 8, p. 216.

SOCIEDADE brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 51-52.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. Negros da terra e/ou negros guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão- Pará no período do Diretório. **Afro-Ásia**, n. 48, 2013. p. 173-211.

SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. **Mulheres Negras e Relações de Gênero: narrativa de construção da identidade de mulheres negras participantes do Bloco Afro Akomabu do Centro de Cultura Negra do Maranhão**. São Luís, MA: UFMA, 2017, f. 95. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2017. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/1737/2/GraceSouza.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. p. 10. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

UDC Consortium. **Classificação Decimal Universal**. edição - padrão internacional em língua portuguesa. Brasília, DF: IBICT, 1997. p. 11.

UMA empresa Importante. **O Paiz**. São Luís, ano 26, n. 138, 13 set. 1876. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704369&PagFis=11277&Pesq=aboli%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 15 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Política de desenvolvimento de coleções do sistema de Bibliotecas da UFSC**. Florianópolis: UFSC, 2009, p. 10. Disponível em: http://bsjoi.ufsc.br/files/2010/07/Pol%C3%ADtica_de_desenvolvimento_de_colectoes.pdf. Acesso em: 28 jan. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Novo curso de graduação: Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**. Publicado em: 27 fev. 2015. Disponível em: <http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=44762>. Acesso: 16 nov. 2018.

VENTURA, Solange Christtine. **Conhecendo os Orixás: orixás forças sagradas da natureza.** 2011. Não paginado. Disponível em:
https://www.curaeascensao.com.br/downloads/CONHECENDO_OS_ORIX%C3%81S.pdf.
 Acesso em 23 nov. 2018.

VERGARA, Sylvia Constant; IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. Orixás, indivíduos e organizações. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 34, n 3, p. 27, maio/Jun. 2000. Disponível em:
pp.ebape.fgv.br/comum/arq/RAP_3_2000Vergara.pdf. Acesso em: 23 nov. 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleções.** São Paulo: Polis: ABP, 1989. p. 11-12. (Coleção Palavra-chave, 1).

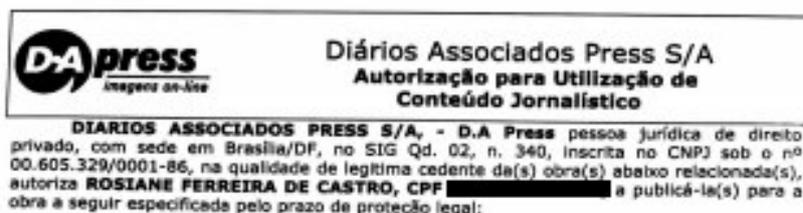
_____. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas.** Brasília, Df: Brinquet de Lemos, 1995. 111p.

_____. **Desenvolvimento de coleções.** São Paulo: Polis: APB, 1989, p. 74. (Coleção Palavra-chave, 1).

VIANA, Michelângelo Mazzardo Marques. Uma breve história da automação de Bibliotecas universitárias no Brasil e algumas perspectivas futuras. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, DF, v.9, n. 1, p. 43-86, jan./jun. 2016.

VILA nova do Pinheiro. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano 5, n. 368, 24 out. 1874.
 Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720011&pasta=ano%20187&pesq=quilo>

ANEXO A – Autorização do Diários Associados Press S/A para publicação da reportagem “Licenciados, até agora, 13 brincadeiras de bumba-meu-boi”.



APENDICE A – Questionário para os militantes do CCN-MA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA
DISCENTE: ROSIANE FERREIRA DE CASTRO

PARA USUÁRIOS DA BIBLIOTECA MARIA FIRMINA DOS REIS

Este questionário ora apresentado faz parte da pesquisa “**Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA): a importância da revitalização da Biblioteca Maria Firmina dos Reis para o CCN-MA**” da acadêmica **Rosiane Ferreira de Castro, do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA**. Por gentileza, sua veracidade será fundamental para possíveis conclusões e perspectivas. Portanto, não é necessário se identificar, pois seu nome não será divulgado. Se necessário, marque mais de uma alternativa e justifique sua resposta.

1. Gênero

masculino feminino

2. Raça/ Cor

a) Branco b) preto c) pardo d) Amarelo e) Indígena

3. Idade

8 a 12 anos 13 a 17 anos 18 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos + 60 anos

4. Escolaridade

analfabeto (não sabe ler)

ensino fundamental (primário) completo

ensino fundamental incompleto/cursando

ensino médio completo

ensino médio incompleto (cursando)

nível superior (graduação)

pós-graduado (especialização, mestrado e doutorado)

5. Na sua concepção, o que significa o Centro de Cultura Negra do Maranhão?

6. Você tem conhecimento das ações e projetos desenvolvidos no CCN-MA para a comunidade? Se sim, diga como ficou sabendo:

7. Você participa ou já participou de algum projeto ou ação do CCN-MA?

a) () sim b) () não

6. Para você o que é uma Biblioteca?

9. Você frequenta ou frequentou alguma Biblioteca?

a) () sim b) () não

10. Se você já foi a uma Biblioteca, você participou de alguma atividade? Qual?

11. Você acha importante uma Biblioteca na sua comunidade?

a) () sim b) () não

12. Você concorda com a afirmativa de que uma Biblioteca em atividade no CCN-MA pode contribuir para a formação de leitores na comunidade? Por quê?

13. Você acredita que uma Biblioteca poderá contribuir para o exercício da cidadania? Por quê?

14. Para você, a leitura de livros que falem da história e da escravidão do negro poderiam te ajudar a entender melhor as diferenças sociais e por que o negro é tão discriminado?

15. Para você o que é um Bibliotecário? Quais atividades ele desenvolve nas Bibliotecas?

16. Para você o que representa o bloco Afro Akomabu?

APENDICE B – Questionário para os militantes do CCN-MA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA
DISCENTE: ROSIANE FERREIRA DE CASTRO

Este questionário tem como objetivo coletar informações, que servirão de fomento no desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso (Monografia), cuja finalidade é a obtenção do grau de Bacharelado no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Declaro e afirmo que este questionário será apenas para obtenção de informações para cunho de pesquisa científica, onde o pesquisador, em relação ao pesquisado, compromete-se em manter sigilo em relação à sua identidade. Obrigado pela colaboração!

- 1. Qual o conceito de cultura em sua concepção?**

- 2. Como a informação pode contribuir na Missão da Instituição CCN-MA, descrita como resgate da identidade negra?**

- 3. Como são desenvolvidos e disseminados os projetos e ações culturais do CCN-MA?**

- 4. Qual canal de comunicação o CCN-MA utiliza para promover a conscientização sobre a raça negra?**

- 5. Na sua concepção, quando o indivíduo se torna capaz de se reconhecer dentro de uma sociedade, assumindo um papel de cidadão crítico, capaz de questionar um sistema e reconhecer o seu estado dentro do conceito “igualdade” descrito no artigo 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988?**

- 6. Onde são desenvolvidas as ações afirmativas, quem as executa, a partir de que suporte?**

- 7. Como são avaliados os projetos e ações do CCN-MA, para compreensão da eficácia?**

- 8. Em que se fundamentam as teorias, as análises, as críticas e questionamentos levantados pelo CCN-MA com relação ao combate as racismo?**

- 9. De acordo com o CCN-MA (2010, p.6)¹⁵, o bloco Afro-Akomabu tem como objetivo a preservação e divulgação da cultura negra. Na concepção dos senhores, o indivíduo que assiste a uma (ou várias) apresentação (ões) do bloco consegue ter essa compreensão da**

¹⁵ CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO. Bloco Afro Akomabu. **África**: um legado de riqueza e sabedoria. São Luís, MA: CIA. Gráfica, 2010. p. 6.

manifestação como um ato político e afirmativo de uma raça? Ele consegue compreender a importância dessa simbologia para a causa negra?

10. Na sua concepção, o que significa o conceito “Biblioteca” e como ela pode contribuir na missão do CCN-MA?

11. Na sua concepção, se o (a) cidadão (ã) tiver acesso e uso da informação democrática, ele se torna um indivíduo mais consciente na sua relação com o meio em que vive, aliando teorias científicas a sua visão de mundo, conseguindo, assim, compor um novo cenário?

12. Você acredita que Biblioteca em atividade pode contribuir para a formação de leitores (as) na comunidade?

13. Você acredita que a partir da revitalização da Biblioteca Maria Firmina, ela poderá contribuir para o exercício da cidadania? Por quê?

14. Na sua concepção um acervo voltado à temática social, histórica, política, literária do negro, poderá interferir na forma do homem ver o mundo e se ver nele?

15. Para você o que é um Bibliotecário (a)? Quais atividades ele desenvolve nas Bibliotecas?

16. Para você, qual o papel do (a) Bibliotecário (a) na prática de incentivo à leitura?

17. Na sua concepção, qual a importância do (a) Bibliotecário (a) na gestão de uma Biblioteca?

18. Como a Biblioteca pode auxiliar nas visitas guiadas realizadas pelo CCN-MA?